

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ANGÉLICA CRISTINA GOMES SILVA

ENGENHO DE *LEIGOS*, PROJETO DE *HABILITADOS*: VESTÍGIOS, FORMAS E
TÉCNICAS CONSTRUTIVAS NA ARQUITETURA DA MODERNIDADE
UBERLANDENSE

UBERLÂNDIA

2017

ANGÉLICA CRISTINA GOMES SILVA

ENGENHO DE *LEIGOS*, PROJETO DE *HABILITADOS*: VESTÍGIOS, FORMAS E
TÉCNICAS CONSTRUTIVAS NA ARQUITETURA DA MODERNIDADE
UBERLANDENSE

Monografia apresentada como exigência
parcial para obtenção do título de Bacharel em
História oferecido pela Universidade Federal
de Uberlândia.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto César de
Noronha

UBERLÂNDIA

2017

ANGÉLICA CRISTINA GOMES SILVA

ENGENHO DE *LEIGOS*, PROJETO DE *HABILITADOS*: VESTÍGIOS, FORMAS E
TÉCNICAS CONSTRUTIVAS NA ARQUITETURA DA MODERNIDADE
UBERLANDENSE

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Gilberto César de Noronha, Orientador – UFU/MG.

Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz, UFU/MG.

Prof.^a Dr.^a Mônica Brincalepe Campo, UFU/MG.

Uberlândia, 13 de julho de 2017.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo fôlego de vida e por seu sustento nos momentos de dificuldade. De tudo que já me aconteceu, em minha breve existência, tê-lo conhecido foi a mais bela experiência que tive.

Agradeço aos meus pais, Pedro e Gislene, que com todo esforço e trabalho duro, mesmo sem nunca terem oportunidade de “fazer faculdade”, valorizaram tanto a educação e estão conseguindo formar a filha no ensino superior, duas vezes. Agradeço também aos meus tios; Leila, Soraia, Adalberto e Agmar, porque com todas as nossas lutas e dificuldades não poderia ter tido família melhor. Cada um de vocês tem parte nas experiências que vivi dentro da Universidade.

Agradeço aos professores do Instituto de História da UFU, cada aula e discussão contribuíram para minha formação como profissional e como pessoa. Obrigada Mônica por me aceitar como monitora no LEAH (Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História - UFU) e juntamente com o professor Guilherme fazer parte da banca examinadora. Agradecimento especial ao professor Gilberto que tem participado desde a escolha do tema até os momentos finais da elaboração deste trabalho. Sua orientação fez de uma pequena ideia um grande tema.

Por fim agradeço aos amigos que fiz durante a graduação, em especial a Thuanne que sofria comigo cada momento e me “alugava” seus ouvidos quando as dificuldades apareciam. Ao Lucas e seus avós pelo “café da inspiração” e àqueles que permanecem desde épocas antigas: Gabriela você também tem parte neste trabalho. Por último, mas não menos importante, obrigada aos amigos da Engenharia que me ajudaram a cumprir esse desafio “maluco” de cursar duas graduações ao mesmo tempo, metade já foi...

RESUMO

O presente trabalho propõe investigar os modos de habitar e viver da população de Uberabinha-Uberlândia na primeira metade do século XX buscando compreender as relações possíveis entre os modos de construir e habitar a cidade frente aos processos de modernização. Para isto, primeiramente é feita a identificação e a análise das técnicas de construção através de vestígios iconográficos e/ou materiais das construções locais, tanto em regiões centrais quanto periféricas do município. Em seguida, propõe-se pensar as relações sociais no período estudado, ou seja, de que modo as técnicas de construção empregadas e as formas de moradias estão relacionadas com processos de diferenciação social, condições materiais, sociais e culturais que dão forma ao viver urbano moderno. Por fim, procura-se apreender as condições sociais do viver na cidade frente as expectativas de regulação social do viver enunciadas na legislação através dos códigos de posturas, na arquitetura, e/ou pela imprensa local. Diante disso, são traçadas questões a respeito das experiências de modernidade e progresso, de que modo estiveram - e ainda se fazem - presentes nas formas de viver e imaginar o espaço social.

Palavras-chave: Modernidade, Técnicas construtivas, Formas arquitetônicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Fazenda São Francisco.....	22
Figura 3: Fazenda São Francisco, já sem o cômodo lateral e com as varandas interligadas. Nov./2000.	23
Figura 2: Fazenda São Francisco. É possível identificar a presença de luminárias na varanda instaladas junto às colunas de madeira.	23
Figura 4: Rua José Ayube, Uberlândia, início dos anos 1920. Rua sem calçamento.....	45
Figura 5: Revestimento em adobe e esteio em madeira aparente. Rua José Ayube, início dos anos 1920. (Detalhe).....	46
Figura 6: Beirais simples e telhas de capa e canal que compunham a obra. Rua José Ayube, início dos anos 1920. (Detalhe)	51
Figura 7: Rua Vigário Dantas esquina com Rua Marechal Deodoro. Residência de Arlindo Teixeira, construída no século XIX. S/d.	57
Figura 8: Prédio do 2º Fórum da cidade, localizado na Rua Duque de Caxias em frente à Praça da República, atual Praça Tubal Vilela. Década de 1920, inauguração no ano de 1922.....	60
Figura 9: Antiga Praça da Liberdade, depois Praça Antônio Carlos, atual Praça Clarimundo Carneiro. Prédio da antiga Câmara Municipal, atual Museu Municipal. Década de 1930.	64
Figura 10: Colunas neoclássicas presentes no Prédio da antiga Câmara Municipal, atual Museu Municipal. Década de 1930. (Detalhe).	66
Figura 11: Pilastras neoclássicas presentes no Prédio do 2º Fórum da cidade, localizado na Rua Duque de Caxias em frente à Praça da República, atual Praça Tubal Vilela. Década de 1920. (Detalhe).	66
Figura 12: Janela com influências do art-nouveau presentes no Prédio da antiga Câmara Municipal, atual Museu Municipal. Década de 1930. (Detalhe).	67
Figura 13: Avenida João Pinheiro. À direita a casa do Senhor Sílvio Savastano. 1940.	68
Figura 14: Três primeiros fóruns de Uberabinha/Uberlândia.....	72

Figura 15: Recorte do anúncio do escritório de engenharia e arquitetura em Uberlândia presente no <i>Jornal o Estado de Goyaz</i> . 27/11/1941	77
Figura 16: Parte da Vila operária e Vila Martins. 1949.....	79
Figura 17: Rua Duque de Caxias com Av. João Pinheiro, 1940.	85
Figura 18: Vista parcial do bairro de Fátima, atual bairro Martins. Década de 1940.	96
Figura 19: Vista parcial da Cidade de Uberlândia. Década de 1940.	100

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Carta corográfica plana da província de Goiás e dos julgados de Desemboque e Araxá da Província de Minas Gerais. 1826.	28
Mapa 2: Carta corográfica plana da província de Goiás e dos julgados de Desemboque e Araxá da Província de Minas Gerais em 1826, com localização aproximada da atual cidade de Uberlândia. (Detalhe).	32
Mapa 3: Primeira planta completa de Uberabinha. 1898.	55

ÍNDICE DE PLANTAS

Planta 1: Projeto de construção de casa de operário. Engenheiro: Vitorino Sêmola. s/d.	73
---	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Aldeias e construções analisadas por Saint-Hilaire	36
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. O SERTÃO, A ALDEIA, A FAZENDA E A CIDADE: TÉCNICAS E SOCIABILIDADES DE UMA ARQUITETURA INDÍGENA	20
2. FORMAS ARQUITETÔNICAS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS: RUIDOSAS RUÍNAS DA ARQUITETURA COLONIAL.....	45
3. MODERNIDADES, CONFLITOS E DICOTOMIAS NOS VIVERES DO INTERIOR	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
FONTES	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

INTRODUÇÃO

É que os governantes, não encontram boa vontade por grande parte da população. [Que se] Sente acostumada (sic) no sertão onde o progresso jamais habitou, julga que Uberlândia não merece um pouquinho mais de atenção. (...) Se as repartições agindo de tal forma ainda encontram elementos que tanto prejudicam o asseio e a boa estética da cidade, o dia que se suspender essas mesmas penalidades, teremos aqui um chiqueiro em vez de uma cidade moderna.

Correio de Uberlândia, 1940¹.

O processo de urbanização – civilizador, se o encarmos do ponto de vista da cidade – se apresenta ao homem rústico propondo ou impondo certos traços de cultura material e não-material. Impõe, por exemplo, novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicas, certos bens manufaturados, propõe a racionalização do orçamento, o abandono das crenças tradicionais, a individualização do trabalho, a passagem à vida urbana.

Antônio Cândido, 1954².

Uma parcela dos historiadores que se ocupam da história do Triângulo Mineiro reconhece que Uberlândia tem em suas raízes um ideário progressista³. Perspectiva inerente a grande parte dos veículos de divulgação e propaganda que circularam na cidade na primeira metade do século XX⁴, alimentada por parte de uma camada letrada da sociedade ciosa por esconder as incoerências e expor o modelo moderno de viver e construir. Através destes anseios, da cidade personificada por uma parcela social, entretanto, é possível escancarar as contradições.

¹ *Continuam os transgressores das nossas posturas municipais*. Jornal Correio de Uberlândia, Uberlândia. Ano III, n. 573, 31 de outubro de 1940. p. 4.

² CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 10 ed. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 272-273.

³ A mentalidade progressista local, segundo Sandra Lima, colhe frutos da visão de história propagada por Jerônimo Arantes. Memorialista com prestígio de historiador, Arantes escreveu e descreveu questões a respeito da cidade e sua origem, destacando linearmente os fatos importantes que foram protagonizados por grandes homens e buscando um herói fundador para a cidade. Esse tal personagem, segundo ele, seria Felisberto Carrijo, o primeiro fazendeiro alfabetizado do local, homem cristão, com qualidades excepcionais de trabalhador, sujeito empreendedor que primava a ordem. Dele, toda a população deveria colher as qualidades, pois as mesmas, não são exclusivas do desbravador, mas se estendem a todos quantos procuram, na história oficial da região, se destacar com feitos memoráveis. A historiadora analisa tanto a visão de Arantes quanto de outros memorialistas sobre as raízes progressistas que compõe o mito fundador da cidade. Além dela é possível encontrar a afirmação desta mentalidade, mesmo que como forma de criticá-la, em: SOARES, Beatriz Ribeiro. *Estruturação interna e a construção dos signos de modernidades da Cidade Jardim*. In: BRITO, Diogo de Souza e Warpechowski, Eduardo Moraes. *Uberlândia Revisitada: Memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: Edufu, 2008. p. 150; DANTAS, Sandra Mara. *A fabricação do urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberlândia/MG (1888-1929)*. 2008. 203 f. Tese (doutorado em história) – Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2008. LOPES, Valéria M. Q. Cavalcante. *Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos*. Uberlândia: EdUFU, 2010; LIMA, Sandra C. F. de. *História dos outros, memória de si*. In: BRITO, D. S. e WARPECHOWSKI, E. M. (org.) *Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: Edufu, 2008. p. 51- 88

⁴ Neste trabalho serão enfocados principalmente os Jornais: *Correio de Uberlândia*, *A Tribuna*. Sobre os periódicos que circularam na cidade no século XX, ver: SANTOS, Regma Maria dos. *A Tipografia, a Imprensa e a Livraria: Educação e Cultura na Cidade de Uberlândia*. Anais do VI Congresso Luso- Brasileiro de História da Educação, Faculdade de Educação/UFU, 2006.

No início da Vila de São Pedro de Uberabinha “sua aparência confundia-se com o campo, seja pela configuração irregular do espaço, seja pelos hábitos de seus moradores, parecendo distante dos sentidos que o léxico cidade comportava”⁵. Com cotidiano cercado, na concepção da modernidade progressista, de morosidade, regado à calmaria campestre, as configurações espaciais iam se modificando. Para seguir uma classificação cara aos estudos da Geografia Clássica (1930 – 1960)⁶, poderíamos dizer que a maior parte da população estaria vivendo no campo e este determinaria os ritmos da cidade, que no momento seriam divididas entre pequenos vilarejos e grandes cidades.

A origem da atual cidade de Uberlândia deu-se, segundo afirma Tito Teixeira, em torno de uma faixa de terras adquirida em 1835 por Francisco, Antônio, Felisberto e Luiz Alves Carrejo⁷. Repartida de igual modo entre os irmãos, a parcela de terras denominada Fazenda da Tenda pertenceu a Felisberto Alves Carrejo, e foi em sua propriedade que o primeiro núcleo de povoamento surgiu. Deste modo, em 30 de junho de 1846, foi enviada uma petição à suprema autoridade Eclesiástica da Prelazia que pedia a licença para a criação de uma Capela Curada no local. O documento foi aceito e, em 1853, já se celebrava o primeiro batismo na igreja.⁸

Pela lei n. 602 de 21 de maio de 1852 a freguesia de São Pedro de Uberabinha foi elevada a Distrito de Paz e em 07 de junho de 1888, pelo Decreto-Lei n. 51, foi alçada à condição de Vila de São Pedro de Uberabinha, vindo a ser, em 31 de agosto do mesmo ano, transformada em Município (Lei n. 4.643). O local tornou-se sede de comarca pela lei n. 11 de 13 de novembro de 1891, inaugurada em 25 de janeiro de 1892, no prédio das antigas ruas Direita e São Pedro (Atuais Ruas Marechal Deodoro e Vigário Dantas, respectivamente). Já a renomeação para Uberlândia só aconteceria em 19 de outubro de 1929.

Este núcleo urbano surge em função do campo. Nos termos da geografia agrária clássica, esta cidade é uma cidade do campo, e não o contrário. É somente nos anos 1970, no Brasil, que o campo se torna, mais precisamente, subordinado à cidade: até então, “a unidade de povoamento é a grande propriedade, a fazenda, com sua colônia de empregados rurais, ora

⁵ DANTAS, Sandra Mara. *A fabricação do urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)*. 2008. 203 f. Tese (doutorado em história) – Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2008. p. 1.

⁶ ALVES, F. D. A relação campo cidade na geografia brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 16, n.3 p. 7-18, set./dez. 2012.

⁷ Anteriormente, esta propriedade fazia parte das terras pertencentes a João Pereira da Rocha, personagem a ser abordado com mais detalhes no primeiro capítulo. TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central – História da criação do município de Uberlândia*. Uberlândia: Gráfica LTDA Editora, 1970. p.13.

⁸ ARANTES, Jerônimo. *Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia*. Uberlândia: Edufu, 2003. p.35.

grupada em pequenas cidades operárias ora dispersa através do domínio em retiros ou currais”.⁹

Apesar desta configuração urbana que nos remete ao domínio do rural, quando acompanhamos a história da cidade pelas diversas transformações na legislação local, que compõe o seu processo político de institucionalização, somos levados a crer que os esforços em prol da civilização são etapas de um *telos* para o qual o *povoado* havia sido vocacionado. Estes esforços, vistos pelos atos oficiais, encobrem, entretanto, contradições de uma sociedade de práticas culturais e construtivas que ainda se mantiveram mesmo após os novos marcos políticos serem estabelecidos. Esta diversidade cultural, construtiva, social, que convive em *aparente* harmonia e constante evolução é o objeto de estudo deste trabalho.

As várias estéticas aqui tratadas como coloniais, contrapostas a da idealizada cidade moderna, a ser arquitetada incessantemente, representam uma diversidade de estilos e evocam diferentes modos de vida. Tomadas como rurais, mas entendidas em sua multiplicidade de formas e significados, opõe-se às linhas retas dos traçados – também diversos – da modernidade.

As casas paulistas, cariocas e até os clássicos sobrados e mocambos do nordeste do país já ganharam alguns estudos importantes sobre suas estruturas¹⁰. Aqui a perspectiva é trabalhar para compreender as formas de morar do território mineiro que já pertenceu à capitania de Goiás: Quais técnicas construtivas eram empregadas no território que compreende o povoado de São Pedro de Uberabinha (e posterior Uberlândia) em sua regionalidade e influências até a primeira metade do século XX? Quem eram seus agentes? De que maneira foram instituídas, valorizadas ou execradas, de formas diversas, concomitantes e conflitantes? O que elas expressa(va)m? Estes questionamentos mencionam uma cidade em suas contradições de formas e funções: técnicas vernáculas, semelhanças e afastamentos de situações que recorrentemente foram forçosamente encobertas, penalizadas¹¹ e combatidas sem interrupção, em tom semelhante ao encontrado no excerto de jornal citado na epígrafe: a obsessão pela “bôa estética da cidade”, às custas de regulações e “penalidades”, sem as quais, o processo de urbanização poderia não resultar numa “cidade moderna”.

⁹ ALVES, F. D. A relação campo cidade na geografia brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 16, n.3 p. 7-18, set./dez. 2012. p. 11.

¹⁰ Ver: LEMOS, Carlos A. C. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: EDUSP, 1999. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 1996. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo editora, 1951.

¹¹ Sobre a penalização destas técnicas de construção vernáculas em Uberabinha, ver: S. PEDRO DE UBERABINHA. *Estatutos e leis da câmara municipal de S. Pedro de Uberabinha*. S. Pedro de Uberabinha: Livraria Século XX, 1903.

A modernidade Uberabinhense/Uberlandense cujas formas materiais foram erguidas ao longo do século XX é apresentada à população através do discurso mostrando que a modernização do espaço urbano não é apenas técnica e material, mas também uma prática discursiva. No caso da citação do *Jornal Correio de Uberlândia* de 1940 é possível perceber uma reclamação por parte do jornalista (não identificado) sobre uma questão que inquietava determinada parcela da população na época: o não seguimento do código de posturas do município de Uberlândia¹², em vigor desde 1933. Havia uma preocupação, predominante em determinadas regiões da cidade, sobre sua estética e higiene aparente. O centro, que se apresentava como “vitrine do progresso”, não podia ser transformado em um *chiqueiro*, construção tradicional que remete às práticas culturais dos tempos de estética colonial, às sociabilidades e construções predominantemente rurais; uma temporalidade que se imaginava devendo ser ultrapassada, ou seletivamente lembrada, com saudosismo e pacifismo.

A modernidade uberabinhense é [também] excludente, pois não envolve toda a população, ela é um simulacro urdido pelas elites locais, que, imbuídas de um projeto – de aspectos liberais – constrói uma multifacetada rede de experiências, pela (re)invenção dos espaços e refinamento das relações. (...) O entrelaçamento entre a civilização, a urbanidade e o progresso aparecem como garantia de consecução da sociedade, no caso em apreço, da cidade ideal, “limpa, comoda e garrida” e que contribuiria para a conformação do cidadão como indivíduo “morigerado e ordeiro”.¹³

Da criação do distrito de São Pedro de Uberabinha até a primeira metade do século XX, grandes transformações urbanas aconteceram na cidade. Algumas estimuladas e regidas pelos códigos e leis, outras por frutos de migrações campo-cidade e outras ainda por conta de tradições culturais *rurais* mantidas em meio ao esforço modernizador. Neste trabalho acompanhamos mais de perto este processo pela construção do segundo fórum da cidade, em 1922. Assim como nas palavras de Michel de Certeau "A cidade-conceito se degrada."¹⁴

Nessa degradação da cidade conceito, surgem mecanismos de coerção: legislações, interdições e estabelecimento de normas que regem as mais variadas esferas da vida na cidade, para impor um processo educativo à população¹⁵, com função de manter essa aparente supremacia da cidade ideal. Compreender se esta concepção foi (ou tem sido) bem sucedida na cidade é a aspiração aqui proposta, porque o ideal continua militando apenas no campo das

¹²A renomeação se dá institucionalmente pela lei estadual 1.126, de 19 de outubro de 1929.

¹³DANTAS, Sandra Mara. *A fabricação do urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)*. 2008. 203 f. Tese (doutorado em história) – Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2008. p. 20.

¹⁴CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 175.

¹⁵Sobre o aspecto educador da cidade ver: LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Escola Rural: Memória e representações. Cadernos de história da educação*. Uberlândia, n.3, p. 27-37, jan./dez. 2004.

ideias e “entre o real e o ideal havia uma distância que não condizia com o discurso, ou mesmo ignorava-o.”¹⁶

Assim como defende Sandra Mara Dantas¹⁷, reconhecemos que o urbano em Uberabinha/Uberlândia foi fabricado – com recursos materiais e discursivos. Fruto de negociações e esforços de grupos que valorizavam a urbanização como signo de um novo tempo, procurou se instalar com naturalidade forjando na memória uma vocação progressista idealizada.

Uberabinha se constitui inicialmente como cidade de baixa urbanização, dependente das relações do campo e com economia pouco dinamizada. Ao se constituir Uberlândia, em 1929, a cidade e o campo tornam-se cada vez mais integrados e os processos de urbanização constituem-se cada vez mais fortes, nesta terra fértil (Ubere + Land), a Cidade Jardim emerge. Já nesta dita cidade atual, aqui metodologicamente delimitada pela construção de um novo prédio para abrigar o fórum da comarca de Uberlândia, em 1977, a população urbana já é predominante, de modo que é possível identificar ruralidades em meio urbano e urbanidades no rural.

O termo cidade jardim aqui empregado surge, segundo o jornalista Lycídio Paes (apud Beatriz Ribeiro Soares) através de

(...) um representante da revista *Noite Ilustrada* – que foi chamado para fazer um relatório sobre a cidade, com vistas à propaganda do município naquele periódico, ainda nos tempos da ditadura Vargas. (...) De acordo com esse jornalista, o repórter apenas recolheu algumas fotografias e andou pelo centro da cidade, inclusive, num período em que a mesma passava por um verão quente e seco muito rigoroso, que fez com que as áreas verdes ficassem completamente ressequidas. E, de posse destas informações, escreveu sobre “a bela paisagem urbana” principalmente, sobre suas praças públicas, e apelidou Uberlândia de Cidade Jardim.¹⁸

Seria esta denominação indício de que a cidade visitada pelo jornalista tinha características arquitetônicas com influências dos conceitos urbanísticos das cidades jardins? No excerto de crônica trazido no texto de Soares (2008), Lycídio Paes afirma que o nome foi designado à localidade pelo jornalista da *Noite Ilustrada* “quando essa revista pertencia ao

¹⁶DANTAS, Sandra Mara. De Uberabinha a Uberlândia: os matizes de um projeto de construção da cidade jardim (1900-1950). p. 29. In: BRITO, Diogo de Souza e Warpechowski, Eduardo Moraes. *Uberlândia Revisitada: Memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: Edufu, 2008. P. 17-51.

¹⁷DANTAS, Sandra Mara. *A fabricação do urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)*. 2008. 203 f. Tese (doutorado em história) – Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2008. p.6.

¹⁸SOARES, Beatriz Ribeiro. Estruturação interna e a construção dos signos de modernidades da Cidade Jardim. p.150. In: BRITO, Diogo de Souza e Warpechowski, Eduardo Moraes. *Uberlândia Revisitada: Memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: Edufu, 2008. P. 143-177. p.149,150.

Governo Ditatorial”¹⁹. Segundo consta, a revista foi comprada pelo estado através do Decreto-Lei n.2073, de 08 de março de 1940²⁰, o que leva a crer que esta qualificação se refira a época entre 1940 e 1945.

Neste período, Uberlândia contou com a presença expressiva das obras de João Jorge Coury, companheiro de escritório de Atílio Correa Lima, arquiteto-urbanista responsável por planejar a cidade de Goiânia entre 1932 e 1935. Os anúncios do *Jornal O Estado de Goiás* (Figura 15) em que se nota a presença dos dois engenheiros, dividindo o escritório, datam dos primeiros anos da década de 1940, época contemporânea à visita do jornalista da *Noite Ilustrada* e sua adjetivação dada a Uberlândia. Porém, tanto Atílio quanto Coury possuem influências caras do urbanismo francês²¹, enquanto as cidades jardins conceitos se efetivam com Howard na escola inglesa.

As cidades Jardins de Ebenezer Howard foram por ele descritas inicialmente em 1898, cujo livro foi reeditado em 1902, com o título: *Garden Cities of tomorrow* (Cidades Jardins do Amanhã). Howard supunha um planejamento ordenador do urbano como forma de propor uma união entre campo e cidade, sendo planejadas cidades para um número máximo de pessoas, lugar no qual, “todas as vantagens da vida mais ativa na cidade e toda a beleza e as delícias do campo podem estar combinadas de um modo perfeito”.²²

Aqui, o período da *Cidade Jardim* será pensado como proposta de modernização e remodelamento do espaço urbano local. Até este momento, teriam vigorado as construções de estilo eclético, os primeiros planos urbanos, a construção de praças e ruas à moda das *Boulevard francesas* e o início das vilas operárias; o período de 35 anos no qual o prédio do segundo fórum da cidade esteve de pé.

O segundo momento já representa o domínio do concreto e uma influência da arquitetura modernista, instante em que a construção do fórum da Praça Tubal Vilela começa a ganhar adjetivos como *pardieiro* e cai em descrédito pelos veículos de comunicação. Este

¹⁹ *Correio de Uberlândia*, 20 de março de 1970, p. 6. Apud: SOARES, Beatriz Ribeiro. Estruturação interna e a construção dos signos de modernidades da Cidade Jardim. In: BRITO, Diogo de Souza e Warpechowski, Eduardo Moraes. *Uberlândia Revisitada: Memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: Edufu, 2008. P. 143-177. p.150.

²⁰ LUCA, Tânia Regina de. A produção do departamento de imprensa e propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.31, n.61, 2011. p.295.

²¹ Atílio realiza seus estudos sobre urbanismo na França orientado por Henri Prost publicando uma tese sobre o ordenamento da cidade de Niterói-RJ; enquanto Coury é formado pela Escola de Arquitetura da UFMG e segundo Laurentiz, apresentando fortes influências de Corbusier. Ver: LAURENTIZ, L. C. e SILVA, R. B. *Arquitetura moderna nas casas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. In: CAPPELLO M. B. C. et all. (org.). *Documentação da arquitetura moderna no Triângulo Mineiro a Alto Paranaíba: História e Preservação*. Uberlândia: Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design (UFU), 2011. DINIZ, A. *Goiânia de Atílio Correa Lima (1932-1935): Ideal estético e realidade política*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

²² CHOAY, F. (1997). *O Urbanismo*. 3ª Edição, São Paulo: Editora Perspectiva S. A. p.220.

chamado “fim” da institucionalização da cidade Jardim, período no qual as construções, antes modernas, começam a se configurar como já ruínas.²³ Com as mudanças no que é estabelecido como ideal, as suas relações com o campo também se transformam, neste momento, percebe-se um campo cada vez mais mecanizado, industrializado.

Estas novas configurações do espaço constituem também mudanças nas formas de relacionamentos. Simmel²⁴ propõe que na medida em que a sociedade se especializa ela se torna mais interdependente – de serviços e funções mútuas dos indivíduos –, e ao mesmo tempo individualista. A quantidade de estímulos sensoriais e visuais aos quais o homem é exposto na metrópole extrai dele uma maior necessidade de atenção, a qual ele não consegue acompanhar. Isso culminaria em uma introspecção e maior mecanização das ações cotidianas.

Neste momento, para recorrer agora aos termos da Geografia Teorética (1960 – 1980)²⁵ a cidade torna-se o centro das relações com o campo, sendo que a concentração populacional aumenta consideravelmente no município. Com os processos de urbanização há a criação de espaços suburbanos (refere-se à ideia de uma cidade espalhada, difusa, relacionado às mudanças nas formas de mobilidade), periurbanos (locais onde as relações sociais típicas do campo e da cidade se misturam) e franjas urbano-rurais (lugares de transição entre as zonas de urbanização e zonas rurais).

Já a Geografia crítica quando analisa o fenômeno da população urbana como dominante nos chama a atenção para as ruralidades existentes em espaços urbanos e urbanidade em espaços rurais. Sendo assim, “as ruralidades no urbano são vistas através de hortas urbanas ou agricultura urbana, além das questões sociológicas pelos migrantes oriundos de áreas rurais que moram na cidade e cultivam tradições e culturas camponesas na cidade”²⁶.

Hespanhol e Hespanhol (2006) também tecem argumentos a respeito da relação campo-cidade numa dimensão e desenvolvimento territorial a partir da década de 1990. Os estudos partem para um diálogo de continuum dos espaços rurais e urbanos, ou seja, as ruralidades estão presentes na cidade, assim como as urbanidades estão no rural, conforme aponta Rua (2005). Estas relações estão notadamente aos aspectos culturais e sociológicos da população dos lugares, e a utilização de autores da sociologia são fortemente

²³SIMMEL, Georg. A ruína. SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB. 1998. p. 137-144.

²⁴SIMMEL, Georg. (1967) A metrópole e a vida mental. In: Velho, Otávio G. (org.). *O Fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.

²⁵ ALVES, F. D. A relação campo cidade na geografia brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 16, n.3 p. 7-18, set./dez. 2012.

²⁶ Idem, p.14.

empregados na base teórica dos geógrafos, em especial Maria José Carneiro, Maria Nazareth Wanderley e o economista José Eli da Veiga.²⁷

Renato Jales Silva Júnior procura analisar as experiências diversas do viver na cidade, no caso específico do atual bairro Bom Jesus, antiga Vila das Tabocas, com o uso de fontes orais, evidenciando as múltiplas sensações de pertencimento *ao* lugar. Para o autor, o fato de reforçarem essa noção, diz respeito, também, a uma necessidade de se inserir na cidade a partir de seu lugar social: o da classe trabalhadora.

Existem dois tempos trabalhados na memória deste trabalhador, o tempo das tabocas, que significava a vida na periferia e o tempo de hoje, de viver no centro da cidade. Esses dois tempos são trabalhados na memória para construir a sua trajetória e, concomitantemente, marcar os sentidos do seu pertencimento. Esse sentimento de pertença dos moradores do Bairro Bom Jesus está ligado às imagens que foram colocadas sobre o lugar onde vivem e sobre como viviam em um bairro de favelas ou casas de caixotes.²⁸

Se o ideal de cidade e as suas funções na relação produtiva com o campo se diferenciam, as construções características da transição dos séculos XIX e início do XX, que resistiam, como *restos* - ainda em meados do século XX, eram típicas da arquitetura colonial²⁹, como demonstram as fontes visuais do período. Telhados em quatro águas com telhas de capa e canal, casas construídas em taipa, janelas e portas predominantemente em madeiras com soleiras retangulares simples. Este foi o tipo de construção que passou a ser condenada durante todo o período em que se busca a hegemonia do discurso modernizante e das quais hoje há apenas alguns vestígios. A última casa de Uberabinha, de técnica e estilos correspondentes ao descrito, situada na Rua Augusto César, que chegou a ser inventariada, porém foi demolida em 2012³⁰, talvez seja um símbolo da consolidação desse processo de combate ao estilo colonial persistente em meio ao *processo modernizante*.

As cidades que emergem no século XX representavam, assim como Uberabinha, uma finalidade progressista. Como surgiram, neste caso, sendo extensão de uma sociabilidade e estrutura rural, modorrenta, sinuosa, insalubre, sendo que conceitos e propostas que se opõe a ela são lançados posteriormente como forma de inseri-la no traçado urbano que se formava no

²⁷ Idem, p. 8

²⁸ JUNIOR, Renato Jales Silva. Viveres urbanos em Uberlândia: Algumas histórias para questionar uma memória. p. 304. . In: BRITO, Diogo de Souza e Warpechowski, Eduardo Moraes. *Uberlândia Revisitada: Memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: Edufu, 2008. P. 294-327.

²⁹ O conceito de colonial implícito nestas classificações diz respeito a construções que seriam tomadas, posteriormente, como símbolo deste processo colonizador/civilizador (se pensarmos nesta perspectiva) do Sertão da Farinha Podre. A respeito das implicações e definições de colonização e colônia, ver: BOSI, Alfredo. *Colônia, culto e cultura*. In: _____. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

³⁰ *A última casa de Uberabinha*. Almanaque Uberlândia de ontem e sempre. Uberlândia, ano 4, n.7, p. 19 – 20, ago./2014.

Brasil. Com isso, a instituição da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro no local, o plano de urbanização que traçava as ruas centrais como um “tabuleiro de xadrez”, a publicação do primeiro jornal – *A Reforma* –, a inauguração a estação do Telégrafo Nacional, esforços modernizantes que *apresentavam* à população outras formas de se relacionar, pensar e construir.

A cidade de estética colonial possui deste modo, em sua origem, maior semelhança com o rural que com o urbano que se instaurava. Esta cidade “vazia e modorrenta de elites. Mas também uma cidade cheia de negros, mestiços, homens livres e pobres, dos desclassificados em geral”³¹ que destoa dos planos da cidade moderna “ferrovias, imigrantes, movimento de trabalhadores livres que usavam do seu novo e nem sempre reconhecido direito de ir e vir, incremento e diversificação das atividades econômicas, europeização dos espaços e modos de vida.”³²

Seguindo esta efervescência do viver urbano, procurando explorar interstícios desta cidade em construção é que interrogamos as formas de habitar e viver no triângulo mineiro através da análise das formas arquitetônicas e das técnicas construtivas empregadas pelos habitantes da cidade de Uberlândia em suas relações com os (novos) arquitetos da modernidade.

O primeiro capítulo deste texto propõe realizar uma discussão acerca dos vários modos de viver e habitar da população do Sertão da Farinha Podre. Aqui, há uma ampliação da escala de análise para além do núcleo urbano originário de Uberabinha, em busca das relações que teriam centralidade no espaço rural. Procura-se entender se o modo de construir estava relacionado aos processos de diferenciação social, e desta maneira compreender quais as construções eram aceitáveis para determinados moradores e em determinados espaços urbanos e rurais, tomadas como legítimos “lugares de memória”. Através de uma análise das construções indígenas, ou indigenistas locais, procuramos compreender as técnicas de edificação e suas formas de (des)legitimação ao longo das modificações urbanas, realizando uma discussão acerca do que poderia ser entendido como cultura popular e de que modo este conceito também atua nestas formas de deslegitimação destes modos de construir e habitar.

Por conseguinte, o segundo capítulo se dedica a um estudo sobre as formas arquitetônicas e técnicas construtivas predominantes na região até aquelas características da Cidade Jardim. Inicialmente a ideia é compreender através de vestígios arquitetônicos,

³¹LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos*. IV Seminário de história da cidade e do urbanismo. p. 497-504. p. 500.

³²Idem, p. 500.

materiais e iconográficos, a parte que resiste deste período (início do século XX) neste processo de transformação urbana em busca dos aspectos da história de quem construía. Como eram suas habitações? Quais os materiais eram utilizados nas edificações? A que experiências, condições materiais e vivências estes vestígios nos remetem?

Não há, na maioria dos casos, construções ainda de pé, da “antiga” Uberabinha, apenas alguns vestígios, isolados, que remetem a uma estética colonial. Os estudos, portanto, são feitos através de fontes indiretas: fotografias do período recortado com implicações teórico-metodológicas importantes já que as fotografias, “(...) nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ideologicamente) congelados num dado momento de sua existência/ocorrência”.³³

Neste sentido, metodologicamente são compartilhados os mesmos vestígios daqueles valorizados por quem estuda a cidade em sua perspectiva ideal, interessados mais nos projetos futuros, que no materializado, construído. Por processos distintos, os vestígios de memória deste período foram produzidos e conservados de maneira seletiva (como são os vestígios da memória), priorizando determinadas estruturas em detrimento de outras. Partes da “cidade ideal” estão em fotografias, entrevistas, memorialistas, enquanto vestígios da “cidade das contradições” são escondidos, esquecidos, maquiados, embora também possam ser inferidos, numa leitura a contrapelo das fontes. Neste caso, o trabalho do historiador se equivale à

Carpintaria do passado, portanto, é obra do historiador, ele é o carpina que de posse dos escombros que o passado deixou, os submete a um trabalho de corte, de rejuntamento, de imagem, de aparas, de encaixe e aprumo que os põem novamente para funcionarem como acesso ao que foi, como porta ou janela por onde podemos espiar ou adentrar a dramaturgia dos tempos idos.³⁴

Cabe a escolha dos documentos e do tipo de análise que lhe será privilegiado, não considerando o mesmo como “qualquer coisa que fica por conta do passado, [mas] é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.”³⁵ Sabendo que determinadas relações e interpretações podem reforçar estereótipos ou possibilitar uma reflexão crítica através de problemas, pretende-se analisar com olhares da historiografia, as contradições mantidas numa aparente narrativa linear.

³³KOSSOY, Boris. (2002) Realidades e ficções na trama fotográfica. Apud: LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Escola Rural: Memória e representações. *Cadernos de história da educação*, Uberlândia, n.3, p. 27-37, jan./dez. 2004. p. 32.

³⁴ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz.O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 4, Nº19, Rio, 2009.

³⁵LE GOFF, Jacques. Documento e monumento. *História e memória*. Campinas: editora da UNICAMP, 1990. p. 545.

Deste modo procura-se entender quais os materiais eram mais utilizados em ambos os casos - madeira, barro, cimento, vidro, metal – e como eles podem evocar relações entre o homem e seu o espaço geográfico e social não privilegiados pela arquitetura moderna. Com estes vestígios estudados pode-se realizar uma análise sobre as construções do início e do fim do período estudado, primeira metade do século XX, através de fotos, plantas, mapas e vídeos locais, e entender quais os lugares sociais de cada objeto arquitetônico na cidade.

Já no terceiro capítulo a proposta envolve analisar as interpretações sobre o lugar social da cidade: o Sertão da Farinha Podre deixaria de ser Sertão com a arquitetura da modernidade? Essa é em particular, uma das aspirações do excerto de Jornal citado na epígrafe, no imaginário da imprensa. Será que nos anos 1940, já não restava mais sertão tortuoso, dominando as linhas retas do traçado planejado e estrutural da modernidade? Enfim, procuramos indagar e desvendar esta propaganda da cidade moderna a ser [re]construída incessantemente, desde os anos 1920, em contraposição à cidade colonial, entre à adaptação e a dominação do espaço natureza. Procurando, portanto, entender as expectativas de regulamentação da vida social na cidade, tanto pela legislação quanto pela imprensa.

Ainda como discussão metodológica, resta uma pergunta que permeia todo o trabalho: As forças materiais determinam o social? A partir de qual momento – e se é possível estabelecer um marco temporal – as formas e técnicas construtivas tornaram-se expressão do modo de vida e das relações de sociabilidades do lar, ou seja, o homem da sociedade progressista e capitalista do imaginário local mora em determinado lugar por conta de relações sociais que podem ser desenvolvidas ali? Formas de moradia envolvem e expressam o desejo de preservação do *status quo*?

São estes modos de vida do passado no presente, da cidade colonial – que pulsaram pelo menos até 1950 –, da cidade jardim, ou da moderna arquitetura que se ergue e se reforma incessantemente, que se pretende investigar pelas formas que deles restaram. Deste modo, operando na engenharia dos tempos, interessa pensar

o caráter de passado da ruína. Ela é o sítio da vida, do qual a vida se separou - isto não é algo simplesmente negativo e nem um pensamento acrescentado, como nas incontáveis coisas que outrora flutuaram na vida, que foram casualmente lançadas à sua margem, mas que, com respeito à sua essência, poderiam ser novamente levadas por sua correnteza, mas sim a vida que com sua riqueza e suas mudanças uma vez habitou aí.³⁶

³⁶Simmel, G. A ruína. SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB. 1998. p. 137-144.p. 144.

Sendo assim, este trabalho propõe perscrutar a vida solapada nos processos de modernização da cidade pelos olhares das formas e técnicas construtivas e da historiografia, num contraponto de ideias e problematizações, deparando-nos com conteúdos de diferentes áreas do conhecimento e procurando lançar questões sobre fontes de naturezas diversas. Portanto, pretende-se investigar quais formas e quais técnicas construtivas eram difundidas na região nos tempos de vila; Quais eram (des)valorizadas durante o processo de institucionalização da cidade jardim? Quais as relações e formas de sociabilidade havia nos tempos de vila? Ocorreram transformações nos modos de vida? Quais as características da modernidade uberabinhense/uberlandense? Como aquelas formas que resistem, arruinadas, são percebidas pelos sujeitos que as transformam e superam?

1. O SERTÃO, A ALDEIA, A FAZENDA E A CIDADE: TÉCNICAS E SOCIABILIDADES DE UMA ARQUITETURA INDÍGENA

a geometria surgiu,
a agrimensura tudo abarca.
para além da medida, *nada* existe.
Berman, 1986.³⁷

João Pereira da Rocha teria sido um dos primeiros sertanistas a se estabelecer na região do extremo oeste das Minas, originário do movimento migratório para o sertão, ocorrido entre os séculos XVIII e XIX. Segundo Hamilton Afonso de Oliveira, foi “com a chegada dos entrantes paulistas e sobretudo dos mineiros, que gradativamente foram ocupando as regiões que correspondem ao atual Triângulo Mineiro – que até 1816 era território goiano –, e ao sul, sudoeste de Goiás”³⁸.

Ainda de acordo com Oliveira (2008), o início do processo de ocupação do território hoje conhecido como Triângulo Mineiro, deu-se com o envio de bandeiras para a região, em 1809, a mando do Marquês de S. João da Palma, então governador da província de Goiás. O Sargento-Mor Antônio Eustáquio de Oliveira, regente dos Sertões da Farinha Podre, comandou três expedições, sendo que a partir da última empreitada “notícias otimistas como a abundância de terras devolutas férteis, propícias à agricultura e criação de gado, começaram a atrair outros mineiros para a região”³⁹.

João Pereira da Rocha conheceu as terras devolutas da Farinha Podre, em 1817. O geralista teria vindo de Paraopeba⁴⁰ acompanhado dos irmãos Caetano Alves Rezende e José Alves Rezende, juntamente com suas famílias e do amigo Francisco Rodrigues Rabello. Após avaliar as terras nas quais habitaria, João Pereira da Rocha voltou para sua região a fim buscar sua família, filhos e agregados tornando-se oficialmente proprietário do local em 1821, data da carta da sesmaria a ele concedida⁴¹. Esta seria, a propósito, umas das últimas cartas de sesmarias a ser concedidas, já que 1822 acabaram as divisões de sesmarias.

³⁷ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 202. (Grifo nosso)

³⁸ OLIVEIRA, H. A. A marcha das migrações: A ocupação e colonização da região sul de Goiás, 1800-1850. In: *História Revista: Goiânia*, v.13, n.1, jan./jun.2008. p.157-176. p165.

³⁹ Idem, p.172.

⁴⁰ Localizada na região de Sabará (centro oeste de Minas), da qual, segundo Hamilton Afonso de Oliveira, juntamente com Paracatu (noroeste de Minas) e Rio das Mortes (sul de Minas), teriam vindo vários geralistas em busca de terras devolutas. OLIVEIRA, H. A. A marcha das migrações: A ocupação e colonização da região sul de Goiás, 1800-1850. In: *História Revista: Goiânia*, v.13, n.1, jan./jun.2008. p.157-176.

⁴¹ DANTAS, Sandra Mara. *A fabricação do urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)*. 2008. 203 f. Tese (doutorado em história) – Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2008. p. 22.

Manoel de Portugal e Castro, do consenso de S. Magestade, Real Alteza, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais, faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que atendendo a me representar sua petição o alferes João Pereira da Rocha que no Julgado de dezembogue no Sertão da Farinha Podre, na paragem denominada O' verava, que se acham terras devolutas as quais partem ao rumo de Léste com a Sesmaria de Bento José Godoy, pelo rumo de E'ste com posses de Ana Francisca, pelo Norte com o alferes Francisco Soares Ferreira e pelo Sul com o sertão inculto que o suplicante as queria possuir por legitimo titulo de sesmaria, me pedia e se consedesse na dita paragem, tres leguas de terra de comprido e uma de largo, por ser em campos, na forma desta ordem, ao que atendendo eu e a quantos o Dr. Procurador da Coroa e Fazenda desta Capitania a quem sem ele oferecer duvida alguma na concessão, por não encontrar inconvenientes que a proibisse á vista das deligencias que por Editaes concedeu procedeu o Juiz Ordinário do dito Julgado, e pela faculdade que S. Magestade me permite nas suas Ordens (...) seja por bem fazer mesmo como por este faço, de conceder em nome de S. Magestade ao dito alf. João Pereira da Rocha, por sesmaria, tres leguas de terras de comprido e uma de largo. (...) a 19 de Maio, ano do Nascimento de N.S.J.C de 1821.⁴²

A porção de terras recebida por João Pereira da Rocha foi denominada Fazenda São Francisco. A sede da fazenda, que se encontra inventariada⁴³, teve sua construção levantada nas primeiras décadas do século XIX, já que, segundo consta, em “1830 João Pereira da Rocha construiu uma nova casa, onde hoje é a Fazenda Letreiro, passando a nela residir com a família; a antiga sede tornou-se local de descanso para os trabalhadores da fazenda, entrando em progressiva decadência.”⁴⁴ Depois disso, um de seus descendentes, Coronel Antônio Alves Pereira, teria reformado o lugar para lá habitar juntamente com sua família.

Com o passar dos anos a propriedade foi sofrendo algumas subdivisões até que a sede foi vendida, em 1985, para Sebastião Humberto Andrade Arantes, atual proprietário. Carlos Alberto Cerqueira Lemos ao visitar a propriedade, em 1987, observou que a sede “estava mal conservada, mas apresentava todos os agenciamentos normais a essas velhas propriedades auto-suficientes em seus tempos iniciais de isolamento.”⁴⁵ Ao compará-la em termos arquitetônicos com as construções paulistas, o arquiteto afirma que esta talvez fosse, à época, “o último exemplar íntegro remanescente do movimento devassador dos sertões dos rios Grande e Paranaíba, no início do século XIX, pelos mineiros voltados para a pecuária

⁴² Cópia da carta de Sesmaria transcrita por Jerônimo Arantes, teve sua linguagem modificada, para segundo o autor, facilitar a leitura. ARANTES, Jerônimo. (1938) *Corografia do Município de Uberlândia*. Apud. DANTAS, Sandra Mara. *A fabricação do urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)*. 2008. 203 f. Tese (doutorado em história) – Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2008. p. 22.

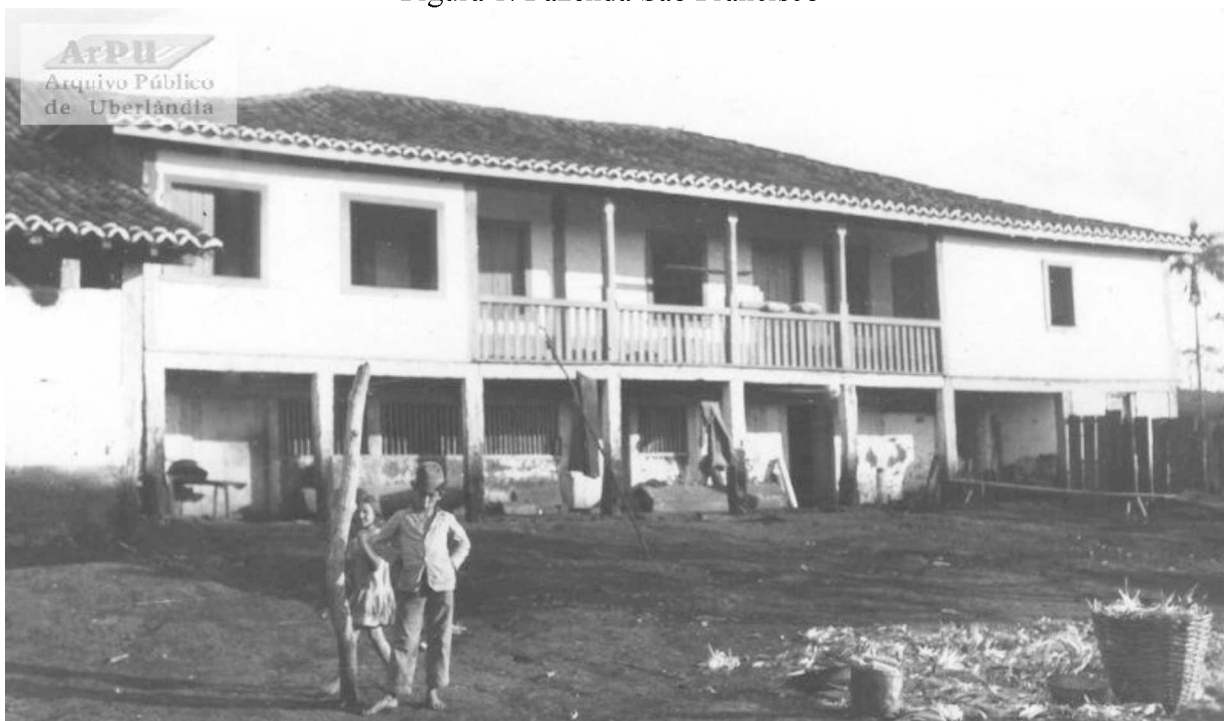
⁴³ Inventário elaborado e revisto por Marília M. B. Teixeira Vale, em Março de 2001.

⁴⁴ UBERLÂNDIA. *Inventário de Proteção do acervo cultural de Minas Gerais*. Estruturas arquitetônicas e urbanísticas: Sede da Fazenda São Francisco. Disponível em: http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/2017.pdf. Acesso em 16/09/2016.

⁴⁵ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *A casa Paulista – História das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp. p. 104.

extensiva”⁴⁶ já que as outras propriedades teriam passado por descaracterizações graças a sucessivas intervenções estéticas e/ou estruturais. Deste “movimento devassador dos sertões” ou o processo histórico de migração e transformações nas formas de viver e habitar o/no espaço, ainda persistem pequenos vestígios “eleitos” como lugares de memória e estratégia de preservação de um determinado modo de construir e viver, o que elenca algumas questões desenvolvidas ao longo do texto. A construção sede da fazenda São Francisco foi reformada após a visita de Carlos Lemos, segundo consta no inventário, em 1987/1988, mantendo ainda partes de seus materiais originais.

Figura 1: Fazenda São Francisco



Fonte: ArPU – Arquivo Público de Uberlândia

A fotografia nos revela a estrutura física da casa e uma representação dos modos de vida locais. Não é possível identificar quem são as crianças que aparecem em primeiro plano, mas em relação aos modos de vida e de produção econômica é possível identificar indícios do que era cultivado na Fazenda. Tito Teixeira afirma que, à época de João Pereira da Rocha; “na sede da fazenda desenvolveu a criação de gado vacum, caprinos e cavalares para suprir o custeio da fazenda, formando anualmente pequenas lavouras para o consumo interno, onde se

⁴⁶ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *A casa Paulista – História das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp. p. 104.

notava, além do milho, o arroz, o feijão e pequenos eitos de algodão, fumo, cana e anil”⁴⁷, cabendo pensar o que poderia ter permanecido desde esta época até a época da fotografia, e o que é instituído posteriormente.

Apesar de a fotografia não apresentar data, pode-se afirmar que seja anterior a 1987, já que uma das principais alterações estruturais da reforma, segundo consta no inventário, foi a demolição do cômodo lateral esquerdo com propósito de unir as varandas frontais e lateral. Esta, entretanto, não foi a sua primeira modificação, a casa já havia passado por transformações estruturais de adaptação às estruturas da modernidade, sendo que, em outra fotografia (Fig.2), também anterior à reforma de 1987, é possível perceber a presença de lâmpadas na varanda.

Figura 3: Fazenda São Francisco. É possível identificar a presença de luminárias na varanda instaladas junto às colunas de madeira.



Fonte: ArPU – Arquivo Público de Uberlândia.

Figura 2: Fazenda São Francisco, já sem o cômodo lateral e com as varandas interligadas. Nov./2000.



Fonte: Inventário de proteção ao acervo cultural. Fotografia de Marília M. B. T. Vale.

⁴⁷TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central – História da criação do município de Uberlândia*. Uberlândia: Gráfica LTDA Editora, 1970. p.12.

A configuração atual da casa apresenta algumas características estruturais e arquitetônicas distintas daquelas encontradas na construção original, do século XVIII: são dois pavimentos, que se “aproveitaram” da declividade natural do terreno, contém 550 metros quadrados de área construída.

A casa emprega estrutura autônoma de madeira, composta de baldrames, esteios, madres e frechais, assentada sobre um embasamento de pedra tapiocanga. As paredes internas ainda apresentam a técnica de pau-a-pique; verifica-se várias marcas que indicam alterações das paredes originais. As paredes externas apresentam-se hoje, quase que inteiramente de tijolos. Todos os vãos de abertura possuem esquadrias de madeira, com vergas retas e folhas cegas de madeira, fechadas com tramelas; somente a porta principal possui duas folhas. Chama a atenção os espelhos de ferro forjado das portas internas e a presença de cabides de madeira em todos os cômodos, bem como a presença de dois armários embutidos na sala interna. A cobertura é composta, com engradamento original - apenas alguns caibros e ripamentos foram substituídos; possui telhas de barro tipo capa e canal, com beirais formados pelos próprios caibros que substituíram o sistema original de cachorros, verificados pelas marcas deixadas nos frechais. A casa não apresenta forros, a não ser forros de placas de eucatex colocadas, recentemente, em dois dos quartos; marcas nos frechais indicam a existência anterior de forros de esteira. As salas, quartos e varanda mantêm o piso original de tábuas assentadas sobre barrotes; a área da copa, cozinha, despensa, banheiro e a varanda de serviços tem piso revestido de cimento com pigmento vermelho. O piso dos porões é de laje de pedra. A instalação elétrica é aparente, fixada nas peças de madeira.⁴⁸

A estrutura atual, descrita acima, revela vestígios de uma anterior, das possíveis técnicas que teriam sido utilizadas para construir aquela que fora outrora uma habitação com “ares de civilidade” que remetem aos processos de colonização da região decorrentes do fluxo migratório de finais do século XVIII e início do século XIX. Assim, é possível inferir que em sua estrutura original foram utilizadas técnicas de construção que remetem a uma *arquitetura vernácula*⁴⁹, simultaneamente, suas formas arquitetônicas são destoantes das condições existentes na região no período em que a casa teria sido erguida.

A casa se utiliza de “estrutura autônoma de madeira” e as paredes internas “ainda” apresentam a técnica de pau-a-pique. Esteios em madeira e taipa de mão são características do que se convencionou chamar arquitetura colonial. As portas em folhas cegas de madeira também remetem ao período. Não faziam referências nem guardavam semelhanças com as

⁴⁸UBERLÂNDIA. *Inventário de Proteção do acervo cultural de Minas Gerais*. Estruturas arquitetônicas e urbanísticas: Sede da Fazenda São Francisco. Disponível em: http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/2017.pdf. Acesso em 16/09/2016.

⁴⁹ Vernáculo: palavra de origem latina *vernaculus* - ou o escravo nascido na casa do dono, doméstico, de origem local. O conceito foi inicialmente discutido no Brasil em Weimer (2005) que defende o uso do termo “arquitetura popular” ao invés de “arquitetura vernácula” entendendo que há uma semelhança de sentidos e significados; vernáculo e popular são pensados como tautologias. WEIMER, Gunter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2005

construções indígenas/indigenistas difundidas no local, mas há apropriações dos materiais locais: um exemplo disso, as pedras tapiocangas, típicas do cerrado.

A utilização de fundações para construção, já que a casa segundo consta no inventário estaria “assentada sobre um embasamento de pedra tapiocanga”⁵⁰, não era comum em edificações indígenas, veremos mais a seguir, o que sugere uma influência de técnicas de construção empregadas no que foi denominado como arquitetura colonial. O uso de um material típico da região diz respeito à adaptação destas técnicas ao que estava disponível no local, um dado importante, considerando que as formas de construir e viver podem ser entendidas como manifestações culturais, resultado das lutas travadas pela adaptação/transformação do espaço de natureza, mas não exatamente de adoção das técnicas de construir dos que já habitavam a região.

As transformações ao longo do tempo foram sendo absorvidas na construção, porém, grande parte de sua estrutura se mantém dentro da técnica original. Forros eucatex, paredes exteriores de tijolos, instalação elétrica são as “inovações” que o inventário destaca. Já quando analisamos a figura (3), dos anos 2000, é possível notar que o seu entorno, não é mais cercado pelo cotidiano rural do século XIX, já está ajardinado procurando instituir a fazenda como um lugar de memória, próprio dos processos de patrimonialização mais recentes que, em Uberlândia, datam já de fins do século XX.

No período de construção da sede da Fazenda as habitações *comuns* na região eram aquelas encontradas nos arraiais e aldeamentos. Dada a busca pelo ouro que alcançava ainda seu auge nos séculos XVIII no Brasil, foram realizadas algumas entradas pelo interior do país, no intuito de encontrar o metal precioso.

Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera I, foi o primeiro a atravessar a região entre os rios Grande e Paranaíba em meados do século XVII, mas foi seu filho, Anhanguera II, juntamente com uma expedição que, no século seguinte, abriu uma picada que alcançou as regiões de mineração em Goiás. Oficializada, a estrada passou a ser conhecida como Estrada do Anhanguera⁵¹ e os primeiros povoamentos coloniais constituíram-se às suas margens.

A região entre os rios Grande e Paranaíba, que ficou conhecida como Sertão da Farinha Podre⁵², era já habitada por índios Kayapós, por vezes tidos como “hostis” à presença

⁵⁰ Idem, p.2.

⁵¹ DANTAS, Sandra Mara. Identidades em órbita: O habitante do Triângulo Mineiro e constituição da triangulidade. *Locus: Revista de História de Juiz de Fora*. v. 20, n. 2. p.:125-144. 2015. p. 131.

⁵² A explicação mais difundida para o nome seria que viajantes que atravessavam a localidade tinham por hábito enterrar parte da comida que transportavam e buscá-la na volta da viagem, por uma questão de conforto e para diminuir cargas. Em uma das ocasiões, a farinha que foi enterrada, ao ser retirada na volta pelos viajantes havia apodrecido, o lugar então teria sido denominado Sertão da Farinha Podre.

branca no lugar. Antônio Pires de Campos foi contratado para *combater* a suposta *ameaça* Kayapó,

chegou em Goiás no princípio de agosto de 1741, com aproximadamente 100 guerreiros bororo, e em seguida investiu contra os Kayapó, destruindo uma aldeia e aprisionando mulheres e crianças, o que entusiasmou os habitantes de Vila Boa. Mandou buscar mais 150 ou 200 bororo. Pediu e obteve, pelo serviço prestado, 1 arroba de ouro dos moradores dos arraiais que estavam sendo atacados. Ficou obrigado a abater aqueles índios onde estivessem e a livrar a capital e os arraiais de seus ataques durante dois anos.⁵³

A Estrada do Anhanguera também constituía uma grande preocupação para o governador da Capitania de Goiás⁵⁴, dom Luís de Mascarenhas, já que por ela passavam uma grande quantidade de viajantes transportando ouro e que mesmo após a vitória de Antônio Pires, num período de dois anos ela já estava *infestada* de Kayapós novamente, foi então pensada uma segunda campanha contra os indígenas.

Antônio Pires de Campos abateu violentamente os Kayapó com seus índios nesta segunda campanha. Tinha fundado até esta época três aldeamentos: Sant' Ana, Rio das Pedras e Lanhoso, sendo o segundo o principal. Estavam localizados na região hoje denominada Triângulo Mineiro (MG) e foram habitados por 500 Bororo.⁵⁵

Antônio Pires de Campos utilizava mão de obra indígena para combater os Kayapós da região. A principal etnia *escravizada* pelo sertanista teriam sido os Bororo, porém há relatos de que também haviam Xakriabá, Paresí e alguns Araxá em seus aldeamentos⁵⁶. Segundo Mano (2010) a classificação Kayapó deve ser analisada com cuidado, já que por vezes era utilizada apenas como antítese da civilização e não para designação de uma etnia específica,

do ponto de vista dos paulistas e das tropas militares que nos séculos XVIII e XIX varriam o caminho das minas, passando pelo norte de São Paulo, Triângulo Mineiro e sul de Goiás, a designação genérica Kayapó foi tomada como anti-tese de civilização. Desde cedo, as menções históricas aos Kayapó

⁵³ RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Os primeiros aldeamentos da província de Goiás. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 221-244, jan./1994. p.226.

⁵⁴ Como dito, a região compreendida entre os rios Grande e Paranaíba, atual Triângulo Mineiro, pertencia a capitania de Goiás, sendo transferida para jurisdição de Minas em 1816. Ver: OLIVEIRA, H. A. A marcha das migrações: A ocupação e colonização da região sul de Goiás, 1800-1850. In: *História Revista: Goiânia*, v.13, n.1, jan./jun.2008. p.157-176.

⁵⁵ RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Os primeiros aldeamentos da província de Goiás. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 221-244, jan./1994. p. 227.

⁵⁶ MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no caminho dos goiases: guerra e etnogênese no "Sertão do gentio Cayapó" (Sertão da Farinha Podre) – Séculos XVIII E XIX*. 2015. 219 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. P. 117.

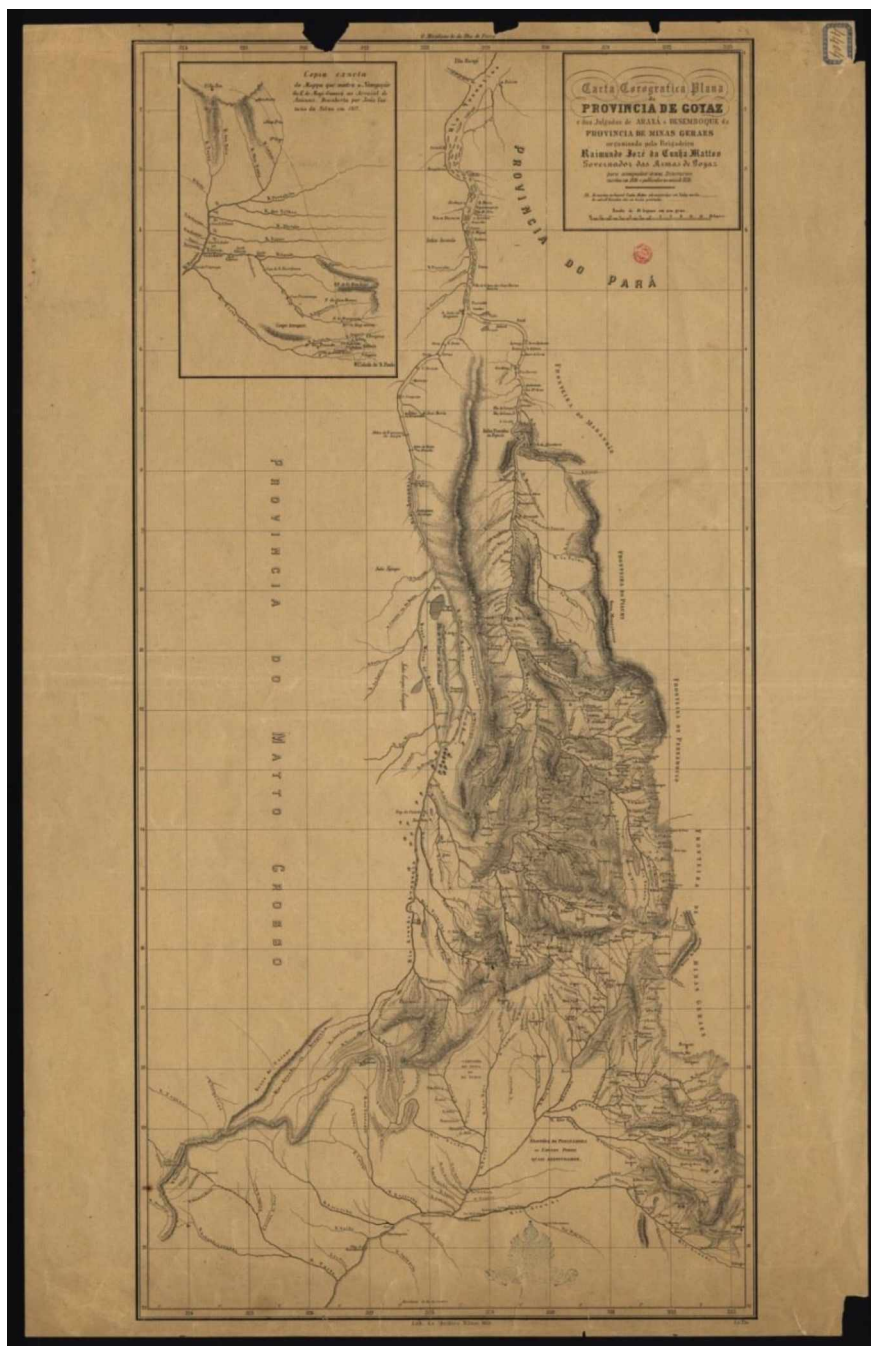
são modelos de construção do outro (Tapuia – não Tupi e não civilizado) a partir da lógica e da alegoria da colonização⁵⁷.

Vários povoados, então, foram estabelecidos a beira da estrada do Anhanguera, os mais importantes foram Aldeia do Rio das Pedras e Sant'Ana do Rio das Velhas. Havia, portanto, à época da construção da sede da fazenda São Francisco a partir do rio Paranaíba sentido rio Grande: Aldeamento São Domingos (extinto), Rio das Pedras (atual cidade de Cascalho Rico), Estiva (extinto), Piçarrão (extinto), Sítio da Boa Vista (extinto), Sant'Ana do Rio das Velhas (atual cidade de Indianópolis), Rocinha (aldeamento extinto, localizado próximo à Tapuírama, distrito de Uberlândia), Lanhoso (extinto), Uberaba Falso (próximo a atual cidade de Uberaba, também chamada neste período de Arraial da Farinha Podre⁵⁸) e Aldeia Baixa (bairro rural de Uberaba)

⁵⁷ MANO, Marcel. Metáforas históricas e realidades etnográficas: a construção de uma história do combate Kayapó no Triângulo Mineiro. In: *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, n.23. p.325-347, 2010. p.329.

⁵⁸ À época de Saint-Hilaire as casas são descritas como 'recém-construídas'. Segundo Guimarães, o povoado anterior (Arraial da Capelinha) teria se deslocado 15 km, aproximadamente, dando origem ao Arraial da Farinha Podre. GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: Integração nacional e consolidação regional*. Uberlândia: EdUFU, 2010. p.46.

Mapa 1: Carta corográfica plana da província de Goiás e dos julgados de Desemboque e Araxá da Província de Minas Gerais. 1826.



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://purl.pt/3432/3/>. Acesso em 04/06/2017.

Segundo Ravagnani⁵⁹, para a extração do ouro não se utilizava a mão de obra indígena, portanto, ela era considerada desnecessária (a extração era feita pelos próprios sertanistas), somado ao fato de a condição financeira dos mineradores não lhes permitir a

⁵⁹ RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Os primeiros aldeamentos da província de Goiás. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 221-244, jan./1994

aquisição de escravos africanos na segunda metade do século XVIII⁶⁰. Sendo assim, as tribos que eram resistentes foram “massacradas”, contrariando ao regimento que dizia para não haver agressão aos indígenas. Isso revela o relacionamento conflituoso entre os povos na região. Não havia esforços de pacificação ou *aldeamento*, - tal qual supostamente seria - o recurso da força fora sempre utilizado. Não que a cristianização não fosse desejada, mas o que se fazia nos aldeamentos era um treinamento: ao invés da conversão, uma forma de “militarização” indígena.

Robert Mori entende que havia uma diferença entre os aldeamentos e as aldeias indígenas que poderiam existir no local, sendo assim baseado em uma discussão realizada por outros autores entende que havia na região, neste período,

duas categorias de habitações indígenas: a aldeia, “povoado construído pelos próprios índios, com os recursos de sua técnica primitiva e de acordo com sua cultura, sem a interferência de elementos da cultura dita civilizada”; e o aldeamento de índios, de “origem religiosa ou leiga” que seria uma expressão utilizada para diferenciar os aglomerados “espontâneos” (aldeias) dos idealizados pelos não-índios, os “aldeamentos”.⁶¹

A localização dos aldeamentos, à margem da estrada do Anhangüera, não foi ao acaso, mas pensada, tanto para atender aos viajantes que por ali passavam, quanto para fiscalizar e proteger o caminho de diversos ataques. Nas palavras de Ravagnani o papel dos aldeamentos seria,

comandar um grupo de índios guerreiros, e que como tais deveriam permanecer sob risco de ser substituídos, e lutar permanentemente contra os Kayapó até livrar a Estrada do Anhangüera e os povoados de seus ataques, o que implicava destribalização e alteração da estrutura social tribal. Para isso estavam alojados naqueles locais, pontos militares estratégicos. E para isso foram trazidos em várias levas de Mato Grosso. Também não consta que outros grupos indígenas tivessem se alojado ali para outros fins. Foram, portanto, quartéis de tropas indígenas, tomando o termo quartel como edifício onde se alojam tropas, ou quartéis-aldeamentos.⁶²

Já em contraponto, Robert Mori afirma que deve haver um cuidado ao categorizar os aldeamentos, não negligenciando a função que eles representavam no local, mas entendendo

⁶⁰ MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no caminho dos goiases: guerra e etnogênese no “Sertão do gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – Séculos XVIII E XIX*. 2015. 219 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. p.92.

⁶¹ MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no caminho dos goiases: guerra e etnogênese no “Sertão do gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – Séculos XVIII E XIX*. 2015. 219 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. p. 74.

⁶² RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Os primeiros aldeamentos da província de Goiás. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 221-244, jan./1994. p. 237.

que as relações seriam múltiplas. Sendo assim, vale uma ressalva metodológica. Com as fontes atualmente acessíveis não é possível estudar na região da Farinha Podre uma arquitetura indígena de uma etnia específica, já que as construções analisadas por viajantes e registradas em relatos de viagem ou em documentos oficiais são edificadas para os índios aldeados morarem e não de acordo com os costumes presentes em suas aldeias. Talvez possa se pensar em uma “arquitetura indigenista”, fruto do hibridismo étnico destes aldeamentos e de uma política que primava por um processo civilizador das tribos que ali residiam. É importante ressaltar também o fato de que alguns destes aldeamentos apresentarem várias etnias que conviviam juntas, mais um fator de violência simbólica contra os povos locais. Deste modo, podemos pensar em uma divisão entre as aldeias e os aldeamentos do seguinte modo,

consideraremos como tal [aldeamentos] no presente trabalho, todo núcleo idealizado por não-índios (conforme alguma função preconizada, como por exemplo, defesa de um território) habitado e construído por estes e, principalmente, pelos índios, com ou sem a presença de templo religioso ou de missionários, ou seja, independentemente de uma administração religiosa ou leiga. Essas características claramente diferem das aldeias, construídas de acordo com a cultura de cada grupo indígena.⁶³

Isto não exclui a possibilidade de uma arquitetura mestiça, já que, a mão de obra tanto para a batalha quanto para as construções era indígena e as técnicas utilizadas por eles, e relatadas por Saint-Hilaire não costumavam variar entre aldeias e em materiais utilizados. Inclusive, esta arquitetura mestiça apresenta técnicas semelhantes àquelas encontradas nas edificações da sede da fazenda São Francisco. Há também um dado instigante, materiais locais utilizados em técnicas portuguesas, como as pedras tapiocangas.

Saint Hilaire viajou pela estrada do Anhanguera em 1819, sendo que, a partir da década de 1820 vários povoados foram estabelecidos no sertão da Farinha Podre, momento contemporâneo, também, ao que João Pereira da Rocha e seus companheiros de viagem estariam chegando a região, dois anos antes da concessão de sua Sesmaria. De acordo com Sandra Mara Dantas⁶⁴ entre 1820 e 1850 formaram-se os povoados de: Dolores do Campo Formoso (Campo Florido), São José do Tejuco (Ituiutaba), Monte Alegre (Monte Alegre), Abadia do Bom Sucesso (Tupaciguara), Campo Belo (Campina Verde), Brejo Alegre

⁶³ MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no caminho dos goiases: guerra e etnogênese no “Sertão do gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – Séculos XVIII E XIX*. 2015. 219 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. p.76.

⁶⁴DANTAS, Sandra Mara. Identidades em órbita: O habitante do Triângulo Mineiro e constituição da triangulindade. *Locus: Revista de História de Juiz de Fora*. v. 20, n. 2. p.:125-144. 2015. p.135.

(Araguari), Dolores de Santa Juliana (Santa Juliana), Santa Rita dos Impossíveis (Itumbiara – GO) e São Pedro de Uberabinha (Uberlândia).

À época da visita de Saint-Hilaire, quando este descreve os aldeamentos existentes na região, já em processo de decadência, no século XIX, o atual núcleo urbano de Uberlândia ainda não poderia ser pensado como cidade já que esta foi emancipada apenas em agosto de 1888. Tampouco se constituía ainda como o povoado de São Pedro de Uberabinha, já que a petição para construção da capela curada foi escrita apenas em junho de 1846. Porém João Pereira da Rocha, personagem que abre este capítulo, parece que já havia se estabelecido na região, pois se a propriedade foi reconhecida em 1821 em carta de sesmária, provavelmente ele já tinha tomado posse das terras, como normalmente ocorria nos processos de reconhecimento de posse de terras devolutas. É o que afirma Tito Teixeira. Segundo o memorialista, o sertanista teria vindo a esta região, tomando como referência a estrada do Anhanguera e caminhando mais a leste fez sua primeira arranção e demarcação de terras na então denominada Fazenda São Francisco, obliquando rumo à “confluência do rio das velhas com o Uberaba-legítimo”. Batizou o lugar como fazenda Letreiro e,

Dirigindo-se para o ocidente, a 29 de junho de 1818, dia de São Pedro, João Pereira da Rocha arranchou com sua comitiva á beira de um córrego que, protegido por espessa mata, desaguava no rio Uberaba-legítimo e que, em homenagem ao santo do dia, recebeu o nome de São Pedro em obediência a tradição mantida pelos bandeirantes.⁶⁵

Para entender qual era a provável distância da antiga sede da fazenda aos aldeamentos e vilas da estrada do Anhanguera, foi pensado um recorte cartográfico com uma demarcação aproximada do atual núcleo urbano de Uberlândia – que àquele tempo ainda não existia.

⁶⁵TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central – História da criação do município de Uberlândia*. Uberlândia: Gráfica LTDA Editora, 1970. p.11.

O detalhe do mapa (2) recortado na página anterior compõe a carta corográfica organizada pelo Brigadeiro José da Cunha Matos para orientar seus itinerários escritos em 1826 e publicados dez anos depois. Cunha Matos não percorre neste momento o Sertão da Farinha Podre através da “Estrada do Anhanguera” ou “caminhos de Goiáses” apenas aponta seu traçado. No registro cartográfico é possível notar a indicação da existência de alguns caminhos abertos na região: parte da picada de Goiás, a estrada do Anhanguera e as rotas que lhes inter cruzam.

No período das primeiras demarcações de terras do sistema de sesmarias, no movimento de ocupação do território do qual João Pereira da Rocha fez parte, a principal via de acesso que atravessava o sertão entre os rios Grande e Paranaíba era a denominada Estrada do Anhanguera, porém, os primórdios do povoado de São Pedro de Uberabinha surgem mais a oeste e alguns anos depois. Segundo Tito Teixeira, “nas proximidades de sua humilde morada, foram construídas outras tantas, conseguindo formar um núcleo residencial, que tomou a denominação de povoado dos Carrejos”⁶⁶.

A *morada* a que o memorialista se refere era de Felisberto Carrejo que iria adquirir, juntamente com seus irmãos: Francisco, Antônio e Luiz Alves Carrejo, parte da sesmaria que continha a fazenda de João Pereira da Rocha em 27 de julho de 1835⁶⁷. A parcela de terra de Felisberto ganhou o nome de Fazenda da Tenda por ter sido instalada lá uma tenda de ferreiro pertencente ao seu filho Joaquim Martins Carrejo.

Segundo narra Tito Teixeira, Felisberto Carrejo rezava o terço em sua casa aos domingos porque era em Aldeia de Santana que a população assistia aos atos religiosos e apesar das “facilidades” vindas com a denominada “estrada real” que ligava Santana a Uberaba e passava próxima a região do eminente povoado, não era sempre que o tráfego podia ser realizado. Foi então providenciada a construção de uma capela curada, cuja licença data de 1846 e “dentro de um período de sete anos, foi construída modesta ermida, com sessenta metros quadrados, caprichosamente revestida com paredes de adobes”⁶⁸, construção que como veremos não destoa das habitações comuns ao período descritas por Saint-Hilaire.

A estrada apontada por Tito Teixeira se dirigia de Santana a Goiás

passando por esta região, atravessando o vau do rio Jaoberava-legítimo-Uberabinha, em direção ao Passa-Três e porto de Santa Rita dos Impossíveis

⁶⁶ TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central – História da criação do município de Uberlândia*. Uberlândia: Gráfica LTDA Editora, 1970. p.21.

⁶⁷ Idem, p.13.

⁶⁸ Idem, p.24.

no rio Paranaíba, de onde bifurcava para as Abóboras – Rio Verde – e para Anicuns, Morrinhos, Pouso Auto, Alemão-Palmeiras e Goiás.⁶⁹

Segundo Oliveira (2006) esta estrada também podia ser denominada estrada do sul ou de São Paulo, outrora aparecendo referenciada como Estrada Geral de Goiás⁷⁰, ou simplesmente Estrada real.

a estrada do sul ou de São Paulo, foi um empreendimento idealizado pelo Padre Hermógenes nos primeiros anos do século XIX, quando então solicitou do governo da Capitania de Goiás a concessão de favores para abrir estrada mais curta e segura entre Uberaba e aquela capital. Tal estrada, porém, somente foi aberta pelo major Eustáquio, auxiliado por Pedro Gonçalves, mediante o auxílio de mil cruzados pagos pelo governo metropolitano. Essa estrada abriu em direção a Morrinhos; mas os viajantes preferiram continuar a tomar a direita, ainda que mais longe, onde achavam povoados para socorrê-los, quando à esquerda da estrada era deserta. *Em 1889, esta passou a ser preferida*, por nela haverem facilidades de auxílio e por ser mais curta e transitável; foi também por ela que a expedição do coronel Cunha Matos foi colocando os postes que levaram os fios telegráficos a Goiás.⁷¹

Portanto, pode-se pensar a Estrada real referida por Tito Teixeira como um empreendimento que teve sua maior significação e uso na segunda metade do século XIX, posterior ao período de ocupação das terras locais por João Pereira da Rocha já que “a conclusão destes trabalhos [de oficialização da estrada] deu-se somente em 1870”⁷² e só então

as relações comerciais de Goiás com a região o sudeste ficaram mais estreitas e as cidades de São Pedro de Uberabinha (atual Uberlândia), Uberaba e Araguari tornaram-se os principais mercados para onde se escoavam a parca produção agromanufatureira e os rebanhos bovinos da então região sul de Goiás.⁷³

Mesmo tendo sido apresentada como estrada preferida pelos viajantes a partir de 1889, Leite de Moraes ao passar pela região, já em 1880, rumo à capital Goiás, faz referência à Estrada do Anhanguera, como um caminho já abandonado. Ao sair de Uberaba, vindo de São Paulo para Vila Boa, por uma suposta confusão relata que “em vez de tomarmos a estrada que devíamos seguir [Estrada real, descrita por Tito Teixeira], tomamos a de Catalão [Estrada

⁶⁹TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central – História da criação do município de Uberlândia*. Uberlândia: Gráfica LTDA Editora, 1970. p.22.

⁷⁰LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo Oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)*. Uberlândia: EdUFU, 2010. p.114.

⁷¹OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. *A construção da riqueza do sul de Goiás, 1835-1910*. Tese (doutorado em história) – Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2006. p.44. (Grifo nosso)

⁷²Idem, p.45.

⁷³Idem, p.45.

do Anhanguera], e a nossa bagagem tomou aquela”⁷⁴. Perdido no caminho, após um dia de viagem sem descanso, o viajante nos revela que aquela rota, outrora importante, não passava mais por regiões povoadas. Teria encontrado um pouso apenas à noite, sendo direcionado a um lugar recém-construído, em oposição ao “rancho aberto” em que morava o único habitante do lugar. A casa nova possuía uma sala, uma alcova, cozinha e corredor, e uma interessante peculiaridade,

desdobra-se diante dos nossos olhos um quadro assombroso, que se desenha nas quatro paredes do pequeno compartimento onde estávamos! O tecto, as paredes, os arreios, ponches, botas, baixeiros, camas, o chão – tudo estava coberto de uma densa camada de baratas de todos os tamanhos e de todas as cores, cujo movimento produzia um som confuso que chegava aos nossos ouvidos!⁷⁵

Ao sair do “mundo de baratas” Leite de Moraes terminaria encontrando a Estrada real. Depois de andar algumas léguas a leste da Estrada do Anhanguera e encontrar fazendeiros e habitantes locais, não há relato de ter passado pela vila de S. Pedro de Uberabinha, o que invalida a afirmação de que a estrada cortaria a cidade, mesmo já em fins do século XIX, como advoga Lopes (2010)⁷⁶ que não apenas afirma que o povoado de S. Pedro de Uberabinha teria surgido as margens da tal estrada, identificada como Estrada salineira, como procura explicar o crescimento do local pela influência desta estrada, assumindo lugar geograficamente privilegiado.

Mas este fluxo de pessoas a leste da Estrada do Anhanguera parece ser fenômeno do final do século XIX. Voltando ao início do século XIX, durante o período inicial de ocupação do território do Sertão da Farinha Podre, são perceptíveis dois movimentos diversos: o movimento migratório e o transporte de mercadorias; estruturados no eixo Rio-Minas e Centro-oeste.

Ao passar pela região, em 1819, Saint-Hilaire descreve a paisagem do sertão da Farinha Podre, inclusive apresenta descrição de algumas das habitações que existiam nas povoações que encontra na rota do Anhanguera. Suas descrições foram sistematizadas na Tabela (1) que resume as características geográficas e quantidade de construções tomadas como dados importantes para continuar a análise neste trabalho.

⁷⁴MORAES, Joaquim de Almeida Leite. *Apontamentos de viagem*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995. p.39.

⁷⁵Idem, p.42.

⁷⁶LOPES, Valéria M. Q. Cavalcante. *Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos*. Uberlândia: EdUFU, 2010. p.61.

Tabela 1: Aldeias e construções analisadas por Saint-Hilaire

Aldeia	Distância de referência ⁷⁷	Características do relevo	Número de construções	Número de habitantes ⁷⁸			
				H	M	C	T
Paranaíba	-	Rio Paranaíba	1	4	3	6	13
S. Domingos	-	-	-	27	14	13	54
Rio das Pedras	2	Encosta acima de um riacho	30	33	31	38	102
Estiva	2	Encosta acima de um riacho	16	20	23	31	74
Piçarrão	2	Baixada a beira de um riacho	-	11	10	21	42
Boa Vista	2	Baixada a beira de um riacho	8 a 10	11	14	30	55
Furnas	1,5	Vale cortado por um ribeirão	2	14	9	12	35
Sant'Ana	2	Alto de uma colina	31	84	90	88	262
Rio das Velhas	1	-	1	7	5	8	20
Rocinha	1	Baixada a beira de um riacho	1	3	3	5	11
Uberava	3	-	1	2	3	3	8
Tijuco	5	Baixada a beira de um riacho	2	8	8	7	23
Lanhoso	3	Terreno pouco regular	3	5	8	17	30
Uberava Falsa	3	Vale cortado por um riacho	31	13	15	38	66
Toldas	-	-	-	5	7	11	23
Posse	4	-	2	2	2	4	8
Espinhas	-	-	-	5	9	21	35
Rio Grande	3	Região insalubre	1	3	3	4	10
Total			132	257	257	357	871

Procurando compreender primeiramente os atributos geográficos dos aldeamentos é interessante notar que algumas informações fornecidas pelo viajante se “repetem”, podendo ser tomadas como uma espécie de característica comum do espaço habitado: a maioria dos aldeamentos é edificada em terrenos planos, baixadas/vales exceto Rio das Pedras, Estiva,

⁷⁷ Distância de referência sempre ao aldeamento anterior, medida em léguas. As colunas em branco estão presentes apenas nos dados sobre a população constituindo-se lugares que não foram analisados por Saint Hilaire.

⁷⁸ Os dados estão presentes no livro de Saint Hilaire, *Viagem à província de Goiás*, porém o autor relata que os mesmos foram fornecidos pelos indígenas em 1821, à administração. Na ordem fornecida pelo autor: H = homens; M = mulheres; C = crianças; T = total. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. São Paulo: EDUSP, 1975. p. 154.

Sant'Ana e Lanhoso que foram construídos em terrenos “pouco regulares” ou encostas – características das atividades mineradoras que deram origem aos povoados. Sabe-se que a característica do relevo do local de construção influencia nas técnicas empregadas e nas formas como as casas devem ser construídas, deste modo, poderíamos pensar em construções adaptadas ao relevo local, construídas sem aterramento do terreno, por exemplo.

Mesmo sendo os aldeamentos caracterizados por construções feitas *para* os indígenas, e eventualmente *por* eles, e estes apresentando um aglomerado de etnias, alguns vestígios de técnicas empregadas em etnias específicas podem ser encontradas nos relatos. Ao analisar as construções presentes na aldeia do Rio das Pedras, Saint Hilaire afirma que “esta compõe umas trinta casas espalhadas aqui e ali. A maior parte delas coberta de palhas, pouco difere das dos luso-brasileiros, e embora algumas delas tenham paredes e tetos feitos de folha de palmeira como as choças dos coiapós, são muito maiores e mais altas que as destes.”⁷⁹

A partir deste trecho é possível identificar algumas questões importantes: a primeira delas seria a de que as casas locais que não tivessem cobertura ou paredes de folha de palmeira, provavelmente seriam construídas em pau a pique e coberta com telhas de barro, ou mesmo palha dada à estrutura mais complexa demandada para fabricar as telhas ou transportá-las, e que estas seriam as características das construções, por ele entendidas como luso-brasileiras no período. A segunda questão diz respeito às habitações características das tribos Kayapós.

Ao passar pela aldeia de S. José (atual Mossâmedes-GO), o viajante descreveu como os indígenas teriam costume de habitar em suas aldeias e registra a avaliação negativa que fizeram das habitações que lhes fora oferecida no local, o que possibilitou a alguns a ter o direito de edificar suas próprias moradias. Uma forma de *resistência* como esta, entretanto, não foi encontrada pelo viajante na região da Farinha Podre:

Habitados nas matas a dormir em *choças*, nas quais só podem entrar agachados, os índios acharam muito frias as casas de teto alto e cobertas de telhas que lhes foram reservadas, e eles próprios construíram outras, mais baixas, a poucos passos da aldeia. O teto destas é feito de palha e a sua estrutura é a mesma das casas luso-brasileiras, compondo-se de varas fincadas no chão e atadas com cipós a compridos bambus dispostos transversalmente. Mas, enquanto que os portugueses costumam tapar com barro os espaços vazios entre as varas cruzadas, os Coiapós se limitam a

⁷⁹SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. São Paulo: EDUSP, 1975.p. 129.

trançar folhas de palmeiras entre elas, como outros indígenas, tentando imitar as construções europeias.⁸⁰

O fato de o viajante descrever estas construções como se os indígenas estivessem “procurando imitar as europeias” enuncia a ressignificação dos materiais e das técnicas de construção para os povos que habitariam ou edificariam as residências. Por outro lado, a própria ideia de *mimeses* pode ser entendida como um artifício de linguagem utilizado para desqualificar o indígena, atribuindo a ele a qualidade de imitador das novidades trazidas pelo o “colonizador”. Eis aí a descrição daquilo que seria reconhecido depois como o rancho caipira: medidas e técnicas de trançado e materiais indígenas, interpretado como uma tentativa de imitação das formas de habitar europeias. Ou numa outra perspectiva, talvez menos eurocentrada – “O índio ensinou a fazer o rancho, ou melhor, deu o material desse rancho (...) Surgiram, então, as primeiras casas sincréticas (...) os paus vergados, o cipó e a palha aguarirana ou o sapé, ou ainda, as folhas dos coqueiros.”⁸¹

Os principais aldeamentos da Farinha Podre no início do século XIX estavam na região compreendida entre os rios Grande e rio das Velhas – atual rio Araguari – e os esforços protetores das autoridades locais, por conseguinte, estavam mais voltados para estes lugares. Por isso, quando se procura tomar as habitações ditas *comuns* ao período é impossível desconsiderar o que era realizado nesta região e as influências que tais técnicas e formas deveriam exercer em todo o Sertão “quase desabitado”. Em números de construções, os maiores aldeamentos seriam os de Rio das Pedras, Sant’Ana e Uberava Falsa, sendo que destes, apenas Rio das Pedras não possuía uma igreja local. Em relação ao número de habitantes, na região entre os rios Grande e das Velhas, havia um total de 637 pessoas, enquanto que entre os do rio das Velhas e o Paranaíba habitariam 234 pessoas.⁸²

Na Aldeia de Sant’Ana, Saint Hilaire informa que havia aproximadamente;

umas trinta casas muito pequenas, quase quadradas e cobertas de palha. Algumas ficam espalhadas pela colina, sem nenhuma ordem, enquanto outras se enfileiram ao redor de uma praça de formato quadrangular, com um dos lados ocupados pela igreja, que é muito pequena. As paredes das casas são feitas de barro vermelho escuro, mas na frente são rebocadas com barro cinzento.⁸³

⁸⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. São Paulo: EDUSP, 1975. p. 64.

⁸¹ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridos no arquitetura brasileiro do século XIX. *Anais do Museu Paulista Nova Série*, n.1, 1993. p. 95-106. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a09v1n1.pdf> p. 96. Acesso em 05/06/2017.

⁸² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. São Paulo: EDUSP, 1975. p. 154.

⁸³ Idem, p. 143.

Levando em conta a população que estaria vivendo no local, 262 pessoas, e confiando nos dados fornecidos pelo viajante, teríamos uma média de 8,7 pessoas por casa construída, o que poderia nos conduzir para duas constatações distintas: a respeito dos dados populacionais: a) A primeira seria a ideia de que havia naturalmente famílias numerosas, já que a aldeia foi se consolidando no início do século XIX como entreposto tanto de viajantes quanto de acesso a Goiás; b) Uma segunda possibilidade é que outras construções teriam sido feitas com o passar dos anos, já que a viagem de Saint Hilaire foi em 1819 e os dados acerca da população utilizados são de 1821.

Sant'Ana foi o único aldeamento, na região da Farinha Podre, no qual o viajante conseguiu conversar com os habitantes e conhecer o interior de uma de suas casas que descreveu como “uma choça cujos móveis consistiam unicamente em alguns bancos de madeira, mas que se mostrava imaculavelmente limpa”⁸⁴ para um francês oitocentista. Sua descrição não traz dados sobre a distribuição de espaços no interior do ambiente, talvez porque não foi levado em consideração ou por não haver repartições, como as habitações indígenas – o que parece ser mais provável.

A imagem que o viajante nos fornece é composta por elementos encontrados nas vilas e aldeamentos lidos a partir de sua própria perspectiva, moderna, de civilização. As casas são apresentadas em oposição àquilo que Saint-Hilaire gostaria de encontrar, imaginadas a partir de formas admitidas como mais adequadas, as quais não corresponderiam às choças indígenas, mas aquelas com influências luso-brasileiras, já barreadas e alguns casos específicos cobertas com telhas.

A vida cotidiana, no interior das casas, como dito, é inferida tendo por base estas caracterizações. Os modos de vida, de higiene, são comparados àqueles que o viajante considerava os padrões civilizados. É possível notar a emergência de uma civilização, aos modos europeus que se queria implementar. Esta estaria presente nos relatos através de uma hierarquização de conceitos e comportamentos; a surpresa do viajante quanto ao fato de a choça estar “imaculavelmente limpa”, por exemplo, expressão que, aliás, remete a fé cristã e à cristianização, também desejada, desta população. De um modo geral, para evocar a concepção de Norbert Elias, Saint-Hilaire antevia a eminência de um processo civilizador, só que vindo dos Sertões.

⁸⁴ Idem, p. 144.

Já Uberava Falsa ou arraial da Farinha Podre⁸⁵ apesar de ser a povoação com um dos maiores números de construções da região, apresentava uma baixa taxa de habitantes em cada casa, 2,2 moradores. Saint-Hilaire descreve-a como sendo um

Arraial composto de umas trinta casas espalhadas nas duas margens do riacho e todas, sem exceção, haviam sido recém construídas (1819), sendo que algumas ainda estavam inacabadas quando por ali passei. Muitas delas eram espaçosas, pelos padrões da região, e feitas com esmero.⁸⁶

Já constituída como cidade, quando atravessada em 1880 por Leite de Moraes, Uberaba é descrita como uma cidade

extensa, suas casas sofríveis, suas ruas mal alinhadas e algumas mal calçadas, e se bem que seja a mais importante do sertão e esteja destinada a constituir-se capital de uma província não corresponde todavia à brilhante nomeada que tanto recomenda ao viajante como uma corte em miniatura.⁸⁷

A comparação com o mais representativo da civilização brasileira – a corte – e a descrição um tanto frustrada do viajante, leva a crer que as transformações vivenciadas no sertão no século XIX eram graduais e aos olhos estrangeiros pouco evidentes, sejam os viajantes europeus, ou os estrangeiros de sua própria terra, como Leite de Moraes, um paulista. De qualquer modo, a “profecia” de Leite de Moraes de que Uberaba se tornasse capital de província nunca se realizou.

De um modo geral, a maioria das habitações nos aldeamentos, no início do século XIX, eram feitas com técnicas vernáculas, podendo haver influência indígenas. Assim como descreve Saint Hilaire não havia planejamento urbano, nem traçado ordenado, estes são conceitos vindos com a modernidade. As casas seguiam o contorno do relevo e normalmente eram estabelecidas próximas a igrejas, sendo que quando esta não havia, as moradias eram organizadas próximas umas das outras, porém sem uma preocupação “estética” aparente; retomando o trecho da descrição do viajante, as casas eram “quase quadradas”. Como ele já dialogava com essa visão do traçado e do planejamento, seu olhar parte destes princípios comparando as formas de vida locais com as que ele conhecia procurando enquadrá-las, ou procurando nelas as formas quadrangulares.

Esta era, portanto, uma representação possível das formas de viver e morar no Sertão da Farinha Podre. No momento em que a sede da Sesmaria de João Pereira da Rocha,

⁸⁵ Uberava falsa fazia referência ao nome do córrego da região, a grafia era encontrada as vezes com V ou B. TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central – História da criação do município de Uberlândia*. Uberlândia: Gráfica LTDA Editora, 1970. p.8.

⁸⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. São Paulo: EDUSP, 1975.p. 150.

⁸⁷ MORAES, Joaquim de Almeida Leite. *Apontamentos de viagem*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995. p.38.

construído mito fundador da cidade de Uberlândia⁸⁸, se estabeleceu, já havia relações técnicas e sociais bem constituídas entre a população que, no mínimo relativizariam a importância desta casa como registro pioneiro ou habitual das formas de habitar a região, como poderia parecer ao olhar apressado de quem observa o seu reconhecimento como patrimônio histórico. Mais do que uma habitação típica da região, seu reconhecimento como uma forma representativa dos modos de vida locais, na verdade possuía atributos que destoavam do “comum”.

Por que ela chama mais a atenção nos processos de patrimonialização, a sugerir que antes dela este fosse este um espaço vazio? Provavelmente pela sua representatividade não do modo dominante de se morar e viver, mas a forma nova e mais “civilizada”, um monumento da cultura - sem nos esquecermos das palavras de Walter Benjamin, em sua sétima tese sobre a História, quando nos alerta para o fato de que “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura”.⁸⁹ A esta característica da modernidade de ter suas edificações com “prazo de validade e certificado de garantia”, cabe uma crítica importante. Segundo Antônio Cândido, uma das características do chamado Rancho Caipira seria sua qualidade de pouso, concebida em sua própria nomeação, rancho. “A sua casa (significativamente chamada rancho por ele próprio, como querendo exprimir seu caráter de pouso) é uma abrigo de palha, sobre paredes de pau a pique, ou mesmo varas não barreadas, levemente pousado no solo.”⁹⁰

Deste modo o que diferenciaria uma construção colonial de uma caipira se não a valorização que se aplica a uma em detrimento da outra? Apontando características

⁸⁸ João Pereira da Rocha pode ser evocado como primeiro morador por evidências documentais, como a cópia da carta de sesmaria, mas certamente não era o único. “Outras fazendas interessantes de se saber sobre elas foram: Boa Esperança, construída por Caetano Alves de Resende, cunhado do João Pereira da Rocha, lá por 1820, 21(...). Fazenda Cachoeira, construída por José Fernandes dos Santos. Nela produziam cana-de-açúcar, milho e mandioca. Havia uma grande criação de suínos. Açúcar, polvilho, farinha, fumo e toucinho empacotado em folhas de bananeira eram levados em carros de boi para serem vendidos em Uberaba e no porto do Rio Grande. (...) Depois veio a fazenda de Francisco Rodrigues Rabello. Era a fazenda Ribeirão da Rocinha. Rabello foi um dos maridos de Francisca Alves Rabello, que vendeu para os moradores da região 100 alqueires de terras, doados por eles para a Igreja, onde se edificou o Centro da cidade de Uberlândia. A fazenda do Monjolinho, de José Alves de Resende, outro cunhado do João Pereira da Rocha. (...) Fazenda Bebedouro ou “Sobradinho”, construída pelos Caetano de Menezes. Ficou conhecida como Sobradinho porque a região era rica em animais ferozes e a sede foi erguida sobre troncos, com escada removível à noite, para proteção de seus moradores. De longe, parecia um sobradinho. A fazenda da Estivinha também foi construída pelo João Pereira da Rocha, depois que se casou com Francisca Alves Rabello, viúva do Francisco Rodrigues Rabello.” PEREIRA, Antônio. *As primeiras fazendas*. Crônicas da Cidade. Correio de Uberlândia. 2 de setembro de 2012. Disponível em <http://www.correiodeuberlandia.com.br/columas/cronicasdacidade/as-primeiras-fazendas>

⁸⁹ BENJAMIN, W. “Teses sobre o conceito da história, 1940”. In: _____. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232. Obras escolhidas. Vol. 1. p.225.

⁹⁰ CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 10 ed. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 45.

duradouras e provisórias para as formas que mais aprazem segundo os moldes dos tempos modernos. Se não o fosse os “colonizadores” seriam mais caipiras do que se jugam ser. O fato de a casa de João Pereira da Rocha ser inventariada reafirma e legitima esta concepção. O popular se fundamenta em oposição ao erudito, reafirmando a perspectiva de quem discursa sobre a sede da fazenda São Francisco: a medida da modernidade. *E para além desta medida, nada existe?*

Deste modo, poderíamos entender as formas de habitar dos moradores do sertão da farinha podre encontrados por Saint-Hilaire, como uma arquitetura popular? De acordo com José Antônio de Souza, “a arquitetura popular é uma forma de expressão que designa um conhecimento concebido e originado do povo, do homem comum, ou seja, *do não arquiteto*, sujeito proveniente muitas vezes de lugares e classes populares desfavorecidas política, cultural e economicamente.”⁹¹

Assim como a ideia de cultura popular, a arquitetura popular seria, nesta definição, a *não arquitetura*, aquela feita por um homem comum, o *não arquiteto*, o mestre de obras. Esta se define em uma negação do que poderia vir a ser, em contraste com o que ela não é, segundo Chartier, “durante muito tempo, a concepção clássica e dominante da cultura popular teve por base, na Europa e, talvez, nos Estados-Unidos (...) que podia ser definida por contraste com o que ela não era, a saber, a cultura letrada e dominante”.⁹²

Este ponto de vista reafirma o lugar social ao qual esta corrente deve estar integrada, o rancho mestiço, as periferias, as favelas, os conjuntos habitacionais. Seus locais entrariam numa categoria que Bauman nomeia como espaços vazios, ou seja, aqueles que a perspectiva de quem fala não atribui significado, “o vazio do lugar está no olho de quem vê, e nas pernas ou rodas de quem anda. Vazios são os lugares em que se entra e onde se sentiria perdido e vulnerável, surpreendido e um tanto atemorizado pela presença de humanos.”⁹³ O espaço vazio é, portanto, o lugar do outro, a quem se nega a história. Como os sertões da Paranaíba ou Farinha Podre quase despovoados, inscritos no mapa de Cunha Matos (Ver Mapa 2).

Portanto, a arquitetura popular se afirmaria conceitualmente como uma *não arquitetura* que se constitui num *espaço vazio*. Um dos problemas desta definição, além de reafirmar o lugar privilegiado do arquiteto, é a oposição estética que quer se constituir

⁹¹ SOUZA, José Antônio de. História, arquitetura popular e desígnios: a urgência de novos olhares. IV Congresso Sergipano de História e IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE. Aracajú, 10/2014. p. 10.

⁹² CHATIER, R. Cultura Popular: Revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.8, n.16, 1995. p. 179-192. p. 183.

⁹³ BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 122.

hegemônica, sempre entendendo o popular em oposição ao erudito, desconsiderando a circularidade como aspecto importante do conceito de cultura.

Márcia Santana apresenta um dado importante em sua pesquisa sobre o que ela compreende como “arquitetura popular”, segundo a autora, nos “assentamentos populares” nota-se:

uma tendência de “imitar” apartamentos de classe média, cujas plantas são anunciadas nos jornais ou são conhecidas por moradores das favelas como locais de trabalho, e de incorporar seus signos de status. Identifica ainda o surgimento de ações especulativas nesses assentamentos, ressaltando sua articulação à lógica capitalista de produção do espaço.⁹⁴

Retomando o trecho destacado da descrição de Saint-Hilaire que no século XIX dizia que as construções indígenas procuravam imitar as luso-brasileiras, a concepção de popular como oposição ao erudito e imitador das técnicas modernas ainda circularia. Esta perspectiva já foi desenvolvida por Ginzburg que reafirma o que tinha sido posto por Bakhtin: é “possível resumir no termo “circularidade”: entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo.”⁹⁵ Considerando esta possibilidade de trocas simbólicas, é legítimo considerar que o propósito dos construtores não seria “imitar” a estética dominante (até mesmo porque o dominante no período não era a casa europeia, mas a indígena), mas que estas técnicas circulariam na sociedade e seria portanto tomada como base ao pensar em edificar uma moradia, ou outro tipo de construção.

Assim, retomando Chartier, ao dizer que a religião e a literatura “são, ao mesmo tempo, aculturadas e aculturantes”⁹⁶, a arquitetura como parte da vida social e expressão cultural de um povo também pode compartilhar tais definições. Esta também deve ser analisada em um campo de lutas sociais entre as formas e técnicas construtivas “os bens simbólicos como as práticas culturais continuam sendo objeto de lutas sociais onde estão em jogo sua classificação, sua hierarquização, sua consagração.”⁹⁷

⁹⁴SANT’ANA, Márcia. Arquitetura popular, espaços e saberes. *Políticas culturais em revista*. V.6, n.2, 2013, p. 40-63. p. 52.

⁹⁵GINZBURG, C. *O queijo e os vermes – o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.10.

⁹⁶CHATIER, R. Cultura Popular: Revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.16, 1995. p. 179-192. P. 184

⁹⁷Idem, p. 184

As construções e a comunidade⁹⁸ analisadas por Saint-Hilaire, quando contrapostas à fazenda São Francisco e a outras que como ela constituíam exceções às formas de morar naquele período, revelam aspectos em comum e outros divergentes. As técnicas e formas de edificar e viver expõem uma diversidade de práticas sociais que foram renegadas em favor e por meio do lugar de memória instituído que privilegiou as construções predominantemente europeizadas, valorizando determinados tipos de vida, seja supervalorizando as influências “alienígenas” (europeias) ou apagando e negando as indígenas que também compõem a própria casa colonial.

Deste modo, o fio condutor que ligaria as Minas às Gerais e ao Sertão [da Farinha Podre] seriam as práticas culturais experimentadas no cotidiano do viver mineiro; festas, religiosidade e arquitetura.

Essa cultura, parte constitutiva do social, dinâmica e plural – ora resistência ao imposto, ora assimilando a modernidade, se reinventa, se recria, desiste, persiste – deixa rastros, traços de memória por indícios e sinais, não nos deixando órfãos de história. Assim é Minas Gerais. Porém, para apreendê-la enquanto centelha de vida, é necessário auscultar o cotidiano, se imiscuir em experiências de vida locais e regionais, avaliando não só o poder de recriação das práticas culturais populares, como rastreando as que foram relegadas ao esquecimento e caíram em desuso.⁹⁹

O processo de colonização e modernização do Triângulo Mineiro se institui em meados do século XVIII contemporâneo ao fim do sistema de sesmarias, trabalhando em prol do “processo civilizador” que se queria constituir. Cabe questionar, por fim, este processo para esta porção do território mineiro, outrora paulista, goiano, Sertão da Farinha Podre e as implicações que o próprio conceito carrega, até o momento em que esta arquitetura alienígena que procura imiscuir no cotidiano e nas práticas populares é instituída como ruína. Afinal, o Sertão da Farinha Podre deixaria de ser Sertão com a modernidade? Neste processo, campo e cidade compõem um campo de antinomias?

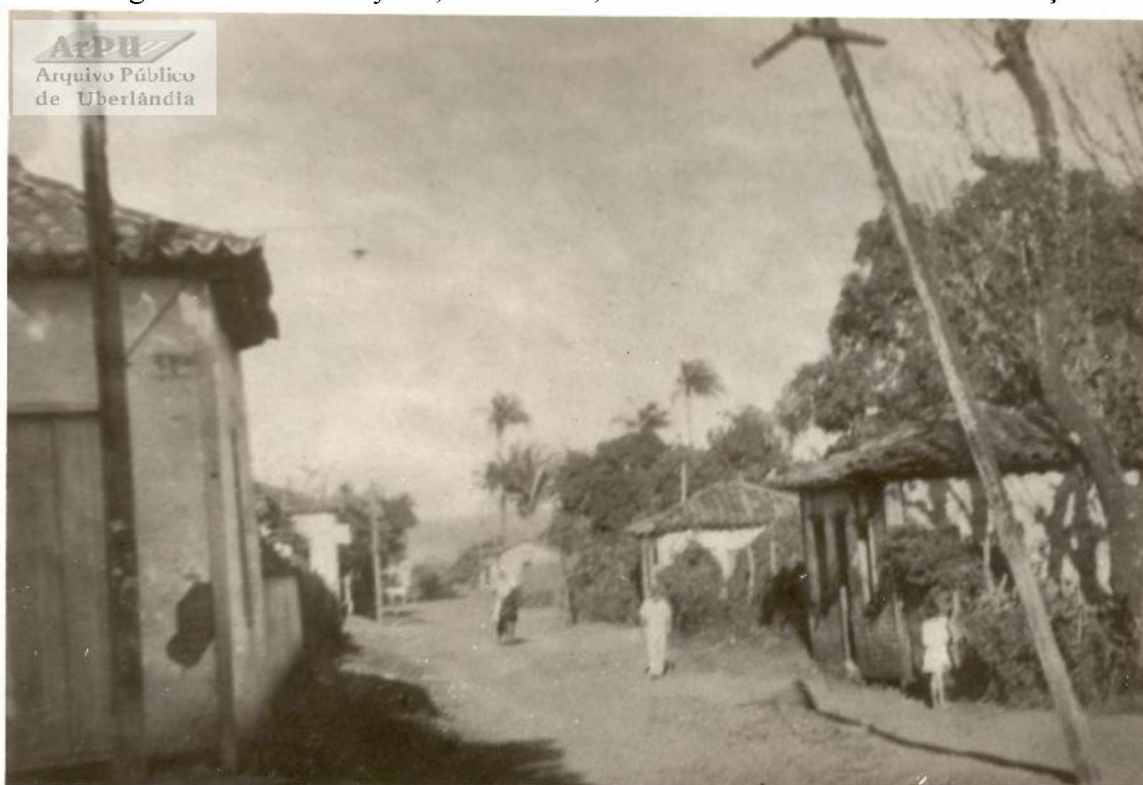
⁹⁸Pode-se pensar em uma discussão acerca de comunidade, individualidade e sociedade realizada por Ariel Delazeri Mocellim, segundo o qual: “a palavra comunidade sugere uma forma de relacionamento caracterizada por altos graus de intimidade, vínculos emocionais, comprometimento moral e coesão social; e não se trata apenas de um vínculo passageiro. As relações caracterizadas como comunidade têm sua continuidade no tempo. O espaço também é importante na caracterização da comunidade, pois esta é localizada e envolve vínculos de proximidade espacial, tanto quanto de proximidade emocional”. MOCELLIM, A. D. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. In: *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, pp.105-125, 2011. p.106.

⁹⁹MACHADO, M.C.T. Cultura popular em Minas Gerais: transformações, persistências ou desagregação. *Revista Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v.1, n.1, 1999. p. 182.

2. FORMAS ARQUITETÔNICAS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS: RUIDOSAS RUÍNAS DA ARQUITETURA COLONIAL

Esta cidade extensão do domínio rural vista como suja e insalubre, modorrenta e sinuosa tinha suas ruas como continuidade dos espaços privados; seu cotidiano marcado, do ponto de vista das elites, pelas festas; a igreja como um marco central e estruturador já que inclusive a separação poder temporal eclesiástico só se fez no país com o advento da república. Era uma cidade vazia e modorrenta de elites. Mas era também uma cidade cheia de negros, mestiços, homens livres e pobres, dos desclassificados em geral. (Lanna, 1996).¹⁰⁰

Figura 4: Rua José Ayube, Uberlândia, início dos anos 1920. Rua sem calçamento.



Fonte: ArPU – Arquivo público de Uberlândia

A imagem acima representa a Rua José Ayube de São Pedro de Uberabinha, situada no atual bairro Fundinho que no final do século XIX era conhecida como Rua do João Branco. Na foto é possível identificar cinco casas e três possíveis habitantes locais, um à cavalo, dois a pé. Pelo enquadramento da foto, produzida um século depois da doação da sesmaria ao alferes João Pereira da Rocha, pelo rei D. Manoel, percebe-se que as edificações

¹⁰⁰ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos*. IV Seminário de história da cidade e do urbanismo. Rio de Janeiro, 1996. p. 499.

não estão alinhadas à rua, o terreno está desnivelado, e apesar de não haver grandes aclives nem declives, dada as características topográficas do local, as construções se adaptam ao contorno do relevo. Isto é característico da arquitetura colonial e também é evidente tal cenário no trecho tomado como epígrafe. É possível notar a presença de alguns postes de madeira, um deles, bem inclinado, denunciando que já havia eletricidade¹⁰¹ na localidade, um dos símbolos da modernidade. Enfim, a foto mostra uma cidade com vestígios que nos remetem a diferentes representações – um pouco moderna e um tanto colonial.

O aspecto das casas não é antigo para a época – apesar de na foto já apresentarem algumas marcas do tempo – em sua estrutura ou técnica, porque na época de construção este era o “modelo” utilizado. Porém se analisado com a perspectiva modernista, nos aspectos de Simmel esta edificação constituir-se-ia já em ruína, pois “cria a forma presente de uma vida passada, não segundo seus conteúdos ou restos, mas segundo seu passado como tal.”¹⁰² Não é possível afirmar com precisão a idade das construções, porém, a rua citada já aparecia em informações sobre a cidade de Uberabinha, inclusive na primeira planta, que data de 1898, executada pelo engenheiro James Jhon Mellor, cuja reprodução será discutida posteriormente no texto.

Figura 5: Revestimento em adobe e esteio em madeira aparente. Rua José Ayube, início dos anos 1920. (Detalhe)



Fonte: ArPU – Arquivo Público de Uberlândia

¹⁰¹ A eletricidade na cidade data do ano de 1909, com a inauguração da companhia Força e Luz de Uberabinha, CARNEIRO & IRMÃOS. Ver: ARANTES, J. *Cidade dos Sonhos Meus: Memória histórica de Uberlândia*. Uberlândia: Edufu, 2003. p.88.

¹⁰² Simmel, G. A ruína. SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB. 1998. p. 137-144.p. 143.

Dado o período e o tempo da imagem é possível que a construção fosse de taipa de mão com esteios em madeira, visível em algumas casas (Figura 5), e vedação em adobe. A porta aparente da casa à direita da fotografia é em régua de madeira com umbrais retangulares retos, cuja técnica também era utilizada nos ranchos caipiras, assim chamados e definidos por Antônio Cândido como “um abrigo de palha, sobre paredes de pau-a-pique, ou mesmo varas não barreadas, levemente pousado no solo”¹⁰³ e não apenas nas casas de adobe, em certa medida esta seria uma das causas de tamanho desdém por parte daqueles que eram na época, ávidos por progresso, afinal as casas faziam referências ao passado caipira de um povo que, se fazia crer, havia nascido vocacionado para o progresso.

Estas construções clássicas e ao mesmo tempo simples que remetem ao período da arquitetura colonial, do qual emergem as formas mais difundidas na *vila* de São Pedro de Uberabinha, ainda se fazem presentes na *cidade* de S. Pedro de Uberabinha¹⁰⁴ que como já enunciada, era difusa, modorrenta e possuía menos atributos do que julgava a historiografia clássica do estudo das cidades brasileiras. Retomando o trecho de Ana Lúcia Duarte Lanna, estas cidades inicialmente surgiam como extensão do mundo rural; eram vistas como “acanhadas, pobres e sujas”¹⁰⁵.

Por utilizar materiais disponíveis na maior parte do território – barro e madeira - e uma técnica barata e relativamente simples, as suas técnicas construtivas se mantiveram tradicionais até que o processo modernizador da recém-instituída cidade ganhasse mais força, produzindo ruínas da arquitetura vernacular que é

aquela feita pelo povo, por uma sociedade qualquer, (...) Com seu próprio e exclusivo “saber fazer” essa sociedade providencia suas construções, suas casas, satisfazendo as peculiares necessidades expressas em programas caracterizados por próprios e únicos usos e costumes. A casa vernacula é, portanto, uma expressão cultural.¹⁰⁶

No Sertão da Farinha Podre, a cidade que se erigia em 1892 era a “cidade colonial” e não a moderna urbes reivindicada pelos jornais dos anos 1940¹⁰⁷. O que predominava era esta dita “arquitetura da terra” dos espaços rurais, embora as grandes cidades brasileiras, já no período de transição entre os séculos XIX e XX, concentrassem esforços pela afirmação da

¹⁰³ CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 6 ed. São Paulo: Livraria duas cidades, 1982. p. 45.

¹⁰⁴ Retomando os dados disponíveis na introdução deste trabalho, a Freguesia foi elevada a categoria de Distrito de Paz em 21/05/1852; à Vila de S. Pedro de Uberabinha em 07/06/1888, a condição de Município em 31/08/1888, a cidade em 24/05/1892 sendo a renomeação oficializada em 19/10/1929.

¹⁰⁵ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos*. IV Seminário de história da cidade e do urbanismo. Op. Cit. p. 498.

¹⁰⁶ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 15.

¹⁰⁷ *Continuam os transgressores das nossas posturas municipais*. Jornal Correio de Uberlândia, Uberlândia. 31 de outubro de 1940. p. 4.

estética do ecletismo. Não por acaso, embora Uberabinha, que se instituisse como cidade de estética colonial, os *lugares de memória* hoje instituídos sobre aquele período são filiados ao ecletismo e não ao vernacular. Isto será abordado com mais detalhes adiante.

Em contraponto à estética que tentava constituir-se hegemônica, as instituições locais ainda eram regionalizadas e as condições materiais eram limitadas. A produção de telhas, por exemplo, era feita e comprada provavelmente nas olarias locais, que àquele tempo, e para o tamanho do núcleo urbano, não pareciam poucas. Em uma correspondência de várias “personalidades” da freguesia, endereçada ao deputado provincial Augusto César Ferreira e Souza, em 18 de abril de 1888, cujo objetivo era prestar informações a respeito da freguesia enunciando motivos para sua elevação à categoria de Vila, foram descritas algumas das características locais:

A população consta de vinte mil almas mais ou menos. Contem 60 engenhos de serra, 9 olarias de telhas, 6 oficinas de ferreiro, 14 oficinas de sapateiro, 600 carros arreados em trabalho, 200 prédios, um cemitério obra de pedra aperfeiçoando uma matriz importante, contendo os paramentos; uma Igreja do Rosario em construção, 2 aulas de sexo masculino e feminino, 8 aulas particulares, 10 capitalistas, 9 negociantes de fazendas, 12 negociantes de generos do paiz, 1 fonte de aguas sulfurosas já acreditadas, 1 hotel bem montado, pedras de diversas qualidades e muitas madeiras de lei.¹⁰⁸

Embora o número de capitalistas possa nos parecer aos olhos de hoje bem poucos, bem como a madeira de lei demasiada para os rumos que o progresso nos oferece, na interpretação de Sandra Mara Dantas, a descrição era composta de certa dose de exagero, tido como perdoável por seus contemporâneos, já que a freguesia queria se mostrar vocacionada para o progresso, nem que este fosse apenas imaginado ou visto no campo do ideal. Sabia-se “que a paisagem não diferia de outros arraiais, percebe-se que, para alcançar o intento da emancipação política, os elaboradores do documento se valeram de todos os recursos como a superestimação de dados reais”.¹⁰⁹

Porém, mesmo se tivesse estimando as estruturas em demasia, o documento demonstra a existência – ou idealização – de certas instituições como valiosas e consideradas necessárias para compor as estruturas e moldar a paisagem urbana. Engenhos de serra para o trabalho com madeiras – 60 – necessárias não só nas construções, olarias de telhas – 09 –

¹⁰⁸ Carta endereçada a Augusto César Ferreira e Souza, enviada em 18 de abril de 1888, e assinada por: Padre João da Cruz Dantas e Barboza, Antônio Alves dos Santos, João Luiz da Silva, Manuel Alves dos Santos e José Teóphilo Carneiro. Citada por: ARANTES, Jerônimo. *Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia*. Uberlândia: Edufu, 2003. p.46.

¹⁰⁹ DANTAS, Sandra Mara. *A fabricação do urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)*. 2008. 203 f. Tese (doutorado em história) – Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2008.p.42.

afinal, coberturas de sapê não eram *modernas*, ferreiros – 06 – representando que a chegada do “novo” material não deveria continuar sendo utilizado apenas nas estruturas rurais, mas presente posteriormente nas diversas edificações, pedras de diversas qualidades as quais poderiam também compor um conjunto arquitetônico almejado.

Voltando à imagem (Figura 4), datada do início do século XX, podemos observar que os telhados construídos em materiais inflamáveis – como os de buritis – já não dominavam a paisagem urbana – como nos fazia imaginar a descrição dos arraiais visitados por Saint-Hilaire, um século antes. Tais construções, aliás, eram já condenadas pelo código de posturas local. O primeiro código da então cidade data de 1903 e estabelecia em seu art. 34 que “Até meio kilometro contado da igreja mais próxima, todas as casas nas povoações deverão ser cobertas de telhas ou de outro material incombustível”, sendo aplicada aos infratores “multa de 10 Rs e obrigação de reparar”¹¹⁰.

No mais, as instituições descritas na carta de 1888 compunham um cenário educativo – as várias escolas –, cristão – a igreja – uma matriz e uma igreja do Rosário, e *progressista*, com a presença de capitalistas “salvadores” da economia incipiente das mãos dos capiaus. A freguesia também estava equipada para receber visitantes com um “hotel bem montado” e, analisando a informação à luz de sua época, 1888, é possível crer que este possuía as mesmas características estruturais da primeira figura analisada, a rua do início dos anos 1920, principalmente porque o local não era um grande ponto de turistas ou viajantes para que tivesse um Grande Hotel aos moldes sanitaristas do ecletismo que procurava se afirmar.

As construções de taipa, de mão ou de pilão, representavam um saber aprendido socialmente, como dito, uma prática cultural. A taipa de pilão era uma técnica mais cara e que necessitava de maiores estruturas, os taipais, que em algumas localidades do país chegaram a ser inventariados como bens.¹¹¹ Para se construir uma casa com taipa de pilão era necessário primeiramente preparar o barro,

A terra é removida de uma certa profundidade, para evitar as impurezas (...) e por apresentar normalmente um grau de umidade satisfatório, não necessitando da adição de água para compor a dosagem correta. A massa é preparada por meio de esfrelamento do solo; pulverização de água com cuidado para não formar "caroços" e seguido de um amassamento, que pode

¹¹⁰ CODIGO MUNICIPAL DA CAMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Posturas e Regimen Tributario*. Uberabinha: Typ. Progresso, 1913. p. 9.

¹¹¹ PISANI, Maria Augusta Justi. *Taipas: A arquitetura de terra*. Sinergia, São Paulo, v.5, n.1, p. 09-15, jan./jun. 2004. p.11

ser realizado com as mãos ou com os pés. A operação só termina após a obtenção de uma massa homogênea.¹¹²

Com a etapa cumprida o barro era socado dentro dos taipais, estruturas que variavam de 1m a 1,5m de altura, de 2m a 4m de comprimento e espessura variada de acordo com a parede. Os trabalhadores, chamados taipeiros, entravam no taipal de madeira e executavam seu trabalho, ou seja, havia mão de obra “especializada”, mas formada de conhecimento empírico.

A taipa de mão, um pouco mais simples, também necessitava do barro batido, porém este precisava estar em estado um pouco mais líquido, para facilitar o manuseio. Manualmente ele era socado dentro de uma estrutura prévia, de esteios em madeira e amarrados a estes, com cipós, estavam as varas, formando uma estrutura quadrada popularmente chamada de cadeia. Neste caso, eram necessários dois trabalhadores, um em cada lado da estrutura para certificar que o índice de vazios do barro fosse mínimo.

Nos dois casos, após a secagem, o barro podia ser revestido com areia e esterco de animais para que as fibras dessem estrutura à edificação. Em razão de o barro ser muito sensível à água de enchentes ou chuvas constantes, as casas de taipa normalmente apresentavam beirais para proteger a construção. Os que fossem mais enfeitados, com detalhes entalhados em madeira eram sinônimos de construções de pessoas com maior condição econômica, o que não parece ser o caso da rua analisada (figura 4) que possuía como é possível ver na fotografia, beirais simples e telhados em quatro águas com telhas de capa e canal.

¹¹²PISANI, Maria Augusta Justi. *Taipas: A arquitetura de terra*. Sinergia, São Paulo, v.5, n.1, p. 09-15, jan./jun. 2004. p.11

Figura 6: Beirais simples e telhas de capa e canal que compunham a obra. Rua José Ayube, início dos anos 1920. (Detalhe)



Fonte: ArPU – Arquivo Público de Uberlândia.

Mal tinha sido erguido o núcleo urbano na transição dos séculos XIX/XX, e ele já começara a passar por um processo de modernização em suas formas arquitetônicas de maneira institucionalizada. O ecletismo começava a se institucionalizar de maneira mais evidente na localidade após a oficialização da cidade em 1892. A estrada de ferro da companhia Mogiana (1895), a instituição do código de posturas municipais (1903), o primeiro plano urbano (1907)¹¹³, a chegada da eletricidade (1909), cada um desses fatores são símbolos de um progresso que é propagado à população.

Sendo assim era preciso desvincular a nova cidade em sua estrutura, formas e sociabilidades de seus tempos de vila que pouco se distinguia das moradias indígenas, das fazendas e aldeias. Neste processo de reinvenção, curiosamente, até a rua representada na foto analisada mudou de nome. Acompanhar esta transformação poderá ser esclarecedor.

Segundo Tito Teixeira,

¹¹³ Não há documentação a respeito desse possível plano. Ver: DANTAS, Sandra Mara. A fabricação do urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929). 2008. 203 f. Tese (doutorado em história) – Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2008. p. 110.

A Rua do João Branco, depois Tupinambás e hoje José Ayube recebeu esse nome pelo fato de se destacar naquele *deserto*, a chácara de João Pereira da Costa Branco – quase esquina da Rua Francisco Alvez Pereira – a ostentar um belíssimo conjunto de palmeiras – Guararobas – mais altas que as mangueiras do seu quintal. João Branco era subdelegado de polícia, de corpo magro e braço forte e intitulado ‘braço de ferro’.¹¹⁴

Na chácara destacada *naquele deserto*, como se refere o memorialista, a rua evoca o período de Sertão da Farinha Podre que se queria fazer superado, em sua etimologia associando sertão a zona despovoada, conceitos a serem discutidos no capítulo seguinte. Em 1888, ano da produção da primeira planta da cidade, o local aparece como Rua do João Branco, dada a Chácara com o mesmo nome no local.

Em sua segunda renomeação, o lugar seria chamado Rua Tupinambás, porém não foi encontrado uma provável data para a mudança. Sabe-se, de acordo com Antônio Pereira¹¹⁵, que na gestão do prefeito Tubal Vilela da Silva, entre 1951 e 1954, um vereador da câmara teria proposto um Projeto de Lei que mudaria o nome da rua para José Ayube, em homenagem ao jornalista que morreu vítima de um acidente de carro em 1945. Renato de Freitas, um político conservador do município, interveio de maneira positiva elogiando o projeto, o que auxiliou na sua aprovação. Vale lembrar que José Ayube era suspeito de ser comunista, e teria fugido de Goiás para Uberlândia após a fundação do jornal “O estado de Goiás” por conta de seu posicionamento político¹¹⁶.

Temos, portanto, Rua do João Branco: caminho para a chácara com o mesmo nome como sugere o mapa (3) e o memorialista; Rua Tupinambás: sem uma referência específica ao nome ou a alteração e por fim; Rua José Ayube em homenagem ao jornalista. Apesar das divergências, entretanto, algo que é inquestionável seria a importância – simbólica – dos atos de (re)nomeação como forma de apropriação e reconfiguração do espaço da cidade. É possível perceber, na legenda que todas as ruas que foram relatadas sofreram este processo de nomeação – sem exceções, denunciando novas formas de apropriação do urbano.

Segundo Angel Rama, as atribuições e evoluções do sistema simbólico, expõem elementos que “ordenam” o mundo físico, normatizam a vida e se opõem ao particular em uma mecanicidade que institui a ordem. Para o autor, os processos de renomeação de ruas são um exemplo disso, podendo ser caracterizados em três momentos:

¹¹⁴ TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central – História da criação do município de Uberlândia*. Uberlândia: Gráfica LTDA Editora, 1970. p.64. (Grifo nosso)

¹¹⁵ PEREIRA, A. Uma rua para o João Cândido. *Jornal Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 30 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.correioduberlandia.com.br/colunas/cronicasdacidade/uma-rua-para-o-joao-candido>.

¹¹⁶ MORAES, José. José Ayube. *Diário da Manhã*. Goiânia, 25 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.dm.com.br/opiniaio/2015/03/jose-ayube.html>

A uma primeira época, na qual se recorre a nomes particulares para designar lugares ou ruas, que nascem de objetos concretos que pertencem à sua estreita contiguidade, (...) segue-se uma segunda, em que os nomes das ruas já não pertencem a simples deslocamentos metonímicos, mas manifestam uma vontade (geralmente honorífica) de recordar acontecimentos ou pessoas eminentes. (...) Numa terceira época, toda a nomenclatura se tornará mais bem planificada e mais rígida, apelando exclusivamente a números, articulando diversas séries, e não será outra coisa senão um sistema abstrato destinado a localizar um lugar dentro da cidade, com precisão e simplicidade. As menções particulares, nascidas de acontecimentos históricos ou de simples acontecimentos da vida, ficam abolidas.¹¹⁷

Sabe-se, e o próprio autor reconhece, que nem todas as cidades sofreram este mesmo processo em sua completude, sendo Uberlândia um exemplo desta multiplicidade de relações e apropriações, nas quais a *cidade letrada* tenta instituir-se como linguagem hegemônica deixando vestígios de uma comunidade anterior que denunciavam essas práticas. Tem-se uma variedade de espaços em sua diversidade de significações.

Os locais de construção da memória na cidade foram pensados de modo a seguir a lógica da desvinculação com o espaço-mundo rural. Sabendo-se que a escolha dos nomes para figurar nos espaços públicos tem a função de homenagear e lembrar, a retirada de determinados nomes teria a intenção oposta de esquecer os nomes e lugares outrora referidos.

As transformações e renomeações podem ser entendidas à luz do conceito de lugares de memória, pois segundo Pierre Nora, a memória não é espontânea e verdadeira, mas reconstruída para nos dar identidade;

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva.¹¹⁸

¹¹⁷ RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 198. p.37.

¹¹⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, 1993. p. 14.

Desta forma, ao renomear os espaços públicos, como a rua da fotografia analisada, está havendo um trabalho na esfera da memória coletiva, entre aquilo que deve ser esquecido, o passado rural, e aquilo que deve ser lembrado, a cidade moderna que estabelece novas relações entre mundo rural, natureza e cultura. Tão logo da tentativa de controle do ambiente “selvagem” emergia a cidade jardim em aparente harmonia.

Mapa 3: Primeira planta completa de Uberabinha. 1898.



Fonte: LOPES, Valéria M. Q. Cavalcante. *Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos*. Uberlândia: EdUFU, 2010. p.20.

Estas questões de renomeação também significavam que este endereço já era conhecido e assumido como parte do perímetro “urbano”, portanto, passível de remodelação. Havia outras construções, do mesmo período citado, que faziam parte do novo modelo de arquitetura, atuando no sentido de desqualificar o anterior associado ao saber popular.

Para os afãs modernizadores dos grandes coronéis essas formas de construir – coloniais - seriam resquícios de uma prática rural “a meio caminho da Chácara”. Esses moradores precisariam ser educados, tanto visualmente – através do exemplo de construções signo do que era desejado – quanto pela institucionalização de novas formas de controle sobre o que, como, onde eram edificadas obras citadinas. E neste processo, a imprensa ganha lugar de destaque como arauto da modernidade, não seria à toa que depois o próprio nome da rua que nos chama a atenção neste capítulo, passasse a ser José Ayube – um jornalista.

Nesta perspectiva de que o morador do campo pode ser educado – na e pela cidade – está a visão de sertão como espaço a ser desbravado com seus habitantes instruídos para se tornar “parte efetiva” da sociedade. O sertão é tido, deste modo como,

...território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização. É, por isso, o mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria, do diabo. Ao mesmo tempo, se conhecido, pode ser ordenado através da ocupação e da colonização, deixando de ser sertão para constituir-se em região colonial.¹¹⁹

Se o cuidado com a renomeação das ruas, dos planos diretores nos chamam a atenção para a semântica da cidade moderna, para compreendermos a ideia de educação pelas formas arquitetônicas será importante voltar nossa atenção para os prédios “símbolos” do poder instituído da cidade nascente – o mais significativo deles, talvez seja o fórum – o espaço por excelência do poder instituído da cidade.

¹¹⁹ MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. (1995), O vazio: o sertão no imaginário da colônia dos séculos XVI e XVII. Dissertação (Mestrado em História) – Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica. Apud: LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1999. p. 58.

Figura 7: Rua Vigário Dantas esquina com Rua Marechal Deodoro. Residência de Arlindo Teixeira, construída no século XIX. S/d.



Fonte: ArPU – Arquivo Público de Uberlândia.

A construção do primeiro fórum de Uberabinha era também filiada à arquitetura colonial. Construído em 1891 com o expresso objetivo de somar a infraestrutura necessária para transformar a vila em cidade, fazendo parte de um processo institucional, não poderá ser considerado, entretanto, exemplar das novas formas arquitetônicas (que só surgem efetivamente em meados do século XX): as suas formas e técnicas de construção empregadas se vinculam ao que chamaríamos de cidade colonial.

A preocupação com a cidade moderna – ou com as formas modernas de urbanização é, portanto, posterior à institucionalização jurídica da cidade, como tentativa de levar ao âmbito cultural essa “elevação” e “emancipação”. A fotografia do fórum não traz data, mas é possível notar que ela foi tirada já em meados do século XX, já que as ruas estão calçadas, há calçadas delimitadas e as construções ao redor já apresentam algumas platibandas que sugerem que as novas formas de construir estavam sendo apropriadas por alguns moradores.

Como dito, o fórum não foge à regra de outras edificações do período em que foi construído. Arquitetura colonial, telhados em quatro águas com beirais, construção em adobe, esteios em madeira. Já as esquadrias possuem vidros - singelo sinal de um processo de modernização que abriu possibilidades para a compra do material, de alto custo em meados do século XX -, apesar de seus umbrais serem de madeira e retangulares. É possível notar que, à

época da fotografia, a construção já está desgastada com a ação do tempo e já se constitui ruína, nos termos de Simmel. A casa em segundo plano na imagem também está desgastada, entretanto, já não aparece como ruína à época porque ela – a ruína - era sempre representada como o estilo vernacular, aquele que deveria ser combatido ou devidamente preservado com a institucionalização do novo, da cidade moderna.

À época em que foi feita a imagem, a cidade de Uberlândia já está em avançado processo de urbanização. O calçamento das ruas, que fora iniciado em 1919, já era realidade nas antigas Direita e São Pedro, a paisagem natural parecia “domada” – praticamente não há mais vegetação natural perceptível na foto - diferentemente da primeira imagem do capítulo (Figura 4), na qual é possível observar apenas alguns indícios de certo controle sobre a natureza. Na segunda foto (Figura 7), destaca-se a presença de automóvel, um dos símbolos do processo modernizador que chega ainda devagar, mas bem mais veloz do que o cavalo em evidência na primeira imagem. Ele constrói, se legitima e lança sobre o que lhe é anterior, num processo evolutivo-linear, a concepção de atraso e neste contraste promove a ruína.

Os homens, apesar de não destruírem a obra humana - sendo, antes, a natureza responsável por isso -, deixam-na ruir. Este deixar acontecer é, não obstante - visto da perspectiva da idéia do homem -, por assim dizer uma passividade positiva. O homem faz-se com isso cúmplice da natureza e agente da atuação desta, que vai no sentido oposto à sua própria essência. Esta contradição toma da ruína habitada o equilíbrio entre o sensitivo e o supra-sensitivo, com o qual as tendências opostas da existência atuam na ruína abandonada, e lhe dão aquilo que é problemático, aflitivo, frequentemente insuportável, com o qual estes sítios que escapam à vida continuam, no entanto, a atuar sobre nós como moldura de uma vida.¹²⁰

Houve, no início do século XX, uma batalha travada principalmente pelo viés da imprensa sobre a condição do prédio que abrigava o órgão máximo da justiça local. Tanto em sua forma arquitetônica – estilo colonial - quanto pela sua técnica de construção – taipa, adobe -, que remetia aos tempos de vila de Uberabinha, razão pela qual, provavelmente não tenha sido reformado. Ao invés da reforma, “pedia-se” uma nova estrutura, com viés moderno e que obedecesse a um padrão arquitetônico diferente do colonial. Nas palavras do Presidente da câmara Rodrigues Cunha o velho fórum que na verdade tinha apenas 30 anos de construção,

Era uma vergonha que nos humilhava, depondo tristemente contra o nosso progresso, um entrave que abatia o nosso orgulho, a permanência do fórum no velho, no velhíssimo e desmantelado casarão da rua Marechal Deodoro,

¹²⁰SIMMEL, G. A ruína. SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB. 1998. p. 137-144.p.3.

*um dos poucos espécimens do passado, encravado ainda em pleno coração da cidade.*¹²¹

Ao esticar o tempo, no exagero das palavras, “fórum velho, velhíssimo”, o orador no sentido analisado por Simmel, estava colaborando com a natureza na criação da ruína, deixando sua própria feitura, por gosto, ser deteriorada, como é possível perceber no discurso do presidente da câmara municipal, Rodrigues da Cunha, por ocasião da inauguração do novo fórum na Praça da República, no dia 7 de setembro de 1922. Mais do que um novo espécimen, o fórum representava um ideal cívico, republicano, inaugurado em pleno dia de comemorações do centenário da independência. A arquitetura do novo fórum possuía influências, que “ditariam” a moda dos modos de construir nos anos subsequentes, evidenciando que a casa de taipa havia encontrado um novo contraponto na cidade.

É interessante perceber também que Rodrigues da Cunha diz em seu pronunciamento que o fórum era “um dos *poucos* espécimens do passado, encravado *ainda* em pleno coração da cidade.” A imagem da atual Rua José Ayube, produzida na mesma época, demonstra, entretanto, o contrário. Havia ainda a predominância das casas que remetem a esta arquitetura condenada à ruína pelo vereador, mas ainda símbolo e expressão de modos de vida e sociabilidade para grande parte da população de Uberabinha.

O segundo fórum, novíssimo, por sua vez, foi construído sobre influências arquitetônicas ecléticas. Erigido em frente à praça da república (atual Tubal Vilela, quiçá Ismene Mendes)¹²², delineado por calçadas e arruamentos retilíneos, o relevo não ditava mais a obra, o terreno era nivelado, e havia um afastamento em relação à calçada. A vegetação não era mais a mesma, também estava sendo moldada para criação da “cidade jardim”, conceito a ser discutido com mais rigor nas páginas seguintes, àquilo que representava a selva, queria-se transformar num símbolo da capacidade de “colonização” humana, de domínio da natureza

¹²¹ *A inauguração do Fórum.* A tribuna, Uberabinha. Ano IV, n.3, 07 de setembro de 1922. p. 4.

¹²² Ainda nestes processos de renomeação do espaço urbano e das lutas por/através dele no campo da memória, em um ato de comemoração do dia internacional da mulher em 2017, uma organização capitaneada pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia promoveu a renomeação simbólica da praça Tubal Vilela para Ismene Mendes, como forma de estabelecer novos lugares de memória e homenagear outras figuras importantes na cidade. Tubal Vilela foi acusado, na década de 1920 de assassinar a esposa grávida e inocentado à época por ter cometido o crime em defesa da honra. Já na década de 1980, Ismene Mendes, advogada formada pela UFU e vereadora da cidade de Patrocínio, importante figura nas lutas pelos direitos dos trabalhadores, foi encontrada espancada e estuprada em sua casa ao lado de uma suposta carta de despedida. Nos autos do processo consta que ela teria se “auto-espancado” e “auto-estuprado”. Como forma de rememorar a figura de Ismene em detrimento da de Tubal Vilela foi pensado e instituído o ato. Ver: SOUZA, Vinícius. *Principal praça da cidade agora se chama Ismene Mendes*. ADUFU, Uberlândia. 09/03/2017. Disponível em: <http://adufu.org.br/post/noticias/principal-praca-da-cidade-agora-se-chama-ismene-mendes/>. Acesso em: 19/06/2017.

pelo homem, de progresso que em termos Kantianos objetivava a dominação a tal modo de ser possível a institucionalização de uma sociedade de perfectibilidade humana.¹²³

Figura 8: Prédio do 2º Fórum da cidade, localizado na Rua Duque de Caxias em frente à Praça da República, atual Praça Tubal Vilela. Década de 1920, inauguração no ano de 1922.



Fonte: Arquivo Público de Uberlândia – ArPU.

O ecletismo do prédio, não era uma característica exclusiva da arquitetura local. De um modo geral, em todo o país, à época, procurava-se opor ao vernacular a vertente moderna que foi um colecionar de estilos agrupados (desde o Neoclássico à Art Déco)¹²⁴ amplamente divulgados no século XIX, mas que na região, ganhou forças no início do século XX, como representantes arquitetônicos do primeiro processo modernizador da cidade, a se contrapor explicitamente às formas de dinâmicas da “cidade colonial”.

No ecletismo brasileiro, os prédios públicos normalmente eram construídos primando o estilo clássico, fazendo referência à cultura greco-romana e às concepções de direito e civilização que lhe eram relacionadas. Porém isso não impediu que a imaginação dos

¹²³ KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita*. Trad.: Artur Morão. In: *À paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1990.

¹²⁴ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996.

arquitetos e mestres de obras do período, somada aos desejos pessoais possa ter influenciado algumas construções.

Uberabinha conheceu mais sobre estas novas vertentes europeias, quando um ramal da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro chegou a cidade em 1895, ligando a região do Triângulo Mineiro a São Paulo:

Com a progressiva implantação das estradas de ferro pelo interior adentro, houve naturalmente uma tendência à homogeneização da linguagem e dos partidos arquitetônicos (...), mais ou menos a partir da metade do século, qualquer uma das cidades brasileiras passou a conhecer duas modalidades de residência: a “local”, isto é, aquela ainda ligada à tradição construtiva regional e à modesta economia; e a “moderna” alienígena, própria da prosperidade recente.¹²⁵

Desta forma, este ecletismo era nada mais do que uma das vertentes que representava visualmente a educação do povo para o processo modernizador na transição cidade colonial – cidade moderna, aceitando como natural a estética “alienígena” e abandonando a indigenista. Caso clássico do novo fórum, ou mais propriamente, o “palácio da justiça” uberabinhense.

As pilastras neoclássicas, o maior número de janelas, mais próximas umas das outras e com vidros, o que aumentava a luminosidade, a suntuosidade e a caracterização do prédio como monumento, também gerada pelo afastamento em relação à via e as escadas para a entrada no local, várias formas visuais, de vários estilos arquitetônicos, que não filiam o prédio apenas a uma escola arquitetônica, mas inserem-no neste processo mais amplo de “renovação” e mistura de estilos.

A imprensa – a outra face do progresso - conheceu a euforia com a nova construção. Como no trecho citado do jornal *A Tribuna*, seus os jornalistas, apoiassem ou não os *cocões*¹²⁶ (responsáveis pela obra), anunciavam que o processo colecionava admiradores. Segundo Sandra Mara Dantas, *A Tribuna* declarava-se jornal independente, mas aprovava a maioria dos atos dos *cocões*, partido criado por Rodrigues da Cunha que dominou a política na cidade durante os primeiros 30 anos do século XX, além de ser responsável pela cerimônia de lançamento da “pedra fundamental” da obra.

¹²⁵ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996. p.47.

¹²⁶ A política cidadina era composta por uma briga entre dois grupos de coronéis: Os *Coiós* (liberais) e os *Cocões* (conservadores). O período de construção do fórum foi governado pelos Cocões que levaram com bastante afincos o “processo civilizador” de Uberabinha. Ver: DANTAS, Sandra Mara. *A fabricação do urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)*. 2008. 203 f. Tese (doutorado em história) – Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade Estadual de São Paulo, Franca, 2008.

Como dissemos, a nossa folha, tendo tomado a si a iniciativa do lançamento da pedra do nosso fórum, estendeu o seu convite ao povo desta cidade, apenas oficiando, sobre o facto, aos exmos. Srs. Juizes de direito e municipal, desta e das comarcas visinhas, promotores de justiça, desta comarca e alguns membros do nosso fôro de outras comarcas. (...) Hermenegildo Ribas, ecoou o espoucar dos primeiros foguetes, ao som da banda da <S.M. Uberabinha>, gentilmente cedida por essa associação, (...) esta terra deve se orgulhar, regozijando-se, de ver satisfeita uma das suas mais ardentes aspirações a qual se deve á gestão desse administrador.¹²⁷

O antigo prédio seria o que “humilhava” a cidade, filiando-a a uma estética antiga, fruto de um tempo-espaco por onde os trilhos da modernidade ainda não haviam passado. O velho fórum também “abatia o orgulho” local, posto que fosse velho e desmantelado para os novos padrões daquilo que se institucionalizava como “moderno”, mais uma vez, o contraste promovendo a ruína.

A corrente arquitetônica surge no Brasil no tempo da República, e assim os valores se misturam, “os lemas do Brasil republicano são progresso, indústria, capital, modernização. Neles inscreve-se uma noção de prosperidade que oblitera contrastes e conflitos, ao projetar nas criações culturais a vontade de mascarar ou cosmetizar as tensões que caracterizavam o período.”¹²⁸ Infere-se que as inspirações “europeias” que nada tinham em semelhança com as técnicas brasileiras de construção enunciadas, venham à tona por estes valores defendidos. Conforme Fabris, “a afirmação do ecletismo no Brasil não implica em conhecimento da tradição anterior e sim o rechaço radical dos vestígios coloniais que persistiam no país.”¹²⁹

Se institucionalizando como o “moderno” do período, a mais importante manifestação do ecletismo está nas fachadas. “A ideia dominante do século XIX é de que a arquitetura deve ser representativa, de que deve evidenciar através da forma exterior e da estrutura o status de seu ocupante, seja ele o Estado, seja ele o indivíduo particular.”¹³⁰ Outro fator importante explorado ao longo do capítulo é que “sua metodologia fundamental consiste na decupagem, na concepção da arquitetura como linguagem dotada de valores simbólicos e emotivos que deveriam ser transmitidos a todas as camadas da sociedade.”¹³¹ É uma construção para ser vista e admirada!

A inauguração do palácio da justiça de São Pedro de Uberabinha ocorreu em sete de setembro de 1922, no centenário da comemoração da independência do Brasil, que contou

¹²⁷ *Uma festa do povo*. A Tribuna. Uberabinha, 16 de Janeiro de 1922.

¹²⁸ FABRIS, A. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. Anais do Museu Paulista Nova Série, v.1, n. 1, p. 131-143. 1993. p. 136.

¹²⁹ Idem, p. 135.

¹³⁰ Idem, p. 134.

¹³¹ Idem, p. 134.

com celebrações locais e uma edição especial do mesmo jornal *A Tribuna* que trazia outras manifestações além do discurso de Rodrigues da Cunha, comprovando o papel da mídia na educação de uma parcela letrada populacional, promovendo novas formas de construir (novos palácios), e novo ordenamento jurídico (uma nova justiça). Em uma analogia à data celebrada – independência do Brasil – seria também almejada uma independência das formas arquitetônicas e das técnicas construtivas que nos aprisionava no período colonial – Sertão da Farinha Podre – que seria experienciada na inauguração do novo fórum.

O fórum, entretanto, não era a primeira edificação pública a ser construída em estilo eclético na cidade. Sete anos antes, com características arquitetônicas semelhantes, tinha sido construído o Palácio dos Leões, para sediar a câmara municipal da cidade. Fora edificado em 1916 e inaugurado em 1917, no local que antes abrigava o cemitério da cidade, atual Praça Clarimundo Carneiro. Diferentemente do “Palácio da Justiça”, este prédio não foi demolido, embora seu uso originário tenha sido deslocado. Pela lei municipal nº 4209 de 25/09/1985 o Paço municipal foi tombado como Patrimônio histórico e passou a sediar o museu Municipal da cidade de Uberlândia.

Figura 9: Antiga Praça da Liberdade, depois Praça Antônio Carlos, atual Praça Clarimundo Carneiro. Prédio da antiga Câmara Municipal, atual Museu Municipal. Década de 1930.



Fonte: ArPU – Arquivo Público de Uberlândia.

O prédio foi obra projetada e construída sob a responsabilidade de Cipriano del Fávoro, empreiteiro e construtor, na segunda década do século XX. Foi o primeiro prédio com dois andares da cidade, e por muito tempo o único. Foi construído antes do segundo fórum da cidade, apesar de a foto que utilizamos fazer referência a uma temporalidade posterior.

A obra possui uma série de materiais que divergiam daqueles utilizados nas construções populares da época: vidro, ferro, pouca madeira aparente nas esquadrias, técnicas de alvenaria, escadas de acesso que lhe traziam suntuosidade e um carácter, como do fórum, de referência e educação sobre novas formas de construir para a população local.

A paisagem local ajardinada, na foto que é de 1930, merece destaque. A natureza sertaneja, de árvores retorcidas do cerrado pode ser percebida apenas na característica biológica de algumas plantas – provavelmente transplantadas, dada a ocupação anterior do local ter sido um cemitério, totalmente esvaziado – mas o lugar já evidencia a dominação do espaço da natureza pela cultura, na década de 1930, época da imagem fotografada. O canteiro,

a grama, os caminhos calçados na praça, e a própria instituição da mesma são significativos nesse processo modernizador, já indicando uma nova concepção de urbanização: Os desejos de cidade jardim, ideal, são vendidos em contraste às ruínas que promovem, aos saberes que passam a ser execrados, ao modo de vida que é condenado sob a perspectiva civilizadora. O homem nascido no interior que não se identifica mais com sua condição harmônica com o meio aponta para outra relação com a natureza.

As construções ao redor do Palácio dos Leões começam a tomar a nova forma exemplar. Os telhados das construções laterais ainda são aparentemente em quatro águas e nelas a madeira parece prevalecer nas portas e janelas, porém, esteticamente as construções se renovaram. O código de posturas em vigor já estava em sua terceira versão à época da fotografia (1930) para atender aos novos padrões urbanísticos.

Esta “cidade jardim” e o ecletismo inicialmente coincidem historicamente. Os marcos temporais aqui estabelecidos, no caso os fóruns, possuem função de elucidar uma época, estabelecendo momentos de ruptura e continuidade, porém, o período histórico analisado comporta várias técnicas construtivas e formas arquitetônicas que convivem. A cidade vai se desenhando e sendo reinventada, ela contém ecletismo que procura atingir sua hegemonia em contraposição ao que fora feito ruína. Se retomarmos a primeira fotografia apresentada neste capítulo (Figura 4) e se atentarmos para a data de construção dos prédios do segundo fórum e do palácio dos Leões percebe-se a convivência diversas manifestações, de estilos que circulam na sociedade e que, disputam a supremacia.

Assim como na cidade, e conforme regimentava os ideais do ecletismo, é possível perceber elementos de estilos arquitetônicos diferentes no Palácio dos Leões. As colunas são referências ao neoclassicismo em sua ânsia por elementos da cultura clássica greco-romana na arquitetura; referências semelhantes são encontradas nas pilastras do prédio do novo fórum. Normalmente, o neoclassicismo está presente em prédios institucionais que regulam a vida em sociedade, em uma analogia à necessidade de trazer para as esferas da vida pública os conceitos caros discutidos na antiguidade: república, direito, democracia.

Figura 11: Pilastras neoclássicas presentes no Prédio do 2º Fórum da cidade, localizado na Rua Duque de Caxias em frente à Praça da República, atual Praça Tubal Vilela. Década de 1920. (Detalhe).



Fonte: ArPU – Arquivo Público de Uberlândia.

Figura 10: Colunas neoclássicas presentes no Prédio da antiga Câmara Municipal, atual Museu Municipal. Década de 1930. (Detalhe).



Fonte: ArPU – Arquivo Público de Uberlândia.

No Palácio dos Leões também é possível identificar influências da *art-nouveau*¹³² nas janelas numerosas, como o fórum, de traçado arredondado lateral, próximas uma das outras, gerando um aumento da luminosidade e maior conforto climático.

Figura 12: Janela com influências do art-nouveau presentes no Prédio da antiga Câmara Municipal, atual Museu Municipal. Década de 1930. (Detalhe).



Fonte: ArPU – Arquivo Público de Uberlândia.

Quando analisadas na esfera familiar, para Carlos Alberto Lemos, as janelas com vidros e em maior número presente nas construções ecléticas proporcionaram uma mudança nas formas de relacionamento e de “morar” no interior das casas, os horários das refeições, do sono e das conversas apresentavam maior flexibilidade. Tendo as construções homogeneizadas pelo estilo “moderno” e apagados os vestígios tradicionais, elas diferenciavam-se

entre si às custas de ornamentação ajustada, não só ao classicismo, mas também ao neogótico, ao art-nouveau e, na grande maioria das vezes, derivadas da imaginação delirante de mestre-de-obras inspirado pelos desejos de afirmação social do proprietário recentemente enriquecido.¹³³

¹³² “Caracterizado por exuberância decorativa, formas ondulantes, contornos sinuosos e composição assimétrica, o Art Nouveau procurou sempre um ritmo ascensional elegante, feito de linhas entrelaçadas que sugerem muitas vezes o mover instável das chamas.” BONAMETTI, J. H. A arquitetura eclética e a modernização da paisagem urbana brasileira. R. *cient./FAP*, Curitiba, v.1, jan./dez. 2006. p. 2.

¹³³ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996. p.55.

Figura 13: Avenida João Pinheiro. À direita a casa do Senhor Sílvio Savastano. 1940.



Fonte: CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História. Acervo João Quituba.

É interessante notar como o processo de modernização da cidade começa a ganhar maior visibilidade através das formas arquitetônicas e traçados urbanísticos. A então Avenida João Pinheiro já apresentava novos traçados na década de 1940. Havia calçamento, canteiro central, iluminação, calçadas largas e as casas já estão modeladas de acordo com os padrões ecléticos, as platibandas estão presentes em todas as construções, que são ornamentadas e pintadas, para os padrões da época.

Se em Paris, sobre a cobertura de Luís Napoleão, Haussmann seria o responsável por eliminar os traçados tortuosos e pouco higiênicos herdados do período medieval, no Rio, Pereira Passos organizaria a reconfiguração urbana da cidade e a expulsão da “classe perigosa” para eliminar o contágio das mazelas que a urbanidade teria trazido consigo. Em Uberlândia evitava-se ao máximo que as doenças de fato se instalassem, lutando contra as formas de vida caipiras predominantes e contra as linhas que os olhares modernos chamariam tortuosas, criando novos traçados e aspirando novas relações.

Há um desejo de fazer da casa, mercadoria. A “mansão” de Sérgio Ferro, implica no investimento de capital, no acúmulo de elementos, técnicas, ousadias, afirmação social,

As relações de produção da mansão estão próximas da que estabelece na sua indústria ou outro negócio qualquer. Como aqui, lá a mercantilização está implícita na produção. (...) A semelhança de atuação nos dois casos traz,

como automática consequência, comportamento semelhante diante dos produtos.¹³⁴

A casa a que se refere à legenda (localizada à direita na Figura 13) pertenceu a Silvio Mauro Savastano que foi empresário e vereador na cidade de São Pedro de Uberabinha. Savastano construiu o Cine Central em 1918, um dos primeiros cinemas da cidade, em um terreno em frente à antiga praça da República, atual Clarimundo Carneiro, o local que abrigou até 2015 o Cine It, demolido para dar lugar a um moderníssimo supermercado.¹³⁵

Pensando no tombamento da obra da antiga prefeitura como patrimônio arquitetônico, é importante discutir quais os lugares da memória construídos na cidade, já que o prédio do segundo fórum, em muitos aspectos de valor simbólico e material semelhante ao Palácio dos Leões, foi derrubado. Cabe pensar que toda ação humana, neste sentido foi intencional para se instituir aquilo que sobreviveu e o que,

não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador.¹³⁶

Sendo assim, já aceitando a multiplicidade de documentos, os vestígios institucionalizados por vontade de forças dominantes – o caso do Palácio dos Leões – sejam elas quais forem, colaboram na construção de memória social, são documentos monumentos, no próprio sentido analisado por Le Goff, fruto de escolhas humanas e não reflexos da sociedade. Deste modo, as seleções são significativas, oficializam a *ordem e progresso*, “vocação da urbe”, encobrendo os contrastes.

Esta construção também seleciona seus lugares para institucionalização do centro cívico, onde estaria abrigado também o museu. Isto implica que, na praça Tubal Vilela não caberia a memória do ecletismo, mas do famigerado homem burguês, o que enuncia outro período de influências arquitetônicas, o modernismo:

tudo o que a sociedade burguesa constrói é construído para ser posto abaixo. “Tudo o que é sólido” — das roupas sobre nossos corpos aos teares e fábricas que as tecem, aos homens e mulheres que operam as máquinas, às casas e aos bairros onde vivem os trabalhadores, às firmas e corporações que

¹³⁴ FERRO, Sérgio. A produção da casa no Brasil. In: FERRO, S. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 68.

¹³⁵ PEREIRA, Antônio. *A vida do Cine It*. Jornal Correio de Uberlândia. 27 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/colunas/cronicasdacidade/vida-do-cine-it/>

¹³⁶ LE GOFF, Jacques. Documento e monumento. *História e memória*. Campinas: editora da UNICAMP, 1990. p. 535

os exploram, às vilas e cidades, regiões inteiras e até mesmo as nações que as envolvem — tudo isso é feito para ser desfeito amanhã, despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim de que possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo o processo possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas.¹³⁷

O primeiro fórum seria, portanto, resultado dos primeiros esforços locais em torno da concessão do título de município para a então vila de S. Pedro de Uberabinha; o segundo fórum, com suas influências ecléticas representa um período de modernização desta recém-proclamada cidade, no qual se procuram tornar hegemônicas as novas formas de construir, de certo modo negando a influência da arquitetura colonial. Já o terceiro fórum estabelece um novo momento da discussão, influências de uma arquitetura moderna, da construção de Brasília, outro momento histórico e político do Brasil que traz mudanças importantes para a região do triângulo mineiro.

Segundo Guimarães (2010), no plano econômico, com a construção de Brasília e a elaboração do plano de metas, o Triângulo Mineiro ficou “incorporado a expansão da economia paulista”¹³⁸ e capaz de reivindicar “a incorporação do aparato moderno para o desenvolvimento do capital local e regional”¹³⁹. Uma das questões postas face à construção da nova capital seria o fato de a região tornar-se “zona de passagem”, o que levou a discussões em torno das possibilidades da região reter riquezas, de modo que, parte das expectativas em torno destes processos só se concretizariam na década de 1970, período efetivo de construção do novo fórum.

A comarca ganhou uma nova sede em 1977. A construção da década de 1920 na praça, outrora novidadeira, foi demolida sem deixar vestígios materiais: deu lugar a “um arranha-céu de concreto, vidros e pedras nobres, frio e insensível quanto à representatividade de seu antecessor para registro da memória uberlandense.”¹⁴⁰ O novo prédio que abrigaria o fórum mudou novamente de endereço, seguindo a direção e o sentido da expansão urbana: foi construído na atual Praça Sérgio Pacheco, adotando princípios da arquitetura brutalista de São Paulo – a mesma que está presente no edifício do MASP em São Paulo – e fazendo o uso do concreto, não só como estrutura, mas também como acabamento. Apesar de ser uma construção recente e com formas tão “modernas”, seus usos e sentidos já têm sido deslocados

¹³⁷ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das letras, 1986. p. 96.

¹³⁸ GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: Integração nacional e consolidação regional*. Uberlândia: EdUFU, 2010. p.153.

¹³⁹ Idem, p.154.

¹⁴⁰ REDUCINO, Marileusa de Oliveira. A Praça Tubal Vilela e seu entorno: efêmeras criações urbanas. p. 202. In: BRITO, Diogo de Souza e Warpechowski, Eduardo Moraes. *Uberlândia Revisitada: Memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: Edufu, 2008. p. 17-51

de um espaço de uso cotidiano para um lugar de memória – aqui retomando o conceito de Pierre Nora já enunciado. Atualmente, o mesmo encontra-se inventariado¹⁴¹, sendo “vítima” de processo similar ao que consagrou sua estrutura, já que há mais um novo fórum sendo construído na cidade e o processo de criação/ruína permanece em operação.

¹⁴¹ UBERLÂNDIA, Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Estruturas arquitetônicas e urbanísticas: Fórum Abelardo Penna. Disponível em: http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5537.pdf. Acesso em: 23/05/16.

Figura 14: Três primeiros fóruns de Uberabinha/Uberlândia.



Primeiro Fórum de Uberabinha, construído em 1891; Arquitetura de estilo vernacular.

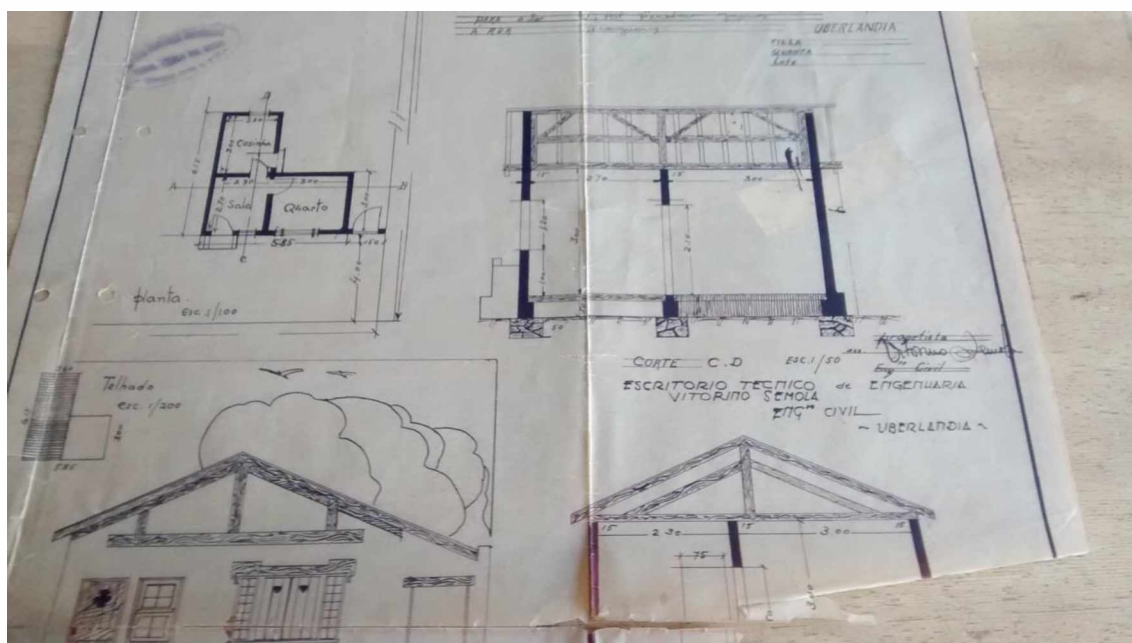
Segundo Fórum de Uberabinha, inaugurado em 1922; Arquitetura de estilo eclético.

Terceiro Fórum de Uberlândia, inaugurado em 1970; Arquitetura de estilo brutalista.

Fonte: Acervo pessoal.

Assim como o “novo” fórum simbolizava novos métodos de construir da década de 1970, inovadores até mesmo para a cidade jardim, as casas populares de operários ganharam força como novas formas de morar, novas formas de viver (na cidade) e de trabalhar. Se técnicas ecléticas que circularam na região educaram o morador visualmente e construíram uma memória da cidade em seus primórdios, num caráter público, a casa operária fez isso numa esfera íntima.

Planta 1: Projeto de construção de casa de operário. Engenheiro: Vitorino Sêmola. s/d.



Fonte: ArPU - Arquivo Público de Uberlândia.

A imagem representa uma planta de casa de operário projetada por Vitorino Sêmola, engenheiro civil, para o Senhor Vitor Ferreira Junior, possivelmente um operário. A residência deveria ser construída na Rua Araguari, atual Avenida Araguari, que atravessa os atuais bairros Martins e Osvaldo Rezende. Como a quadra de construção não é identificada, não é possível saber qual o lugar exato da suposta edificação.

A casa apresenta apenas três cômodos: sala, quarto e cozinha, o que representava algo comum à época. É possível perceber que outra planta, já projetada durante a gestão do prefeito Tubal Vilela em Uberlândia (1951 a 1954), possui as mesmas configurações, só que com dois dormitórios. As mudanças da sua gestão foram importantes em esferas populares, mas não continham intensão de propor uma nova ordem econômica ou social, de modo a colaborar para que, no *futuro* "o homem pobre terá satisfeito o seu objetivo - Habitação, e o

nobre não ficará prejudicado em seu desejo - Progresso.”¹⁴² Já dizia o ditado popular na cidade na década de 1950: “Deus fez metade de Uberlândia, Tubal Vilela construiu a outra metade.”¹⁴³

A falta de banheiro no interior das casas, que a princípio causaria estranhamento aos olhares modernos do século XXI, possivelmente era algo comum, não só nas residências operárias, mas até as mansões da classe dominante, quando não havia saneamento básico. O saneamento em Uberlândia chega apenas em 25 de março de 1954, no final da gestão de Tubal Vilela, período posterior ao da planta analisada. Logicamente, nas casas de pessoas com maior condição sócio econômica havia mais estrutura em suas “casas de banho” do que nas vilas operárias nascentes, porém é possível dizer que havia um suposto “nivelamento” de condições dado à infraestrutura urbana ainda pouco desenvolvida, já que as condições gerais de vida eram “precárias” em toda a cidade.

O maior cômodo da casa operária era o quarto, com 3m² e uma janela que dava para a rua. A sala, com 2,70m x 2,30m, possuía uma porta e uma janela, ambas também voltadas para a rua. A casa possuía uma entrada lateral com portão em madeira e uma cozinha, de 3,0m x 2,30m com uma porta que dava para o quintal. O afastamento em relação à rua era de 4,0m, somando um terreno de mais de 200m², “padrão”. Por mais que a casa fosse construída mais ao fundo do terreno, o fato de apresentar janelas e portas para a rua, mais do que falta de muros, remete a um período de relações entre espaços públicos e privados que ainda estavam sendo reconfiguradas, quando a casa, então, começaria a assumir,

Papel não apenas de abrigo, mas também de individualidade e investimento, enquanto fundamento material da família, fosse para uma burguesia ascendente e em busca de suas raízes arquitetônicas, fosse para as camadas populares, que tinham na residência elemento de fixação e controle.¹⁴⁴

Esta mudança na forma de relacionar-se com o ambiente e com as formas de moradia foi sendo construída socialmente. Os laços de sociabilidade, antes mantidos nos pontos de encontro entre os moradores locais passam a ser traçados em casa, em uma esfera da vida privada de modo que, “a invenção do problema da moradia foi fruto de um discurso de elites e não das camadas populares, que se utilizavam da sociabilidade das ruas para criar uma rede de relações.”¹⁴⁵

¹⁴² POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrabel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000. p. 52.

¹⁴³ JÚNIOR, Coimbra. O construtor de casas. *Jornal Gazeta do triângulo*. 17/04/2014.

¹⁴⁴ SUTIL, Marcelo. *O espelho e a miragem: Ecletismo, Moradia e Modernidade na Curitiba do início do século 20*. Curitiba: Travessa dos editores, 2009. p. 32.

¹⁴⁵ Idem, p. 26.

As casas populares começaram a serem pensadas, então, como propriedades feitas para servir ao homem simples, sendo assim “o supérfluo não aparece na construção, o uso dispensa cuidados (...) não há excessos que se interponham entre o objeto e sua serventia.”¹⁴⁶ É observada também uma visão do operário com a sua casa, como se ela fosse sempre temporária ou passível de remodelação. Ele mesmo trabalha para construí-la e poder ser intitulado como seu pequeno proprietário. Esta concepção afirma que a residência é edificada com a função de ser habitável, o homem *constroi para viver* de modo que “o excedente, eventualmente produzido, é explorado como valor de troca.”¹⁴⁷

Neste sentido é libertador escolher onde morar, já que a liberdade também começou a ser configurada como uma consequência do consumo e a casa como um bem material a ser conquistado. “De modo que, na sociedade da mercadoria, o consumismo seria proposto como terapia por excelência para aliviar o mal estar gerado pela própria essência desse sistema, centrado no mercado e não nos valores humanos.”¹⁴⁸ E nas palavras de Michele Perrot, “Ser livre é, para começar, poder escolher seu domicílio.”¹⁴⁹ O homem assim constitui-se livre por que pode comprar e inserir-se na lógica de mercado, mas contraditoriamente, faz-se preso, porque não escolhe sua propriedade, mas mora onde lhe destinam, ao bairro que lhe é “designado”: a vila.

“O operário” começaria a ter oportunidade de comprar sua residência nas Vilas em Uberlândia a partir de 1925, quando começaram os primeiros loteamentos privados, que sem infraestrutura, mas por conta de condições sociais, como a proximidade do emprego, proporcionaram um crescimento da cidade e também a expansão da periferia. Porém vale notar que, de acordo com Moura e Soares,

o problema da habitação na cidade [de Uberlândia] não estava relacionado com a falta de terra urbana, mas, sim, com os altos preços de que essa terra era dotada, dependendo da sua localização e da quantidade de serviços e equipamentos que possuísse. Desse modo, o seu valor de troca era elevado, o que impedia a população, principalmente a imigrante, de ter acesso a ela, porquanto não tinha condições financeiras suficientes para isso.¹⁵⁰

¹⁴⁶ FERRO, Sérgio. A produção da casa no Brasil. In: FERRO, S. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 63.

¹⁴⁷ FERRO, Sérgio. A produção da casa no Brasil. In: FERRO, S. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 65.

¹⁴⁸ SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 88.

¹⁴⁹ PERROT, Michelle. (1990) História da Vida Privada. Apud: SUTIL, Marcelo. *O espelho e a miragem: Ecletismo, Moradia e Modernidade na Curitiba do início do século 20*. Curitiba: Travessa dos editores, 2009. p. 32.

¹⁵⁰ MOURA, G. G. & SOARES, B. R. A periferia de Uberlândia: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. *Caminhos da Geografia*. v. 10, n. 32. Uberlândia, dez/2009. p. 27.

Deste modo, as primeiras vilas operárias a formar a paisagem urbana local foram Operária e Martins (1925), Carneiro e Osvaldo (1938), Santa Teresinha e Brasil (1936), atualmente compondo os bairros Martins, Osvaldo Rezende, Patrimônio, Brasil e Aparecida.

As transformações no uso e nas formas de pesquisa e inovação em tecnologia, segundo Sevcenko, que proporcionaram o aumento do número de moradores das cidades, e maior ainda, de operários, que saem do campo para trabalhar nas fábricas causando esta reconfiguração do espaço urbano. Essas reconfigurações perpassam a estrutura urbana e, em um segundo momento, transformam a própria sociedade e as relações do homem com o meio.

Como as “condições” passam a ser “favoráveis” para o aumento das cidades, é possível ver o surgimento, quase que diário, de novas obras públicas ou privadas, que alteram o espaço urbano e continuam contribuindo para este processo. Há um crescimento horizontal das cidades, mas também vertical graças a estes contatos, cada vez maiores com a tecnologia,

concreto armado, aços especiais, alumínio e chapas resistentes de vidro, que darão origens a prédios e arranha-céus. Estes, por sua vez, podem ser facilmente escalados, apesar da altura gigantesca, por meio da eletricidade que move os elevadores. E, para achar um amigo, basta apertar a campainha e usar o interfone. Ah, e convém não esquecer, de ascender a luz do hall, pois lá dentro não entra luz do sol.¹⁵¹

Mas este processo de proletarianização não foi completamente ordenado de acordo com o pensamento hipotético das elites locais e contou com o surgimento de movimentos operários, greves e outras formas de resistência, não só exclusivamente por parte da camada operária da sociedade, mas também contando com representação e apoio de vários lugares e sujeitos sociais.

Vitorino Sêmola, o engenheiro que assina a planta analisada fez parte deste processo de luta e resistência local. Vitorino possuía um escritório de Engenharia em sociedade com João Jorge Coury e em 1941 provavelmente conseguiam projetos para obras de grande porte, pois tinham o privilégio de anunciar seus serviços em jornais, que já eram de certa forma elitizados, na imprensa para uma parcela letrada da sociedade que lia os periódicos locais.

¹⁵¹ SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 62.

Figura 15: Recorte do anúncio do escritório de engenharia e arquitetura em Uberlândia presente no *Jornal o Estado de Goyaz*. 27/11/1941



Fonte: Hemeroteca digital. Biblioteca Nacional.

Porém, tanto Vitorino, quanto João Cury eram conhecidos não só como engenheiros, mas como membros do partido comunista local. Sêmola possuía vários registros nos acervos da polícia política¹⁵², dentre eles, um telegrama enviado pelo Dr. José Gabriel Prata Neto, delegado de polícia de Uberlândia, a Adalberto de Sales Fonseca Júnior, então chefe do DOPS, no dia 30 de agosto de 1961 no qual estava sendo narrada a trajetória política do “acusado” e seus momentos de prisão.

Sêmola teria sido preso em Uberlândia no dia 20 de novembro de 1937 sob acusação de comunismo, e então prestara uma declaração dia 30 de novembro de 1937 afirmando ser anti integralista, espírita e não pertencente à maçonaria. Ele teria sido preso novamente no dia 08 de julho de 1951 acusado de ser elemento de ligação entre Prestes e os comunistas do Triângulo Mineiro.

Durante este período de soltura, Sêmola residiu em Uberlândia, já que segundo a documentação da polícia política disponível no Arquivo Público Mineiro ele teria sido investigado pelas autoridades Uberlandenses, acusado de utilizar de maneira inadequada uma estação de rádio transmissor. Sendo assim, neste período trabalhando como engenheiro e, possivelmente, atuando como militante, é que deve ter colaborado na criação de projetos e

¹⁵² Arquivos da Polícia Política do Arquivo Público de Minas Gerais. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php?action=photo&id=10052&CSRF_TOKEN=39a52a2322805a9fd90b66515462c56105abb782. Acesso em: 28 de junho de 2017.

construção das casas populares, tornando possível supor que a planta analisada seja deste período.

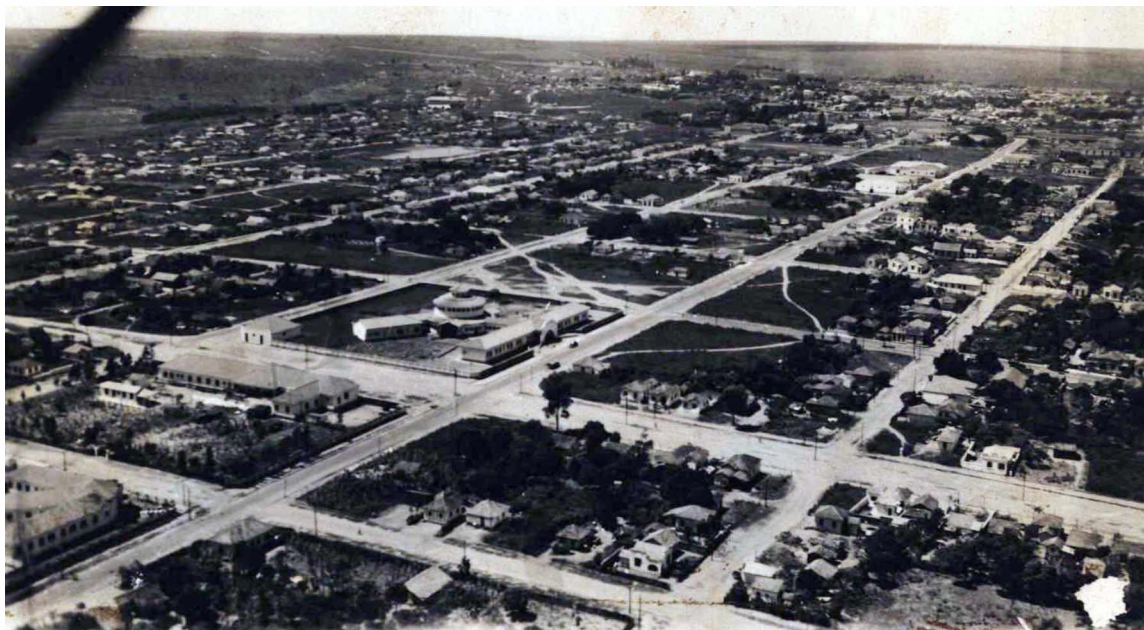
João Jorge Coury foi um dos fundadores do partido comunista e trouxe para Uberlândia, além de suas influências políticas, novas concepções de urbanização. O traçado do atual bairro Presidente Roosevelt, também planejado como Vila para atender às necessidades habitacionais, foi loteado em 1940 e apresentava uma nova configuração, que lembra a reforma de Haussman em Paris e de Atilio Corrêa Lima, seu companheiro de escritório responsável por projetar Goiânia.

Neste “looping da montanha russa” que foi o período que compreende o século XX, o grande número de estímulos, as várias transformações nas formas de sociabilidade, os diferentes contextos de lutas políticas e sociais, configuraram o momento do surgimento das vilas operárias e das novas formas de configuração urbana das cidades. As formas de vida caipiras estavam sendo alteradas num processo de expansão capitalista e de proletarização ainda em curso, levadas a cabo tanto pela direita quanto pela esquerda – ambas herdeiras do iluminismo. Isto não é natural, mas é histórico

Ora, numa sociedade agrícola tais condições não surgiram naturalmente - elas teriam que ser criadas. O fato de terem sido criadas gradualmente de maneira alguma afeta a natureza surpreendente das mudanças envolvidas. A transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência.¹⁵³

¹⁵³POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.p. 60.

Figura 16: Parte da Vila operária e Vila Martins. 1949.



Fonte: CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História. Acervo João Quituba.

Na imagem é possível perceber que mesmo não havendo infraestrutura ou até alguns serviços sociais básicos nas vilas, nota-se que o traçado das ruas já é moderno, retilíneo. Os quarteirões são largos, as avenidas também. Destaca-se o Prédio da Santa Casa de Misericórdia (atual Hospital Santa Genoveva). Ainda que pouco urbanizada – as casas são espaçadas –, a cidade não apresenta o carácter de “selva” na sua vegetação, sendo que essa também já sofre intervenções modernas. A própria localização do fotógrafo, é uma imagem de vista aérea, já representante um ponto de vista moderno sobre a cidade.

A casa da planta referenciada deveria ser edificada em um local próximo ao retratado na imagem. Um campo de antinomias, os anseios modernizadores e as estruturas ainda tradicionais. As novas “roupagens” que as cidades brasileiras iriam ganhar com a república em 1888 e com a arquitetura modernista, e o sonho modernizante do interior com as transformações que lhe eram vivenciadas possivelmente regeram as mentalidades. Mas a um custo de exclusão.

Os primeiros surtos de desenvolvimento vêm com a chegada da ferrovia já em fins do século XIX. Segundo Guimarães (2010):

A ferrovia era fundamentalmente a possibilidade de intercâmbio comercial e produtivo com os principais mercados consumidores e produtores do país. Representava o advento do moderno que rompia as barreiras geográficas, encurtava o tempo de conexão e possibilitava a incorporação extensiva e intensiva do mercado. Onde a ferrovia tocava seus trilhos aumentava a renda

da terra, estimulava as estruturas produtivas e expandia as relações comerciais, por meio de uma nova logística de integração do mercado.¹⁵⁴

A criação de companhia ferroviárias no século XIX contava com o apoio da Coroa e traçavam como principal objetivo escoar a produção cafeeira e o transporte de gado. Na região do Triângulo, por mais que não tenha havido uma grande produção de gado ou café no período, ocorreu o beneficiamento e a interligação através da, já citada, Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, criada por fazendeiros paulistas com sede em Campinas.¹⁵⁵

De início, “pelos objetivos declarados no contrato firmado entre produtores e o governo, esta via partiria de Campinas em direção às áreas de produção do café próximas a esta localidade, dirigindo-se no sentido da rota do Anhanguera, acompanhando a fronteira de São Paulo com Minas Gerais em direção a Goiás”¹⁵⁶. Porém, após algumas transformações em trajetos e rotas, o fim da escravidão e as discussões em torno da interiorização do Brasil com a construção de uma capital no sertão, mesmo sem assegurar os investimentos governamentais, a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, restaurou a ponte do Rio Grande e embarcou seus trilhos rumo ao Triângulo Mineiro; em abril de 1889 com estações em Sacramento, Conquista e Uberaba, em 1895 em Uberabinha e em 1896 em Araguari.¹⁵⁷

Porém, de acordo com Guimarães (2010), mesmo com a construção da estação e passagem dos trilhos por Uberabinha,

a ferrovia passou por suas terras sem causar um grande impacto sobre sua colocação regional, não despertando, portanto, um interesse de âmbito superior à organização produtiva local do município. A ferrovia nesta localidade era apenas uma potencialidade a ser aproveitada, porém não era condição suficiente para engendrar maior dinamismo dos fluxos demográficos e econômicos.¹⁵⁸

Em outro sentido de interpretação, seria possível inclusive evocar o fato de a presença da estação ferroviária determinar os sentidos e o traçado urbano da cidade, pois,

originalmente os trilhos vindos de Uberaba cortaram pelo meio do cerrado em direção a Araguari, edificando sua estação, em ponto alto e afastado da sede do município. Assim, em vez de esta cidade ter servido de referência para atrair a ferrovia, foi a estação da ferrovia que funcionou como propulsora para remodelar espacialmente o ulterior desenho urbano da cidade.¹⁵⁹

¹⁵⁴ GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: Integração nacional e consolidação regional*. Uberlândia: EdUFU, 2010. p.60.

¹⁵⁵ Idem, p.61.

¹⁵⁶ Idem, p.62.

¹⁵⁷ GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: Integração nacional e consolidação regional*. Uberlândia: EdUFU, 2010. p.63 e 64.

¹⁵⁸ Idem, p.78.

¹⁵⁹ Idem, p.80.

Em um segundo momento, a expansão rodoviária se soma às ferrovias, juntamente com a expansão para o oeste, com a construção de Goiânia, o plano de metas e o desenvolvimento do Brasil central, coroado com a construção de Brasília ligada por uma malha rodoviária de alcance nacional. Uberabinha só adquire importância como entreposto comercial se integrando à expansão ferroviária, com a construção da ponte Afonso Pena sobre o Rio Paranaíba na divisa do estado com Goiás e “com a construção, por uma empresa privada, a Companhia Mineira de Auto Viação Intermunicipal, de uma ligação por estrada de rodagem, desta cidade à referida ponte, incorporando à sua área de influência econômica todo o sudoeste goiano e norte triangulino”¹⁶⁰, proporcionando a infraestrutura necessária para o desenvolvimento e aplicabilidade de novas formas de construir. As ânsias modernistas da arquitetura criaram ambientes-modelo, ruas largas e arborizadas a exemplos das *boulevards* e casas higiênicas, com grande entrada de luz e ar puro, mas com a criação das periferias e sua expansão, a falta de acesso à infraestrutura só mudou de endereço.

Nas grandes cidades industriais, o ar ficou poluído com a grande quantidade de resíduos lançados na atmosfera e a circulação passou a ser de ar condicionado. As ruas por mais largas que fossem não mais correspondiam à quantidade de carros que começariam a circular no local.

Almejava-se uma nova “roupagem” para um mesmo “corpo”, pois o Brasil permaneceria agroexportador, herança colonial, que, contraditoriamente, seria a base de sustentação financeira dessas transformações. A elite copiava do mundo civilizado aquilo que melhor lhe aprouvesse, consumindo seus produtos, mas se esquecendo dos pobres e sem o compromisso de alterar a estrutura econômica vigente, reforçando-a, aliás, em diversas oportunidades.¹⁶¹

Entendendo este processo de transição campo-cidade e retomando as questões das transformações nos lugares de vida e em suas formas, o próximo passo será compreender de que modo, estas condições criadas de uma economia de mercado, influenciaram os modos de viver e relacionar da população agora predominantemente urbana. Afinal, seguimos em um modelo harmônico e linear de instituição da civilização?

¹⁶⁰ Idem, p.81.

¹⁶¹ QUINTÃO, L. C. Modernização Urbana na *belle époque* capixaba: revisitando o novo arrabalde. In: RIBEIRO, L. C. et al. *Modernidade & Modernização no Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 2015. p. 38.

3. MODERNIDADES, CONFLITOS E DICOTOMIAS NOS VIVERES DO INTERIOR

Estamos á (sic) mercê de um gravíssimo perigo para a *estética* da cidade: os prédios construídos por leigos no assunto e administrado pelos próprios proprietários. (...) A prefeitura, segundo nos consta, exige que a planta para ser aprovada, tem que levar a assinatura de um engenheiro. Entretanto, essa exigência, não satisfaz, absolutamente, porque o interessado obtém essa assinatura do engenheiro e depois constroe o prédio ao seu bel prazer, pouco se incomodando de que a *estética* da cidade, fique ou não prejudicada. (...) Resultado: construções feitas no *centro da cidade*, oferecendo um *triste espetáculo* porque as paredes começam a rachar de cima abaixo. (Correio de Uberlândia, 1941)¹⁶²

A modernidade é essa arena em que imagens, representações e interpretações se digladiam. (Kuyumjian, 2010).¹⁶³

Entre os anos de 1940 e 1941 as páginas do *Jornal Correio de Uberlândia* ganharam uma série de matérias que expressavam a indignação de um jornalista (não identificado¹⁶⁴) pela situação que aparentemente a cidade enfrentava: uma série de construções feitas por leigos que além de prejudicar a segurança, atrapalhavam a sua estética. “O perigo das construções feitas por leigos” despertou olhares para a estrutura física das construções, a urgência da normatização do espaço urbano e a função social da profissão de engenheiro/arquiteto.

A indignação do jornalista deixa claro sua preocupação com a *estética do centro da cidade* e sua *deterioração* por conta de determinadas construções irregulares. É possível identificar o discurso progressista na fala, que se importa com a aparência do cartão de visitas que era o centro da cidade. O uso da palavra espetáculo dá o tom da matéria; é impossível não assistir ou reparar no que estava acontecendo.

Diante deste quadro, algumas perguntas emergem de uma análise mais cuidadosa do texto: qual estética estava sendo priorizada? E quanto às construções, também feitas por leigos que fossem realizadas em bairros periféricos? Não importava regular? E, além disso, o

¹⁶² *Um perigo para a nossa cidade*. Jornal Correio de Uberlândia, 7/1/1941.

¹⁶³ KUYUMJIAN, M. M. M. O espaço/mundo do sertão moderno. In: Márcia de Melo Martins Kuyumjian. (org.). *Semeando cidades e sertões: Brasília e o centro-oeste*. 1ªed. Goiânia: PUC, 2010, v. 1, p. 173-196. p. 11.

¹⁶⁴ Não é possível identificar, na série de reportagens, a assinatura do jornalista responsável. No entanto, em uma das transcrições de cartas recebidas pelo jornal, o destinatário é o Sr. Ari de Oliveira, então diretor do Correio de Uberlândia, o que pode significar que a autoria das matérias fosse dele.

que deveria ser feito com aquelas consideradas ilegais na cidade? Questões que nem sempre possuem uma resposta objetiva e direta.

Na região então compreendida como Triângulo Mineiro, a arquitetura moderna tem seu expoente a partir da década de 1950 com a construção de Brasília e a atuação profissional de João Jorge Coury. De acordo com Maria Eliza Alves Guerra, o arquiteto “foi um difusor dos conceitos de arquitetura e urbanismo modernos na região”¹⁶⁵. A autora estabelece que a obra do arquiteto deve ser analisada em dois momentos,

Inicialmente ao longo da década de 1940 com as limitações técnicas que a região impunha, porém com o entusiasmo gerado pelo final da Segunda Guerra e pelo término do Regime do Estado Novo. Período que consolidou a transição nas artes e na arquitetura. Mais que uma simples transição, estas transformações criaram na realidade uma somatória de modificações conceituais, formais e estruturais que o “moderno” instaurou. O segundo momento, a partir da discussão da mudança da Capital Federal, e que envolve todo o Triângulo Mineiro. A sociedade começa a absorver essas novas linguagens arquitetônicas ligadas à proposta de um governo desenvolvimentista.¹⁶⁶

Ainda na formação de Coury estão presentes as influências dos traçados propostos por Le Corbusier e Lúcio Costa, refletidas nas perspectivas de nacionalização do modernismo arquitetônico. Neste cenário destacam-se duas questões fundamentais: a primeira, o fato da construção de Brasília (e anteriormente a construção de Goiânia) representar um marco na arquitetura e no urbanismo na região, aumentando a visibilidade e viabilizando maior número de importações de materiais necessários para construções de técnicas consideradas modernas, e a segunda, o fato de estas construções estarem ligadas não só a processos e ideais desenvolvimentistas, mas inseridos em um contexto mais amplo de ocupação do interior do Brasil.

A semana de 1922 estabeleceu um marco simbólico na concepção de modernidade que se instituiu no país propondo uma ruptura com a tradição - o padrão anteriormente vigente. Esse momento inicial do modernismo que se instaurava buscava no povo as origens de uma verdadeira identidade nacional e terminou por desaguar num projeto de governo, já em Vargas, que tentava “construir, como se fossem termos intercambiáveis, a nação, o povo e o moderno”¹⁶⁷.

¹⁶⁵ GUERRA, Maria Eliza Alves. Trajetória Profissional J.J. Coury e a difusão do ideário moderno arquitetônico no Triângulo Mineiro. *Urbana*, V.5, nº 7, out.2001, p.157.

¹⁶⁶ Idem, p. 159.

¹⁶⁷ LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos vinte: moderno, modernista, modernização. In: DELORENZO, H.C. de; COSTA, W.P. (Org.). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. 1ªed. São Paulo: Editora UNESP, 1997, v. 1, p. 93-114. p. 95.

Durante os anos seguintes, a campanha estado-novista procurou, segundo Lahuerta, associar o projeto modernizador ao projeto de nação. “A perspectiva de realizar a obra de ‘civilização’ e a construção da nação [pelo estado] (...), reivindica a tutela permanente sobre tudo que não se enquadre num restrito conceito de ‘civilização’ e numa limitada ideia de ‘nação’”¹⁶⁸. A construção da nação que estava sendo proposta pelos intelectuais dos anos 20 também foi pensada através das lentes da arquitetura, mesmo que na referida semana, os trabalhos lá expostos não tivessem a mesma relevância que as artes plásticas e visuais alcançaram como momento de ruptura. Ainda assim, o prenúncio de novas técnicas e formas de construir e habitar foram significativos. Nos processos de modernização, o aspecto formal e a dimensão estética pareciam importantes objetos culturais de disputa. Não parece ter outra significação a fala do jornalista anônimo de Uberlândia que poderá ser melhor compreendida quando relacionada aos ideais modernistas e modernizadores do período.

Pensando em um contexto mais amplo, poderíamos considerar que a estética defendida pelo jornalista possivelmente era a arquitetura moderna que, segundo ele, deveria ser priorizada e valorizada na cidade. Porém ao recorrer aos registros imagéticos é possível perceber que o jornal reivindicava o cuidado com um processo de modernização ainda por se fazer e que procurava se instituir. Como vimos, à arquitetura moderna na cidade só teria maior expoente com J.J. Coury em 1950. Diante disso é possível apontar para dois caminhos que se inter cruzam, a constante “luta” contra a estética colonial e a afirmação de uma modernidade incipiente – ainda como um projeto, um vir a ser.

¹⁶⁸ Idem, p. 105.

Figura 17: Rua Duque de Caxias com Av. João Pinheiro, 1940.



Fonte: Arquivo Público de Uberlândia - ArPU

A imagem acima, contemporânea à série de matérias sobre a estética da cidade publicadas pelo jornal, representa a Rua Duque de Caxias esquina com a Av. João Pinheiro. É possível identificar várias construções que remetem a diferentes estilos arquitetônicos. Detalhes importantes a serem considerados: A rua está calçada com pedras de granito, calçamento conhecido como “pedras portuguesas”¹⁶⁹, há postes e luminárias públicas e a vegetação natural quase não aparece no enquadramento principal da foto, podendo ser observada apenas ao fundo.

A primeira construção do lado direito da fotografia é aparentemente uma casa, com alpendre e um possível morador sentado em seus degraus. A construção ao lado com paredes

¹⁶⁹ Ou “pé-de-moleque”. O termo se deu devido aos desenhos com pedras de granito (ou no caso da apropriação brasileira podiam ser compostos de seixos rolados – pedras de rios –, pedra sabão ou outros materiais comuns dependendo da localidade) em calçadas ser muito usados e tidos como originários de Portugal. A influência na cultura brasileira foi tão grande que este tipo de calçamento era largamente utilizado no Brasil em suas regionalidades.

geminadas é um armazém, seguida por outra construção de esquina, mas já do outro lado da rua com inspirações *art deco*; na esquina da frente, nota-se uma casa com nítidas influências de estilo e técnicas coloniais e já do lado esquerdo da imagem, frente à casa colonial é possível notar um sobrado com jardins.

Nas construções focadas em primeiro plano (acima da Av. João Pinheiro) é possível notar alguns elementos do ecletismo. A primeira casa do lado direito da imagem possui um alpendre, característica da arquitetura colonial portuguesa, e influências *deco* em sua fachada, assim como o armazém ao seu lado. A construção do outro lado da rua apresenta uma fundação mais estruturada, dado o fato de ser um possível sobrado; o jardim a sua frente, relativizando, poderia nos remeter ao período da “Cidade Jardim”.

Abaixo da Av. João Pinheiro, do lado direito a construção possui influências *deco* mais definidas: o cuidado com a fachada, a mistura de linhas e curvas na obra. A casa à esquerda apresenta técnicas e formas que remetem às formas de construir do período colonial: o telhado em quatro águas e beiras simples, os esteios e vigas em madeira laterais, a fundação provavelmente em pedra e as portas e janelas aparentemente em réguas de madeira. Mesmo em uma análise mais simplista seria possível perceber que esta é a construção destoante das cinco enquadradas pela fotografia.

A “casa colonial” ocupa um espaço central da cidade, localizada num quarteirão abaixo da então Praça Benedito Valadares (atual Tubal Vilela), e também próxima aos prédios que sediavam o Fórum, Câmara Municipal e a estação da Companhia Mogiana. Dada a sua localização é possível relacionar a paisagem urbana retratada na imagem com a fala do jornalista sobre os prédios que prejudicam a estética da cidade, não para documentar a posição do escritor, mas para entender que o centro partilhava de múltiplas formas arquitetônicas.

Vale lembrar, inicialmente, que a referência que o jornalista faz não é aos prédios que já estavam construídos no centro (os indícios do passado), mas aos recém-construídos – ou os prédios a serem construídos - que não atendessem as normas propostas pela prefeitura, denunciando a baixa fiscalização que esta exercia sobre o caso. Mas ao terminar dizendo que as “construções do centro da cidade ofereciam um triste espetáculo” ao transeunte, mais do que denunciar uma prática usual, ele defende uma estética e uma normatividade a ser utilizada: a emergência de uma arquitetura moderna; o que como o registro imagético sugere estava ainda na esfera do discurso – mais como desejo do que como realidade.

A historiografia confirma que “de fato” as formas e as técnicas da arquitetura moderna só chegariam no Triângulo com J. J. Coury na década de 1950, mas como discurso

ela já habitava o lugar e havia esforços efetivos não só em parte do jornalista, mas do próprio jornal *Correio de Uberlândia*¹⁷⁰, para reconhecimento da cidade como obra moderna. Os prenúncios da modernidade eram múltiplos e multiformes, neste sentido, o próprio fato de um engenheiro assinar e acompanhar uma obra em sua execução seria importante.

Deslocando nossa atenção das ideias sobre a cidade para os vestígios materiais que ela conserva, ao observar a imagem (figura 13), somos remetidos não à ação e ao conhecimento técnico dos arquitetos e engenheiros modernos, mas à ação e ao saber fazer do povo: as ruas calçadas em pedras eram trabalho principalmente realizado por homens negros da cidade, conforme defende Luiz do Carmo (2007), baseando-se em fontes orais pesquisadas. Os trabalhadores de determinadas áreas reconheciam-nas como: “função de preto”. Segundo o autor o mestre calceteiro¹⁷¹ era uma das “funções” nas quais o salário era maior em comparação as outras que lhes eram “destinadas” – trabalho na charqueadas, máquinas de arroz, curtumes, olarias, fábricas de banhas e movimentação de cargas nas ferrovias. O trabalho nas pedreiras que fornecia a matéria prima para a construção das calçadas e ruas também era considerada “função de preto”. Carmo defende, a partir de uma entrevista a ele concedida por um dos trabalhadores das *pedreiras* que,

os trabalhadores negros inseridos nos trabalhos das pedreiras, além de conviverem com as duras condições diárias da atividade, necessitavam da capacidade de elaborar e/ou adquirir um *conjunto de técnicas* que lhes possibilitasse a destreza, a habilidade com as ferramentas que dariam o formato desejado às pedras comercializadas.¹⁷²

É interessante pensar quais seriam estes conjuntos de técnicas desenvolvidos e como poderiam auxiliar os trabalhadores na execução de sua função. As técnicas surgem a partir de uma necessidade evidente, e no caso do relato, dá a entender que seriam passadas através de gerações por aqueles que estariam, segundo o autor, “propícios” a desenvolver as mesmas funções.

A partir disso, pode-se pensar um conflito que na imagem estaria “apagado” ou pouco evidenciado sobre as técnicas construtivas: os trabalhadores negros eram os responsáveis, segundo Luiz do Carmo em sua maioria, por realizar os calçamentos das ruas, e

¹⁷⁰ Na década de 1940 o Jornal Correio de Uberlândia patrocinou o documentário “Uberlândia: Cidade menina” que retratava pelo viés cinematográfico as belezas e qualidades da “cidade menina”, que como o próprio nome diz, está *na flor da juventude*, é um *investimento em potencial*.

¹⁷¹ Responsável por realizar as obras de calçamento das ruas em pedra de granito.

¹⁷² CARMO, Luiz Carlos do. Os caminhos e o direito às escolhas de um grupo. A experiência de trabalho nas “Funções de Preto” na cidade de Uberlândia. In: *História & Perspectivas*, Uberlândia (36-37) p.133-173, jan.dez.2007. p. 156.

então, dominavam e desenvolviam as técnicas que facilitariam o desempenhar de sua função. Histórias contadas, reescritas e reinterpretadas. Assim, é possível pensar a cidade como,

um palimpsesto de histórias contadas sobre si mesma, que revelam algo sobre o tempo de sua construção e quais as razões e as sensibilidades que mobilizaram a construção daquela narrativa. Nesse curioso processo de superposição de tramas e enredos, as narrativas são dinâmicas e desfazem a suposta imobilidade dos fatos. Personagens e acontecimentos são sucessivamente reavaliados para ceder espaços a novas interpretações e configurações, dando voz e visibilidade a atores e lugares.¹⁷³

O calçamento das ruas da cidade de Uberabinha foi iniciado em 1919¹⁷⁴ e ainda não estava completo na década de 1940. Uma matéria de capa do *Jornal Correio de Uberlândia* em 1944, fala sobre a continuidade e a importância deste ato para a valorização da cidade e das ruas beneficiadas. Segundo o jornalista, os principais esforços dos prefeitos da cidade haviam se concentrado em realizar o calçamento nas ruas e avenidas centrais e que o mesmo ainda não havia sido finalizado durante o governo de Vasconcelos Costa, atual prefeito em 1944:

Ao espírito arguto do prefeito Vasconcelos Costa não poderia passar despercebido esse aspecto administrativo da nossa cidade. Assumindo as funções de seu alto cargo, não interrompeu os serviços que encontrou iniciados nas avenidas Cipriano Del Fávero e Cesario Alvim, ambas em período de conclusão. Mas não ficou só nisso: são inúmeras as ruas recebendo pavimentação de paralelepípedos ou de pedra britada, não sendo de menor utilidade a avenida que liga a cidade ao campo santo, onde na estação chuvosa, o trânsito costumava ser difícilimo. Outra via que se transformou na sua aparência urbana foi a rua 13 de maio, colocada no centro mas que, pelas condições precárias do seu leito, era quase desconhecida.¹⁷⁵

Mesmo ressaltando o custo da obra para os proprietários, o preço seria ínfimo se comparado às suas vantagens. Em toda a matéria, o jornalista não esclarece a situação do trabalhador, nem nas pedreiras, ou realizando o calçamento, mas é interessante notar em sua fala que,

O calçamento, nas condições em que é executado aqui, traz às vezes encargos penosos para os proprietários mais pobres, que são obrigados a pagar dentro de prazo limitado um terço das despesas verificadas na frente dos seus prédios. (...) Parece, na verdade, que é um ônus relevante. Mas o que se pode observar é que acarreta um lucro quase imediato. Os edifícios valorizam-se em pouco tempo e compensam na sua locação o dispêndio

¹⁷³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: *Revista Brasileira de História*. vol. 27, n. 53, junho de 2007. São Paulo: ANPUH/Marco Zero 2007. p. 17.

¹⁷⁴ Ver página 51.

¹⁷⁵ *Calçamento*. *Jornal Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 30 de julho de 1944. p.1

feito. Um simples exame do desenvolvimento urbano indica-nos que à proporção que o calçamento avança as edificações *elegantes e caras* vão surgindo e as *velhas* vão se modificando.¹⁷⁶

É importante analisar que as edificações *velhas* se modificariam, segundo o autor, à medida que o calçamento das ruas fosse instituído. Existe neste processo uma sequência em sua execução, um ordenamento necessário para a estruturação da cidade. O projeto urbanístico idealizado¹⁷⁷ neste sentido interpretado e reivindicado pelo jornalista seria aquele que se apresenta para a sociedade como uma obra de arte carregada de significados e significâncias, interpretado de acordo com condições que não são naturais do homem, mas construídas socialmente.

Toda obra de arte possui uma materialidade física (visual ou sonora) e se constrói a partir de códigos (movimentos, ações, gestos, formas, linhas, cores, luz, notas, timbres, pausas), carregados de conteúdos ou sentidos que serão percebidos e interpretados pelo público.¹⁷⁸

Esta “construção”, privilegiada pelo jornal seria aquela que apresenta a obra como signo da modernidade, inserindo-se numa comunidade que tem o progresso como sentido, teleologia. Segundo Juliana Passos, “Existem formas de linguagem que não são verbais, então é possível encontrar discursividade em todas as linguagens artísticas, caso contrário, não poderiam ser consideradas linguagens”¹⁷⁹.

A discursividade da arquitetura e do urbanismo, nos termos do jornal, privilegiaria a modernidade. Seria interessante analisar se este discurso era, de fato, compartilhado pela população que efetivamente constrói a cidade – trabalhadores – como finalidade humana, já que como analisado anteriormente, este sentido foi aceito e disseminado pela elite dominante local.

Uma obra de arte só é um objeto finito quando isolada do fenômeno comunicacional, pois, em sua relação com os sujeitos cria-se um terceiro lugar, o lugar da transcendência e da polissemia. Assim, a comunicação artística transcende a mera relação sujeito-objeto e, depois de lapidada, a matéria bruta das obras, com sua quantidade finita de elementos, passa a ser um meio de conteúdo inesgotável.¹⁸⁰

Relacionando o fato com a narrativa do jornal sobre “o perigo das construções feitas por leigos”, a construção da cidade escondia em suas formas, que queriam se fazer modernas,

¹⁷⁶ *Calçamento*. Jornal Correio de Uberlândia. Uberlândia, 30 de julho de 1944. p.1. (grifo nosso)

¹⁷⁷ Não existe documentação acerca do primeiro plano urbanístico, supostamente do início do século XX. Já o “segundo” plano só foi instituído em 1954, daí apenas sua idealização na década de 1940. Ver nota 82.

¹⁷⁸ PASSOS, Juliana. Arte como discurso ou a discursividade nas linguagens artísticas. Porto Alegre: *Revista Cena em Movimento*, nº3, 2013. p.2.

¹⁷⁹ Idem, p.9.

¹⁸⁰ SEICMAN, E. *Apud*: PASSOS, Juliana. Arte como discurso ou a discursividade nas linguagens artísticas. Porto Alegre: *Revista Cena em Movimento*, nº3, 2013. p.15.

técnicas desenvolvidas na complexidade das funções práticas dos trabalhadores que a erguiam: a cidade em suas contradições. Os processos de normatização e institucionalização de funções veem neste sentido, um campo fértil para florescer, estabelecendo padrões e metodologias com vias a sistematização do conhecimento construído.

Nas reportagens seguintes o jornalista retoma o decreto n. 23.569 de 11 de dezembro de 1933 que regulamenta a profissão de engenheiro, arquiteto e agrimensor. “Cabe ao Conselho de Engenharia fiscalizar e evitar que leigos construam prédios nas cidades, a fim de que não venha a suceder o que está se verificando em nossa cidade.”¹⁸¹ Sabendo da norma e também das dificuldades enfrentadas para encontrar pessoas dispostas a pagar por construtores licenciados – já que estes cobravam mais caro – alguns começaram, segundo o jornal, a retirar seus nomes do departamento fiscal.

Edmundo Lourdes, diretor de obras da prefeitura, à época, reafirmava ao jornal que a fiscalização caberia ao CREA e segundo o jornalista, esta declaração apoiava a campanha em prol das melhorias na cidade, e confirmava que “existem de fato, as irregularidades apresentadas”¹⁸². Já o representante do conselho, Francisco Bernardes, enviou uma carta esclarecendo que, de acordo com o decreto n. 23.569, é suficiente “que no projeto figurem as assinaturas do projetista e do construtor (legalizados) e que junto a construção se coloque uma placa com o nome dos mesmos”¹⁸³. Aparentemente, segundo a narrativa de Francisco Bernardes,

Isso é o bastante para que os leigos caiam fora da concorrência (sic), não parece? Mas infelizmente ainda são os engenheiros e construtores licenciados – alguns em prejuízo dos demais – os maiores culpados da *intromissão* de leigos nas construções. Isto porque muitas vezes sem projetarem, assinam projetos executados por leigos e fornecem suas placas para serem colocadas em construções alheias, tudo, mediante remuneração. Conclui-se daí, que alguns construtores é que deviam ser mais escrupulosos e a lei mais completa¹⁸⁴.

Não concordando com a declaração prestada por Francisco Bernardes, na reportagem seguinte, o jornalista rebate a interpretação com base no próprio decreto n.23.569, que, segundo sua leitura:

proíbe que estas obras sejam executadas por leigos (...). E é para fiscalizar a fim de que a lei não seja burlada que o Conselho mantém aqui o seu representante. Logo, verificando que as obras estão sendo prosseguidas por

¹⁸¹ *O perigo das construções feitas por leigos*. Jornal Correio de Uberlândia. 9 de janeiro de 1941.

¹⁸² *O perigo das construções feitas por leigos*. Jornal Correio de Uberlândia. 9 de janeiro de 1941.

¹⁸³ *O perigo das construções feitas por leigos*. Jornal Correio de Uberlândia. 12 de janeiro de 1941.

¹⁸⁴ *O perigo das construções feitas por leigos*. Jornal Correio de Uberlândia. 12 de janeiro de 1941. (Grifo nosso)

quem não esteja habilitado, cumpre ao fiscal aplicar as penalidades aos responsáveis (...): multas de quinhentos a um conto de réis.¹⁸⁵

As reportagens posteriores apresentam o apoio dos agrimensores, os quais, segundo consta também estariam sendo prejudicados pela “concorrência desleal dos leigos”¹⁸⁶, numa inversão histórica digna de nota. Em um novo esclarecimento, Francisco Bernardes reafirma a dificuldade de se encontrar meios para fiscalizar e punir os responsáveis pela “calamidade”. Com vias a uma maior sensibilização popular, a reportagem publicada em 22 de janeiro de 1941, apela para o argumento de que as construções leigas estão mais suscetíveis ao desrespeito às leis trabalhistas¹⁸⁷ que supostamente seriam cometidos nas obras sem a devida regulamentação, deste modo, praticamente reiterando que a boa estética da cidade estaria legitimamente ligada à qualidade de vida de seus trabalhadores e assegurada pelos órgãos legisladores.

E esse apelo que estamos, fazendo, vai também ao Ministério do Trabalho. Muitos e muitos prédios edificadas pelos leigos, seus operários não gosam (sic) das regalias que lhe garantem as leis trabalhistas. Os pseudos construtores, admitem e demitem seus operários, na sua grande maioria homens que desconhecem as garantias que o honrado Presidente da República, ouve por bem crear para defesa dessa classe até então desprotegida e abandonada. E o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, conhece muito bem, esse estado de cousas.¹⁸⁸

Durante este conflito, entre os representantes do Conselho de Engenharia, o Diretor de Obras da Prefeitura e o jornalista, é possível perceber que há a busca pela afirmação da norma como essencial para a construção na cidade, e que esta estaria intimamente ligada, não apenas com a segurança das edificações, mas dos trabalhadores, dos empresários, dos transeuntes, da estética da cidade; enfim assegurando a condição moderna do local que trazia a evidência de novas formas de regulação do trabalho e da concorrência entre leigos e os novos especialistas sedentos por regulamentação.

É interessante notar a significação de alguns termos utilizados no discurso: *intromissão*, *calamidade*, *habilitados*. Ao tratar dos “leigos” na cidade como “intrusos” nos processos construtivos, o autor do jornal reafirma a importância, não apenas da norma, mas da educação como forma de desenvolvimento e “*estado, direito e educação tornam-se os*

¹⁸⁵ *O perigo das construções feitas por leigos*. Jornal Correio de Uberlândia, 17 de janeiro de 1941.

¹⁸⁶ *O perigo das construções feitas por leigos*. Jornal Correio de Uberlândia, 18 de janeiro de 1941.

¹⁸⁷ É importante reforçar que a legislação à qual o jornalista se refere faz parte da constituição de 1937, e não a CLT, que só viria a ser assinada em 1º de maio de 1943.

¹⁸⁸ *O perigo das construções feitas por leigos*. Jornal Correio de Uberlândia, 22 de janeiro de 1941

baluartes de sustentação social em contraposição à ideia de sociedade civil e *natureza*”¹⁸⁹. Obedecendo ao “processo normatizador” da sociedade, o morador poderia por fim, ser civilizado, ao preço de ser excluído como mestre de obras – a arquitetura moderna exigia o especialista e rechaçava o saber prático.

Nos termos utilizados pelo jornal, o “trabalhador leigo”; precisaria desenvolver um “conjunto de técnicas”, ensinadas em um processo de educação formal, que lhe auxiliariam no executar de sua função, porém, estas não poderiam ser aceitas na *cidade*, ou tidas como “seguras” a menos que seu executor estivesse habilitado para tal ato. O “conjunto de técnicas” que seriam desenvolvidas no âmbito do trabalho pode ser considerado como um “sistema simbólico”, que segundo Bourdieu é, em dupla medida, estruturado e estruturante. Portanto, essas técnicas influenciariam e seriam influenciadas pelas associações e conselhos de engenharia, de modo que, “é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação”¹⁹⁰.

O ato de estar habilitado para desempenhar uma função, pode ser entendido como a emergência de um discurso de legitimação dos papéis, de sistematização e apropriação do conhecimento. “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na *legitimidade* das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”¹⁹¹. Assim, os sistemas normatizadores, imbuídos de um discurso de segurança e de cientificidade (sendo que esta pode ser entendida como sistema simbólico), conquistam a legitimação através do discurso, levando a sociedade e aqueles que não são produtores deste sistema a creditar suas falas. O próprio jornal toma partido desta qualificação ao evocar o cumprimento, por parte do órgão normatizador (CREA), das multas e penalidades que deveriam ser aplicadas àqueles que estariam em anomia.

O “poder simbólico”, portanto, se define em uma relação entre os que o exercem e os sujeitos, entre os que produzem as normas e os que desenvolvem as técnicas. Assim, é nesta estrutura que se reproduz a crença na legitimidade das palavras do jornal que as enuncia, ele próprio um arauto da modernidade e da cultura letrada. Deste modo, o campo de lutas se dissimula “fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objectivamente e

¹⁸⁹ KUYUMJIAN, M. M. M. O espaço/mundo do sertão moderno. In: Márcia de Melo Martins Kuyumjian. (org.). *Semeando cidades e sertões: Brasília e o centro-oeste*. 1ªed. Goiânia: PUC, 2010, v. 1, p. 173-196. p 12. (Grifo nosso)

¹⁹⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. p. 11.

¹⁹¹ Idem, p.15.

transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia”¹⁹².

“A virtuosidade técnica que é, com a exibição de cultura, a única manifestação admitida da maestria, só pode realizar-se negando-se: o acabado é o que faz desaparecer todo vestígio do trabalho, da *manifattura*”¹⁹³. Apesar de Bourdieu se referir especificamente à pintura e as técnicas acadêmicas desenvolvidas como forma de regulamentá-la, tornando-a erudita e o mais próxima à perfeição, as técnicas de execução das obras arquitetônicas e urbanísticas podem assim ser entendidas, quanto maior for sua *negação* – ou “invisibilidade” do trabalhador, ou do artista – no resultado final, mais sucesso terá seu executor. Sendo assim, “a cultura que une (...) é também a cultura que separa (...) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante”¹⁹⁴.

Outro questionamento interessante seria pensar quais os motivos de o jornalista insistir em novas construções centrais assinadas e fiscalizadas por engenheiros licenciados, sendo que se pode observar na imagem (figura 13) - até mesmo o centro da cidade era constituído por técnicas e formas arquitetônicas que remetem ao período colonial. Retomando uma discussão já realizada, as construções anteriormente feitas já assumiriam seu carácter de ruína, nos termos de Simmel, mas as contemporâneas precisavam partilhar das novas formas e técnicas do período; porém, ambas prejudicavam a estética advogada pelo jornal da cidade, cada uma à sua maneira: umas pelo sua inadequação aos novos tempos, outras pela sua inadequação às novas formas de regulação do trabalho.

Vale ressaltar a importância que o veículo de comunicação exercia na parcela da população para o qual ele era direcionado, projetando uma cidade que apesar de imaginada, revogava sua característica de concretude, realidade;

Cidades sonhadas, desejadas, temidas, odiadas; cidades inalcançáveis ou terrivelmente reais, mas que possuem essa força do imaginário de qualificar o mundo. Tais representações foram e são capazes de até mesmo se imporem como as ‘verdadeiras’, as ‘reais’, as ‘concretas’ cidades em que vivemos. Afinal, o que chamamos de ‘mundo real’ é aquele trazido por nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma. Pois o imaginário é esse motor de ação do homem ao longo de sua existência, é esse agente de atribuição de significados à realidade, é o elemento responsável pelas criações humanas, resultem elas

¹⁹² BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. p.15.

¹⁹³ Idem, p.270.

¹⁹⁴ Idem, p.11.

em obras exequíveis e concretas ou se atenham à esfera do pensamento ou às utopias que não realizaram, mas que um dia foram concebidas.¹⁹⁵

A questão posta diante das reflexões desta série de matérias passa a ser não o fato de alguns prédios prejudicarem a estética da cidade, mas de esta não ser, como um todo, construída sob os signos da modernidade. E, se a modernidade é construída racionalmente, quem mais o fará se não o profissional especialista?

A arquitetura pode ser concebida, então, no paralelismo que Paul Ricoeur estabelece entre a construção e a narrativa. “A arquitetura seria para o espaço o que a narrativa é para o tempo, a saber, uma operação “configurante”; um paralelismo entre, por um lado, construir, portanto, edificar no espaço e, por outro, contar, criar uma intriga no tempo”¹⁹⁶. As edificações passam a ser entendidas como múltiplas em sua multiplicidade de sentidos, ficando a cargo do morador em potencial estabelecer seus significados; “Uma obra arquitetônica é, dessa forma, uma mensagem polifônica oferecida a uma leitura ao mesmo tempo englobadora e analítica”¹⁹⁷.

Sendo assim, os vários estilos arquitetônicos que estão presentes na foto analisada representam múltiplas “configurações” que se determinam, segundo Ricoeur, com base em uma tradição já estabelecida, e os conflitos se dariam, portanto, através das relações;

Assim como escritor escreve “depois”, “de acordo” ou “contra”, cada arquitetura se determina em relação a uma tradição estabelecida. E na medida que o contexto construído guarda em si o traço de todas as histórias de vida que forjaram o ato de habitar dos outros cidadãos de outrora, o novo “configurador” projeta novas maneiras de habitar que virão se inserir no emaranhado dessas histórias de vidas já realizadas. Uma nova dimensão é, assim, dada à luta contra o efêmero: ela não está mais contida em cada edifício, mas entre suas relações.¹⁹⁸

A casa colonial representaria uma estética a ser combatida, mas que faz referências a um processo de destruição/reconstrução, enquanto que as novas estéticas que ainda trouxessem a cargo, sua não oficialização – e deste modo pudessem ser compreendidas quase que na mesma definição de arquitetura popular, aquela feita pelo *não* arquiteto¹⁹⁹ – seriam

¹⁹⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: Revista Brasileira de História. vol. 27, n. 53, junho de 2007. São Paulo: ANPUH/Marco Zero 2007. p. 11

¹⁹⁶ RICOEUR, Paul. Arquitetura e narratividade. In: *Urbanisme*, n.303, nov/dez 1998, pp. 44-51. p. 44.

¹⁹⁷ Idem, p. 48.

¹⁹⁸ Idem, p. 49.

¹⁹⁹ Fazendo referência à definição de arquitetura popular atribuída por José Antônio de Souza e já desenvolvida anteriormente neste trabalho. SOUZA, José Antônio de. História, arquitetura popular e desígnios: a urgência de novos olhares. IV Congresso Sergipano de História e IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE. Aracajú, 10/2014. p. 10.

percebidas e analisadas em um “espetáculo da *precariedade* nova, oferecido a todos os olhos, o qual a história acrescenta à vulnerabilidade comum a todas as coisas desse mundo”²⁰⁰.

Vários conflitos emergem de uma sociedade que queria se fazer entender de maneira linear. Há também os lugares para os quais estes já estariam reservados até mesmo na esfera dos discursos: as vilas e arrabaldes. Na continuação da série de matérias a respeito das construções feitas por leigos, uma das falas do jornalista chama atenção. Tentando ratificar que a estética moderna seria hegemônica na cidade, o diretor da secretaria municipal afirma para o jornal que:

Não se pode negar que há em Uberlândia um regular número de construções que não oferecem os requisitos de estética e segurança exigidos para as edificações da zona urbana. Trata-se, porém, de pequenas casas construídas nos subúrbios e afastadas sete metros ou mais do alinhamento da via pública.²⁰¹

Contestando a fala do diretor, o jornalista afirma:

Não são essas construções a que nos referimos e a S.S. sabe bem disso. As construções feitas por leigos e que constituem um perigo para a estética da cidade, estão sendo levadas a efeito no centro, nas Avenidas Cesário Alvin, João Pinheiro e ruas transversais. Ocultar essa verdade é contribuir para que a nossa cidade seja um montão de ruínas daqui a dois anos. (...) Não é apenas as ‘pequenas edificações na zona urbana’ que nos assusta e sim essas que estão sendo levadas a efeito no centro da cidade.²⁰²

“Dizer que Uberlândia não tem arrabaldes e quer se dar a vaidade de citar como nos grandes centros os bairros taes e taes (sic), seria uma injustiça. Temos arrabaldes e *tradicionais*.”²⁰³ Já afirmava o jornalista da *Tribuna de Uberlândia* em janeiro de 1938. Nas inventadas *tradições* que as vilas e arrabaldes representariam tanto para a população em geral, quanto para o governo, as formas que prejudicavam a estética da cidade não incomodavam, elas eram aceitas em sua ilegalidade. Às vilas era, aparentemente, negado o caráter de cidade progressista. Mas a vila não queria ser, também, moderna?

²⁰⁰ RICOEUR, Paul. Arquitetura e narratividade. In: *Urbanisme*, n.303, nov/dez 1998, pp. 44-51. p. 49.

²⁰¹ *O perigo das construções feitas por leigos*. Jornal Correio de Uberlândia, 28 de janeiro de 1941.

²⁰² *O perigo das construções feitas por leigos*. Jornal Correio de Uberlândia, 28 de janeiro de 1941.

²⁰³ *A situação das nossas villas e arrabaldes*. A tribuna de Uberlândia. 26 de janeiro de 1938, p.1.

Figura 18: Vista parcial do bairro de Fátima, atual bairro Martins. Década de 1940.



Fonte: Arquivo Público de Uberlândia – ArPU.

A imagem apresenta uma perspectiva panorâmica da Vila de Fátima, atual Bairro Martins, e a construção que destoa, é a Santa Casa de Misericórdia (Hospital Santa Genoveva). É possível perceber os traçados planejados da modernidade em traços retilíneos construídos sobre a paisagem do cerrado. As ruas são aparentemente largas para o período e uso que supostamente teriam, sendo possível identificar os postes de eletricidade espalhando suas malhas viárias e fios.

Mesmo na aparente hegemonia do traçado, notam-se as contradições. As casas são espaços e a vegetação natural se sobressai em algumas quadras. Na delimitação das linhas ortogonais modernas as práticas cotidianas influenciam e são influenciadas pelos novos modos de vida, definindo a direção e o sentido para onde se deve prosseguir.

A narrativa que aparece como cobrança da prefeitura em relação às construções periféricas, diz respeito à estética da cidade como um todo ser prejudicada, e não a qualidade de vida da população, enunciando um discurso semelhante ao da série de matérias sobre as construções feitas por leigos.

O Serviço de obras, de ordem do Sr. Prefeito, avisa que fica terminantemente proibida a abertura de ruas particulares, o que vem de encontro a estética urbanística e mesmo aos princípios de higiene que se devem observar em uma *cidade civilizada*. Pela abertura dessas ruas e construções dessas casas serão responsabilizados os infratores.²⁰⁴

Por mais que o jornalista (não identificado) não enuncie a qual localidade a denúncia é dirigida, é possível inferir que seja em alguma região mais afastada do centro, na qual, a delimitação de ruas ainda estivesse em processo de estruturação. A proibição de ordem do próprio prefeito, Vasco Giffoni, tratava da preocupação estética, a qual deveria fazer jus a uma “cidade civilizada”.

Esta fala evoca a ideia de uma cidade em expansão e de um processo civilizador já e ininterruptamente em curso, o qual instituíra como fronteira as vilas, transpondo uma ordem social hierárquica “para uma ordem distributiva geométrica”²⁰⁵. Porém, a própria existência do discurso que aparentemente seria necessário para efetivação do projeto enuncia/denuncia e registra as práticas condenadas. Abrir uma rua quase como uma “picada”, sem legitimação, não era mais possível, era como se o morador já não fosse mais “dono” do próprio espaço e não pudesse traçar seu próprio caminho. “É próprio do poder necessitar de um extraordinário esforço de ideologização para se legitimar (...). A fonte máxima das ideologias procede do esforço de legitimação do poder.”²⁰⁶ A regulamentação da cidade não se restringia ao saber fazer.

Ao tentar evocar a civilização também ao espaço das vilas, reivindicando melhorias estruturais, o jornalista da *Tribuna de Uberlândia* assume uma postura digna de nota;

Desprovidas de exgoto e água, esta que até a nós *cidadinos* nos falta, vão os seus habitantes se arrastando por uma via dolorosa de sofrimentos porque mais distantes e menos acessíveis aos nossos olhares. Nem por isto, entretanto, deixaremos de ouvir o clamor desses nossos conterrâneos.²⁰⁷

Ao se colocar na posição de cidadão, o jornalista se declara pertencendo a cidade, enquanto os outros moradores às vilas como uma extensão, ou como na própria matéria afirma, como “satélites”. As reivindicações que circulavam nos jornais falam a respeito da baixa qualidade de vida, da criminalidade e de práticas que não remetem à “cidade ordenada”.

Ao explicar o surgimento das vilas o *Jornal Correio de Uberlândia*, em 1945, afirma que estas

²⁰⁴ *Construção de casas em ruas particulares*. A tribuna de Uberlândia. 14 de outubro de 1943.

²⁰⁵ RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.23.

²⁰⁶ Idem, p. 24.

²⁰⁷ *A situação das nossas villas e arrabaldes*. A tribuna de Uberlândia. 26 de janeiro de 1938, p.1.

São aglomerados de população que começaram a se formar em 1924. Neste ano, era uma ou outra casa erguida na Vila Martins, na Vila Osvaldo, na Vila operária. Com o decorrer do tempo essas edificações foram se multiplicando de forma que em 1940 já as vilas eram numerosas, principalmente depois que a Empresa Imobiliária foi fundada e passou a adquirir terrenos para loteamentos e vende-los a prestações. Hoje cada vila representa um grande contingente demográfico, havendo em muitas delas prédios bons, bangalôs pitorescos, residências confortáveis.²⁰⁸

A Empresa Imobiliária fundada em 1937 pelo empresário Tubal Vilela foi a principal responsável pelos loteamentos e vendas de terrenos que sitiavam as vilas. A narrativa adotada já afirma, em contrapartida - e apenas 8 anos após a matéria da *Tribuna* - que o empreendimento fora bem sucedido, apesar as adversidades enfrentadas. É interessante pensar que a Empresa Imobiliária data de 1937, enquanto o jornalista escreve seu relato em janeiro de 1938, ano do lançamento de seu primeiro empreendimento²⁰⁹, portanto, as vilas já eram “aceitas” e são anteriores ao surgimento da Empresa, porém a institucionalização dos loteamentos, por conseguinte, do planejamento urbano é tido como marco para a sua incorporação como parte da *urbe*, cabendo ser evocada, mais uma vez a força do “poder simbólico”, da legitimação do discurso.

O jornalista do Correio de Uberlândia continua relatando na matéria o progresso que as vilas já haviam alcançado e o que ainda deveria ser pleiteado junto às autoridades: água, esgoto, iluminação, calçamento,

O progresso das vilas, que em dez anos atingiram a uma extensão e uma intensidade digna de nota, em breve exigiu dos poderes públicos os melhoramentos a que os habitantes desses bairros fizeram jus pelo capital que inverteram ali e pelo concurso que prestavam, com as suas variadas ocupações, à expansão urbana. Fez-se mister estender-se a iluminação a inúmeras ruas consumindo assim varias centenas de lâmpadas. Tornou-se necessário nivelar e melhorar o piso de diversas ruas. Exige-se periodicamente a limpeza e a fiscalização (sic) geral faz-se com permanência.²¹⁰

A infraestrutura se apresentava quase como uma condição para que a localidade partilhasse do mesmo movimento, para que seus moradores também fossem *cidadinos*. Mas é notável o fato de que o próprio “processo de modernização das vilas” é seletivo, desigual. Ao abordar a necessidade do saneamento, por fim, o jornalista afirma que “a parte contratada não compreende todas as vilas, até mesmo porque depois do contrato firmado algumas delas já se

²⁰⁸ *A formação das Vilas*. Correio de Uberlândia. 4 de fevereiro de 1945, p.1.

²⁰⁹ A Empresa Imobiliária, atual ITV Empreendimentos, conta a história da instituição em seu site. Ver: <http://www.itvempreendimentos.com.br/>. Acesso em: 31/05/2017.

²¹⁰ *A formação das Vilas*. Correio de Uberlândia. 4 de fevereiro de 1945, p.1.

estenderam, Compreende, entretanto, as mais povoadas e de melhores construções, que por esses motivos *merecem preferentemente* os melhoramentos.”²¹¹

Existia uma hierarquização das vilas e as construções nelas presentes eram importantes quesitos classificadores. Ainda assim, a cobrança em relação ao fato de serem leigos ou engenheiros e construtores licenciados aqui aparentemente não importava. Relativizando, ao instituir a cidade no imaginário, a fronteira e o bárbaro, passam a ser os moradores das vilas.

Por fim, o Sertão da Farinha Podre deixou de ser sertão com a modernidade? Primeiramente, não é possível dizer que o Sertão da Farinha Podre como categorizado nas fontes e pelas lentes da arquitetura, analisado no primeiro capítulo, possa se resumir a atual configuração urbana de Uberlândia, do mesmo modo, não se pode afirmar que Uberlândia não faça parte do espaço, que no século XVIII se denominou sertão²¹².

Sabe-se que a modernidade procura instituir um processo civilizador que envolveu processos políticos, econômicos e sociais. Não há dúvida sobre a presença do discurso moderno e de ações modernizadoras que modificaram o espaço, mas como é possível perceber, as contradições e a distância entre a prática e o mundo das ideias, são diversas. A modernidade se institui em oposição ao que era considerado bárbaro, em oposição ao outro, ou no caso específico, ao sertão. Tem-se então um campo de lutas que pode ser analisado a partir de pontos de vista diversos, considerando as múltiplas possibilidades de enunciação e interpretação.

A ideia de sertão compreendida e divulgada pelos intelectuais na primeira república, pode ser entendida, segundo Nísia Trindade Lima, como “a ideia de uma distância em relação ao poder público e aos projetos modernizadores”²¹³. O sertão “é concebido como um dos polos que contrapõe o atraso ao moderno, e é analisado com frequência como espaço dominado pela natureza e pela barbárie”²¹⁴. Neste sentido de contextualização, ao analisar os esforços desde os primórdios do povoado de São Pedro de Uberabinha na esfera do discurso para torná-lo moderno, compreende-se a tentativa de reescrever a história e os símbolos de identificação do povo. Vocacionando ao progresso, “apagar-se-ia” um passado sertanejo,

²¹¹ *A formação das Vilas*. Correio de Uberlândia. 4 de fevereiro de 1945, p.1.

²¹² Fazendo referência ao espaço físico e não propriamente dito a institucionalização da cidade de Uberlândia, que data do século XX.

²¹³ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.p. 60

²¹⁴ Idem, p.60.

“desvalorizado”, da Farinha Podre, mas a cidade contém o sertão, e o sertão contém a cidade. Eis o preço de ser tão moderno!

Figura 19: Vista parcial da Cidade de Uberlândia. Década de 1940.



Fonte: Arquivo Público de Uberlândia – ArPU.

Com visão panorâmica, é preciso pensar os significados que esta fotografia pode exprimir. A vista superior condiciona o olhar do observador, inserindo-o no centro da imagem, equiparando às lentes do fotógrafo a um lugar de observação superior que oferece uma visão ampla, ainda que “fragmentada”.²¹⁵

No centro da imagem é possível identificar o prédio sede da câmara municipal. É a partir deste edifício que se iniciam os traçados ortogonais do plano de urbanização que “caminha” de encontro aos trilhos da Mogiana, mostrando as principais avenidas centrais da cidade: da esquerda para a direita: Av. Cipriano D’el Fávero; Av. João Pinheiro; Av. Afonso Pena; Av. Floriano Peixoto e Av. Cesário Alvim. A organização governamental para instituição da cidade moderna, na perspectiva fornecida pela imagem é fundamental.

Em primeiro plano, tem-se um aglomerado de construções que misturam estilos e formas arquitetônicas de diversos períodos analisados e à medida que o olhar avança os

²¹⁵ TAVARES, F. M. Belo Horizonte panorâmica e a(s) cidade(s) fotojornalística(s). In: *Rastros: Revista do núcleo de estudos de comunicação*. Ano VI - Nº 6 - Outubro 2005. P.30-40. p.32.

traçados se evidenciam e se destacam na fotografia. Mas são as fronteiras da imagem que se fazem instigantes. É possível perceber que mesmo após o “fim” do aglomerado urbano, o traçado das principais avenidas continua o que pode ser interpretado em analogia à “força” que este projeto modernizador aparentemente possuía. Ele se projeta além das construções.

do exposto se deduz que muito mais importante que o formato de tabuleiro, que motivou ampla discussão, é o princípio reitor que funciona por detrás dela e assegura um regime de transmissões: do alto para baixo (...) a fim de que a distribuição do espaço urbano assegure e conserve a forma social. (...) A ordem deve ficar estabelecida antes de a cidade existir, para impedir assim toda futura desordem.²¹⁶

A ideia de uma cidade ordenada e planejada de acordo com os signos da modernidade. Porém, continuando a analogia, se aumentada a escala de observação e análise da imagem é possível encontrar as incoerências e distorções que exprimem esta “força” que a modernidade possuía como projeto em forma de “relação” e “representação” com/do espaço para a população.

Deste modo, pode-se pensar discursivamente em “uma nítida correspondência entre a ideia de sertão e o processo de expansão da fronteira ‘civilizada’”²¹⁷ não apenas como um espaço geográfico, mas como território do desconhecido, “espaço social a ser conquistado”²¹⁸. Como análise que colhe as perspectivas de Sérgio Buarque para sua estruturação, pode-se pensar em um conceito que estaria na mentalidade desta camada intelectual letrada do período, o “justificável” desejo de construção de uma cidade moderna.

É importante compreender, entretanto, que “sertão também tem sua marca; não é um vazio, um deserto que aguarda a benignidade dos civilizados para introduzir, nestas terras incógnitas, um pouco de humanidade”²¹⁹. Esta concepção, de sertão como oposto à civilização, estruturada em um maniqueísmo, se fundamenta no discurso a respeito da modernidade, “pensada como um projeto, um amanhã e, portanto, estreitamente vinculada à ideia de tempo”²²⁰.

O aglomerado urbano é um espaço de múltiplas experiências e o avanço do traçado tocando o horizonte, é a metáfora da expectativa. Reinhart Koselleck caracteriza “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” como categorias meta-históricas as quais, segundo

²¹⁶ RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 26.

²¹⁷ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1999. p.44.

²¹⁸ Idem, p.44.

²¹⁹ KUYUMJIAN, M. M. M. O espaço/mundo do sertão moderno. In: Márcia de Melo Martins Kuyumjian. (org.). *Semeando cidades e sertões: Brasília e o centro-oeste*. 1ªed.Goiânia: PUC, 2010, v. 1, p. 173-196. P.7

²²⁰ Idem, p.14

o autor, “são adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro”²²¹. Como propostas de definição, experiência “é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”²²². Já a expectativa “também se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto”²²³.

Ao reafirmar a expressão do tempo e sua compreensão possível através do uso de metáforas espaciais, Koselleck prossegue a argumentação, estabelecendo a ideia de espaço de experiência, pois “a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos anteriores estão simultaneamente presentes”. Na mesma vertente, ao pensar em expectativas seria mais exato referenciar ao horizonte porque “horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado”.²²⁴

A modernidade, associada à ideia de progresso, define como impossível, nos termos do Koselleck projetar expectativas a partir de experiências passadas. As mudanças na concepção de tempo e da própria história inauguram a era moderna, na qual, segundo Kuyumjian, “a ideia de conviver foi substituída pela ideia de superar”²²⁵. Portanto, pensando no conceito de aceleração, ou a diferença contínua e “necessária” entre experiências e expectativas, a modernidade tornar-se-ia cada vez mais fluída, superada e pensada como vias a obsolescência, a ponto de, se apropriando de termos marxistas, Marshall Berman categorizar anos mais tarde, “tudo que é sólido se desmancha no ar” como sendo a principal característica da “aventura da modernidade”²²⁶.

Ao observar as linhas ortogonais retratadas na imagem (Fig.15) que se expandem rumo à fronteira podemos imaginar que o projeto urbanístico partilha destes anseios de levar os traçados modernistas ao interior, em um exercício praticamente infinito, sempre concebendo no outro e contra ele, aquele que deve ser civilizado, assim o “horizonte” da imagem em termos de discurso se confunde com o “horizonte de expectativas” da

²²¹ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p.308.

²²² Idem, p. 309.

²²³ Idem, p. 310.

²²⁴ Idem, p. 312.

²²⁵ KUYUMJIAN, M. M. M. O espaço/mundo do sertão moderno. In: Márcia de Melo Martins Kuyumjian. (org.). *Semeando cidades e sertões: Brasília e o centro-oeste*. 1ªed.Goiânia: PUC, 2010, v. 1, p. 173-196. p.4.

²²⁶ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

modernidade; são as linhas ortogonais sendo propagadas, interior adentro, em um projeto civilizador no qual,

modernidade e modernização, civilização e civilidade (...) conceitos tomados como equivalentes, indicando não apenas mudanças nos modos de viver que superavam o passado, também implicavam transformações no espaço e adoção de equipamentos técnico-científicos para melhorar (e facilitar) a vida dos cidadãos.²²⁷

Neste momento, numa esfera regional, os moradores do “Sertão da Farinha Podre” já se identificavam como *triangulinos*, procurando instituir um “mundo urbano” em suas práticas sociais. E é “quando o espaço geográfico deixa de ser tomado em sua generalidade e começa a ser visto como região, ele deixa de ser sertão”²²⁸. O que não o invalida a sua associação em outros sentidos, como categorias de análise social e cultural. Nesta concepção, sertão, não se refere necessariamente a uma *fronteira* geograficamente precisa,

parece funcionar mais como uma designação classificatória para se pensar e conhecer o mundo e as pessoas do que referência a algo cristalizado, circunscrito, substantivado. Não nomeia algo que tenha existência por si mesmo – substancializado – mas uma relação que depende do outro referente e supõe uma gradação.²²⁹

Portanto, para esta última pergunta objetiva e persistente que nos acompanhou durante o trabalho, pelas lentes da geografia, o sertão já não existia, mas como modos de vida, “não é nem eliminação nem superação, é o jogo da vida que se faz no solo da realidade, das ideias em projetos políticos e do vivido na cotidianidade também do simples”²³⁰, sendo assim, pode-se pensar em relações múltiplas e multiformes, sendo que “o sertão ficou mais perto do mundo. O problema é se o mundo está mais perto do sertão”²³¹. Quanto mais avança acabando com o sertão (e sertão acaba? Pergunta outra vez Riobaldo)²³², mais a cidade parece se debater com seus vestígios materiais produzidos nesta luta quixotesca, condenando as técnicas construtivas e as formas arquitetônicas que poderiam remeter aos modos de vida que ela vem solapando...

²²⁷ DANTAS, Sandra Mara. Identidades em órbita: O habitante do Triângulo Mineiro e constituição da triangulidade. *Locus: Revista de História de Juiz de Fora*. v. 20, n. 2. p.:125-144. 2015. p.144.

²²⁸ NORONHA, Gilberto Cezar de. *Viagem aos sertões enunciados: complicações do oeste de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. p.288.

²²⁹ Idem, p.295.

²³⁰ KUYUMJIAN, M. M. M. O espaço/mundo do sertão moderno. In: Márcia de Melo Martins Kuyumjian. (org.). *Semeando cidades e sertões: Brasília e o centro-oeste*. 1ªed.Goiânia: PUC, 2010, v. 1, p. 173-196. P.15.

²³¹ Idem, p.15.

²³² ROSA, Guimarães. *Grande Sertões: Veredas*. Editora Nova Aguilar, 1994. p.230.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar as múltiplas transformações ocorridas nos modos de viver e habitar o espaço urbano/rural. Com o advento da modernidade, solapando os modos de vida anteriormente existentes e se autoproclamando precursora da civilização, as relações entre o homem e o espaço social se transformam. Procurando esquivar dos discursos hegemônicos e expressivos que tentam se impor nos âmbitos da cidade ideal, ao encontrarmos a cidade real percebemos que as formas e técnicas construtivas “borram” estas fronteiras, entendendo a história como processo com rupturas e continuidades que são reconhecidas pelo nosso exercício do fazer historiográfico.

Na cidade moderna é possível encontrar formas de viver, construir e habitar que remetem a temporalidades diversas, um saber fazer que se faz presente, mesmo em locais de “destaque” e regiões centrais. Estes mesmos saberes são reapropriados e resignificados quando assumem as formas modernas através da institucionalização do *poder simbólico*, de esforços por parte da *cidade letrada* para validá-los e incorporá-los no processo de circularidade cultural.

Da leitura a contrapelo das fontes legitimadoras da cidade ideal que produz ruínas e esquecimentos, emergem as contradições: uma imprensa que advoga suas ideias em torno do discurso meramente higienista, falas a respeito da desqualificação de moradias (como *mimesis*) que se propagam desde as primeiras entradas no sertão, profissionais que trabalham com o sonho de construir uma sociedade *sobre* outra, a instituição da *ruína*,

deixa um lado [natureza] preponderar e o outro [espírito] afundar no aniquilamento, e, assim, oferece, não obstante, uma imagem com forma segura, que permanece imóvel. O valor estético da ruína unifica o desequilíbrio, o eterno devir da alma que luta consigo mesma, com o contentamento formal, com a delimitação fixa da obra de arte. Por isso, onde não há mais restos da ruína suficientes para fazer sentir a tendência à elevação, ela perde sua sedução metafísico-estética.²³³

Muitos questionamentos ainda se fazem presentes, perpetuando-se por não haver uma resposta objetivada, podendo ser interpretados e reavaliados na própria dinâmica da produção acadêmica. Os múltiplos caminhos que atravessam o Sertão da Farinha Podre, sua categorização moderna como Região do Triângulo Mineiro, as formas de habitar e construir o espaço, signos e significados que procuram se legitimar através da imprensa, legislação, fotografia...

²³³ SIMMEL, Georg. A ruína. SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB. 1998. p. 137-144, p.143.

Ao “borrar” as fronteiras entre estruturas diversas e por vezes opostas apresentadas e construídas socialmente, entendemos a história em sua diversidade de significados e através de lentes processuais, em jogos de escalas que são (ou podem ser) aproximadas em uma análise micro, e afastadas em uma análise macro. Nesta tentativa de narrar pensando a relação dos homens com o espaço, “a história nasce como este trabalho artesanal, paciente, meticuloso, diuturno, solitário, infundável que se faz sobre os restos, sobre os rastros, sobre os monumentos que nos legaram os homens que nos antecederam que, como esfinges, pedem deciframento, solicitam compreensão e sentido”.²³⁴

De um modo geral, este processo que busca instaurar a modernidade, com vias a instaurar a própria “civilização” através das formas e técnicas que lhes evidencia, não tem fim. Faz parte de uma dinâmica que se sobrepõe continuamente quase como mola motora que o constitui, nas palavras de Benjamin:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.²³⁵

Estas cadeias de acontecimentos, ordenados ou não, poderiam ser considerados com os acontecimentos e processos que revisitamos: a formação dos povoamentos e dos processos de modernização locais. Compreendê-los e expressá-los através da narrativa não os encerra, mas colocam em evidência que existem ainda, muitas outras possibilidades. Seguimos olhando para trás, enquanto a tempestade do progresso nos leva para além dos enquadramentos possíveis de uma imagem que não abarca todo o horizonte, mas comporta a expectativa de seguir para além dele.

²³⁴ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 4, Nº19, Rio, 2009. p.4.

²³⁵ BENJAMIN, W. “Teses sobre o conceito da história, 1940”. In: _____. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232. Obras escolhidas. Vol. 1. p.226.

FONTES

Acervos:

APM – Arquivo Público Mineiro

ArPU – Arquivo Público de Uberlândia

CDHIS – Centro de documentação e pesquisa em História - UFU

Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (BNDigital)

Estatutos e leis:

CODIGO MUNICIPAL DA CAMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. *Posturas e Regimen Tributario*. Uberabinha: Typ. Progresso, 1913.

S. PEDRO DE UBERABINHA. *Estatutos e leis da câmara municipal de S. Pedro de Uberabinha*. S. Pedro de Uberabinha: Livraria Século XX, 1903.

Inventários:

UBERLÂNDIA, Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Estruturas arquitetônicas e urbanísticas: Fórum Abelardo Penna. Disponível em: http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5537.pdf. Acesso em: 23/05/16.

UBERLÂNDIA. *Inventário de Proteção do acervo cultural de Minas Gerais*. Estruturas arquitetônicas e urbanísticas: Sede da Fazenda São Francisco. Disponível em: http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/2017.pdf. Acesso em 16/09/2016.

Jornais:

A tribuna

Uma festa do povo. A Tribuna, Uberabinha. 16 de Janeiro de 1922.

A inauguração do Fórum. A tribuna, Uberabinha. 07 de setembro de 1922.

A situação das nossas villas e arrabaldes. A tribuna de Uberlândia. 26 de janeiro de 1938.

Construção de casas em ruas particulares. A tribuna de Uberlândia. 14 de outubro de 1943.

Diário da manhã – GO

MORAES, José. *José Ayube*. Diário da Manhã. Goiânia, 25 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.dm.com.br/opiniaio/2015/03/jose-ayube.html>

Gazeta do Triângulo - Araguari

JÚNIOR, Coimbra. *O construtor de casas*. Jornal Gazeta do triângulo. 17/04/2014.

Jornal Correio de Uberlândia

Continuam os transgressores das nossas posturas municipais. Jornal Correio de Uberlândia, 31 de outubro de 1940.

Um perigo para a nossa cidade. Jornal Correio de Uberlândia, 07 de janeiro de 1941.

O perigo das construções feitas por leigos. Jornal Correio de Uberlândia, 09 de janeiro de 1941.

O perigo das construções feitas por leigos. Jornal Correio de Uberlândia, 12 de janeiro de 1941.

O perigo das construções feitas por leigos. Jornal Correio de Uberlândia, 17 de janeiro de 1941.

O perigo das construções feitas por leigos. Jornal Correio de Uberlândia, 18 de janeiro de 1941.

O perigo das construções feitas por leigos. Jornal Correio de Uberlândia, 22 de janeiro de 1941.

O perigo das construções feitas por leigos. Jornal Correio de Uberlândia, 28 de janeiro de 1941.

Calçamento. Jornal Correio de Uberlândia. Uberlândia, 30 de julho de 1944.

A formação das Vilas. Jornal Correio de Uberlândia, 04 de fevereiro de 1945.

PEREIRA, Antônio. *As primeiras fazendas.* Jornal Correio de Uberlândia, 02 de setembro de 2012.

_____. *A vida do Cine It.* Jornal Correio de Uberlândia, 27 de dezembro de 2015.

_____. *Uma rua para o João Cândido.* Jornal Correio de Uberlândia. Uberlândia, 30 de outubro de 2016.

Memorialistas:

ARANTES, Jerônimo. *Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia.* Uberlândia: Edufu, 2003.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central – História da criação do município de Uberlândia.* Uberlândia: Gráfica LTDA Editora, 1970.

Relatos de viagem:

MORAES, Joaquim de Almeida Leite. *Apointamentos de viagem.* São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás.* São Paulo: EDUSP, 1975.

Revista:

A última casa de Uberabinha. Almanaque Uberlândia de ontem e sempre. Uberlândia, ano 4, n.7, p. 19 – 20, ago./2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 4, Nº19, Rio, 2009.
- ALVES, F. D. A relação campo cidade na geografia brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 16, n.3 p. 7-18, set./dez. 2012.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BENJAMIN, W. “Teses sobre o conceito da história, 1940”. In: _____. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232. Obras escolhidas. Vol. 1.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BONAMETTI, J. H. A arquitetura eclética e a modernização da paisagem urbana brasileira. *R. cient./FAP*, Curitiba, v.1, jan./dez. 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 10 ed. São Paulo: Editora 34, 2003.
- CARMO, Luiz Carlos do. Os caminhos e o direito às escolhas de um grupo. A experiência de trabalho nas “Funções de Preto” na cidade de Uberlândia. In: *História & Perspectivas*, Uberlândia (36-37) p.133-173, jan.dez.2007.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERASOLI, J. F. e CARPINTÉRO, M. V. T. A cidade como história. In: *História e Debates*, n.50, p.61-101, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- CHATIER, R. Cultura Popular: Revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.16, 1995. p. 179-192.
- CHOAY, F. (1997). *O Urbanismo*. 3ª Edição, São Paulo: Editora Perspectiva S. A.
- DANTAS, Sandra Mara. *A fabricação do urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)*. 2008. 203 f. Tese (doutorado em história) – Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2008.
- _____. De Uberabinha a Uberlândia: os matizes de um projeto de construção da cidade jardim (1900-1950). p. 29. In: BRITO, Diogo de Souza e Warpechowski, Eduardo Moraes. *Uberlândia Revisitada: Memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: Edufu, 2008. P. 17-51.

- _____. Identidades em órbita: O habitante do Triângulo Mineiro e constituição da triangulidade. *Locus: Revista de História de Juiz de Fora*. v. 20, n. 2. p.:125-144. 2015.
- DINIZ, A. *Goiânia de Atílio Correa Lima (1932-1935): Ideal estético e realidade política*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- FABRIS, A. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. *Anais do Museu Paulista Nova Série*, v.1, n. 1, p. 131-143. 1993.
- FERRO, Sérgio. A produção da casa no Brasil. In: FERRO, S. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo editora, 1951.
- GINZURG, C. *O queijo e os vermes – o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GUERRA, Maria Eliza Alves. Trajetória Profissional J.J. Coury e a difusão do ideário moderno arquitetônico no Triângulo Mineiro. *URBANA*, V.5, nº 7, out.2001.
- GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: Integração nacional e consolidação regional*. Uberlândia: EdUFU, 2010.
- JUNIOR, Renato Jales Silva. Viveres urbanos em Uberlândia: Algumas histórias para questionar uma memória. p. 304. . In: BRITO, Diogo de Souza e Warpechowski, Eduardo Moraes. *Uberlândia Revisitada: Memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: Edufu, 2008. P. 294-327.
- KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita*. Trad.: Artur Morão. In: *À paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1990 .
- KOSELLECK. Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KUYUMJIAN, M. M. M. O espaço/mundo do sertão moderno. In: Márcia de Melo Martins Kuyumjian. (org.). *Semeando cidades e sertões: Brasília e o centro-oeste*. 1ªed.Goiânia: PUC, 2010, v. 1, p. 173-196.
- LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos vinte: moderno, modernista, modernização. In: DELORENZO, H.C. de; COSTA, W.P. (Org.). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. 1ªed. São Paulo: Editora UNESP, 1997, v. 1, p. 93-114.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos*. IV Seminário de história da cidade e do urbanismo. p. 497-504.
- LAURENTIZ, L. C. e SILVA, R. B. Arquitetura moderna nas casas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. In: CAPPELLO M. B. C. et all. (org.). *Documentação da arquitetura moderna no Triângulo Mineiro a Alto Paranaíba: História e Preservação*. Uberlândia: Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design (UFU), 2011.

- LE GOFF, Jacques. Documento e monumento. In: *História e memória*. Campinas: editora da UNICAMP, 1990.
- LE MOS, Carlos A. C. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- _____. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____. Transformações do espaço habitacional ocorridos no arquitetura brasileiro do século XIX. *Anais do Museu Paulista Nova Série*, n.1, 1993. p. 95-106. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a09v1n1.pdf> p. 96. Acesso em 05/06/2017.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Escola Rural: Memória e representações. *Cadernos de história da educação*. Uberlândia, n.3, p. 27-37, jan./dez. 2004.
- _____. de. *História dos outros, memória de si*. In: BRITO, D. S. e WARPECHOWSKI, E. M. (org.) *Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: Edufu, 2008. P. 51 – 88.
- LOPES, Valéria M. Q. Cavalcante. *Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos*. Uberlândia: EdUFU, 2010.
- LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo Oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)*. Uberlândia: EdUFU, 2010.
- LUCA, Tânia Regina de. A produção do departamento de imprensa e propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.31, n.61, 2011.
- MACHADO, M.C.T. Cultura popular em Minas Gerais: transformações, persistências ou desagregação. *Revista Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v.1, n.1, 1999.
- MANO, Marcel. Metáforas históricas e realidades etnográficas: a construção de uma história do combate Kayapó no Triângulo Mineiro. In: *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, n.23. p.325-347, 2010.
- MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MOCELLIM, A. D. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. In: *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, pp.105-125, 2011.
- MOURA, G. G. & SOARES, B. R. A periferia de Uberlândia: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. *Caminhos da Geografia*. v. 10, n. 32. Uberlândia, dez/2009.
- MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no caminho dos goiases: guerra e etnogênese no “Sertão do gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – Séculos XVIII E XIX*. 2015. 219 f.

- Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, 1993.
- NORONHA, Gilberto Cezar de. *Viagem aos sertões enunciados: compfigurações do oeste de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.
- OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. *A construção da riqueza do sul de Goiás, 1835-1910*. Tese (doutorado em história) – Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2006.
- _____. A marcha das migrações: A ocupação e colonização da região sul de Goiás, 1800-1850. In: *História Revista: Goiânia*, v.13, n.1, jan./jun.2008. p.157-176.
- PASSOS, Juliana. Arte como discurso ou a discursividade nas linguagens artísticas. Porto Alegre: *Revista Cena em Movimento*, nº3, 2013.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: *Revista Brasileira de História*. vol. 27, n. 53, junho de 2007. São Paulo: ANPUH/Marco Zero 2007.
- PISANI, Maria Augusta Justi. *Taipas: A arquitetura de terra*. Sinergia, São Paulo, v.5, n.1, p. 09-15, jan./jun. 2004.
- POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- QUINTÃO, L. C. Modernização Urbana na *belle époque* capixaba: revisitando o novo arrabalde. In: RIBEIRO, L. C. et al. *Modernidade & Modernização no Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 2015.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 198.
- RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Os primeiros aldeamentos da província de Goiás. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 221-244, jan./1994.
- REDUCINO, Marileusa de Oliveira. A Praça Tubal Vilela e seu entorno: efêmeras criações urbanas. p. 202. In: BRITO, Diogo de Souza e Warpechowski, Eduardo Moraes. *Uberlândia Revisitada: Memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: Edufu, 2008. p. 17-51.
- RICOEUR, Paul. Arquitetura e narratividade. In: *Urbanisme*, n.303, nov/dez 1998, pp. 44-51.
- ROSA, Guimarães. *Grande Sertões: Veredas*. Editora Nova Aguilar, 1994.
- SANT'ANA, Márcia. Arquitetura popular, espaços e saberes. *Políticas culturais em revista*. V.6, n.2, 2013, p. 40-63.
- SANTOS, Regma Maria dos. *A Tipografia, a Imprensa e a Livraria: Educação e Cultura na Cidade de Uberlândia*. Anais do VI Congresso Luso- Brasileiro de História da Educação, Faculdade de Educação/UFU, 2006.

- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- SIMMEL, Georg. A ruína. SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB. 1998. p. 137-144.
- _____. (1967) A metrópole e a vida mental. In: Velho, Otávio G. (org.). *O Fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SOARES, Beatriz Ribeiro. Estruturação interna e a construção dos signos de modernidades da Cidade Jardim. In: BRITO, Diogo de Souza e Warpechowski, Eduardo Moraes. *Uberlândia Revisitada: Memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: Edufu, 2008. P. 143-177.
- SOUZA, José Antônio de. História, arquitetura popular e designios: a urgência de novos olhares. IV Congresso Sergipano de História e IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE. Aracajú, 10/2014.
- SUTIL, Marcelo. *O espelho e a miragem: Ecletismo, Moradia e Modernidade na Curitiba do início do século 20*. Curitiba: Travessa dos editores, 2009.
- TAVARES, F. M. Belo Horizonte panorâmica e a(s) cidade(s) fotojornalística(s). In: *Rastros: Revista do núcleo de estudos de comunicação*. Ano VI - Nº 6 - Outubro 2005. P.30-40.